



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

SUELI PAIVA DOS SANTOS

DISCURSOS QUE LEGITIMAM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Práticas discursivas de análise, de enfrentamento e de intervenção em contexto escolar

CATALÃO – GO
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA)

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES
ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E
DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCA)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCA) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCA), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCA é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Tese

2. Nome completo do autor:

Sueli Paiva dos Santos

3. Título do trabalho

DISCURSOS QUE LEGITIMAM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PRÁTICAS DISCURSIVAS DE ANÁLISE, DE ENFRENTAMENTO E DE INTERVENÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento: ☒ SIM ☐ NÃO¹

[¹] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs.: Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Paiva dos Santos, Usuário Externo**, em 27/02/2025, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0169646** e o código CRC **BA1B0524**.

Referência: Processo nº 23852.000492/2025-74

SEI nº 0169646



Documento assinado digitalmente
GUILHERME FIGUEIRA BORGES
Data: 28/02/2025 10:24:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SUELI PAIVA DOS SANTOS

DISCURSOS QUE LEGITIMAM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Práticas discursivas de análise, de enfrentamento e de intervenção em contexto escolar

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, nível Doutorado, do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Área de concentração: Linguagem, Cultura e Identidade.

Linha: Discurso, Sujeito e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Figueira Borges.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

SANTOS, Sueli Paiva dos
DISCURSOS QUE LEGITIMAM A VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER : Práticas discursivas de análise, de enfrentamento e de
intervenção em contexto escolar / Sueli Paiva dos SANTOS. - 2025.
177, CLXXVII f.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Figueira BORGES.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto de
Estudos da Linguagem, Catalão, Programa de Pós-Graduação em
Estudos da Linguagem, Catalão, 2025.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Discursos machistas e misóginos . 2. Violência de Gênero. 3.
Sequência Didática . 4. Práticas de ensino. 5. Redação do ENEM. I.
BORGES, Guilherme Figueira, orient. II. Título.

CDU 8+7



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 07/2025 da sessão de Defesa de Tese de Doutorado, que confere o título de Doutora em Estudos da Linguagem, na área de concentração Linguagem, Cultura e Identidade.

Aos vinte e quatro dias de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, a partir das catorze horas, via Videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "**DISCURSOS QUE LEGITIMAM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PRÁTICAS DISCURSIVAS DE ANÁLISE, DE ENFRENTAMENTO E DE INTERVENÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR**" de autoria da doutoranda **Sueli Paiva dos Santos**, matrícula 2020100435. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, **Professor Doutor Guilherme Figueira Borges (PPGEL/UFCAT)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Professora Doutora Grenissa Bonvino Stafuzza (PPGEL/UFCAT)**, membro titular interno; **Professora Doutora Denise Gabriel Witzel (PPGL/UNICENTRO)**, membro titular externo; **Professora Doutora Roselene de Fátima Coito (PLE/UEM)**, membro titular externo; **Professora Doutora Luana Alves Luterman (POSLLI/UEG)**, membro titular externo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido a candidata (X) Aprovada () Reprovada por seus membros. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Guilherme Figueira Borges, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.

Observações:

Banca Examinadora de Qualificação/Defesa Pública de Dissertação/Tese realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo:

Art. 2º A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA:



Documento assinado eletronicamente por **GRENISSA BONVINO STAFUZZA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/02/2025, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Alves Luterman, Usuário Externo**, em 24/02/2025, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denise Gabriel Witzel, Usuário Externo**, em 24/02/2025, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roselene de Fatima Coito**, **Usuário Externo**, em 24/02/2025, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0157649** e o código CRC **E0EEC075**.

Referência: Processo nº 23852.000492/2025-74

SEI nº 0157649



Documento assinado digitalmente
GUILHERME FIGUEIRA BORGES
Data: 25/02/2025 11:17:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a todas as mulheres que, em algum ou em diversos momentos da vida, sentiram-se ameaçadas pelo simples fato de se ser mulher e, por isso, passíveis de diversos tipos de violências: psicológicas, físicas e patrimoniais. A todas que foram subjugadas em sua inteligência e em seu poder, a todas que foram alvo de piadas cotidianamente e que se sentiram diminuídas por serem mulher. A todas que sentiram que, desde a infância, foram renegadas pelo seu sexo e também às que perderam o direito de escolha sobre o próprio corpo no processo da maternidade.

Dedico ainda à memória de todas que foram vítimas de feminicídio, deixando seus entes queridos à mercê desse mundo cruel e machista.

AGRADECIMENTOS

Em cada página desta tese, há uma história de luta, superação e fé. Deus, em sua infinita bondade, permitiu que cada obstáculo durante esse processo de produção acadêmica fosse vencido e transformado em superação e força.

Foram tantas mudanças internas e externas que é impossível descrever todas, mas o mais relevante é que, como diz Saint Exupéry, “o essencial é invisível aos olhos”, e o essencial permaneceu, com força e fé inabaláveis. Fazem parte do meu essencial: minha família, meu orientador, meus professores e meus amigos.

Agradeço à minha família por me aguentar em noites acordadas de estudos e entender quando eu não pude acompanhá-la em eventos durante esses cinco anos ou quando tive crises nervosas e “descontei” nela, porque sim são os mais próximos a nós que mais sofrem durante a caminhada. Minha família merece todo o meu respeito e a minha admiração por me acompanhar nesse caminho tortuoso dos estudos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Guilherme Figueira Borges, que não soltou a minha mão em nenhum dos momentos mais difíceis da minha vida, especialmente quando fui diagnosticada com câncer de mama no segundo ano de Doutorado, momento em que eu quis desistir dos estudos para me dedicar ao tratamento.

Nesse momento, também me veio um anjo, a Prof. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza, que me aconselhou a não desistir porque isso faria parte da minha vitória. Lembro-me de cada palavra dita por ela, minha professora doutora do programa PPGEI, pois elas alimentaram minha força de persistir e saber ter pausas quando necessário.

Não posso deixar de mencionar também minha “Musa da AD”, Prof. Dra. Luana Alves Lutermam, professora doutora e amiga que me acompanha desde a pós-graduação *lato sensu*, a mãe do Gustavo, pessoa tão admirável que me “sabatinou” na banca de mestrado no POSLLI em 2017 e, anos depois, em 2021, manteve horas e horas de conversa comigo no *whatsapp* para me entender e me dar forças durante meu tratamento.

Aos meus amigos que fizeram parte desta jornada acadêmica acreditando em mim, fortalecendo minhas energias com os cafés da tarde ou o chopp e churrasco do fim de semana. Dedico a vocês essa conquista tão cheia de altos e baixos e ao mesmo tempo tão sonhada e merecida.

Agradeço à Capes, agência de fomento que, através da bolsa de estudos durante boa parte do curso, permitiu-me dedicar-me aos estudos e à pesquisa.

Enfim, eu não ando sozinha, tenho Deus no coração, parceiros de vida e de caminhada acadêmica para darmos as mãos e seguirmos juntos nessa jornada de mistérios que se chama vida.

Maria, Maria

*Maria, Maria, é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta
Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta
Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fé na vida
Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fé na vida*

Letra de Fernando Brant, interpretada por Milton Nascimento.

SANTOS, Sueli Paiva. **Discursos que legitimam a violência contra a Mulher**: Práticas discursivas de análise, de enfrentamento e de intervenção em contexto escolar. 2025. 177f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Catalão, Catalão, 2025.

RESUMO

Nesta pesquisa, analisamos alguns enunciados do contexto político, perscrutando as reverberações discursivas de violência e machismo em redações de alunos concluintes do Ensino Médio. Traçamos como objetivo encontrar um ponto de convergência entre os enunciados depreciativos e a violência contra as mulheres no Brasil para associá-los discursivamente ao ensino através de práticas de escrita dos alunos concluintes do ensino médio. O corpus de pesquisa é composto por três enunciados do ex-deputado e ex-presidente Jair Bolsonaro e pelas redações de alunos produzidas a partir de uma oficina de redação realizada em uma escola pública da Cidade de Goiás. Com isso, buscamos perceber nesse processo de escrita de si, as incidências da subjetivação dos alunos que estabelecem um ponto de contato entre a atualidade e a memória e que incita o estudante a escrever sobre as desigualdades de gênero. Como aporte teórico abordamos, principalmente, noções foucaultianas (1996, 1998, 2000) de “Discurso”, “Sujeito”, “Acontecimento”, “Arquivo”, “Formação Discursiva”, “Vontade de verdade” e “Poder-Saber”, em diálogos com a noção de “Corpo”, em Courtine (2013), e de “Gênero”, em Butler (2017, 2021). A base teórica foi selecionada pela nossa inscrição na Análise do Discurso foucautiana e por entender que as condições de produção dos discursos na sociedade a partir da sua história são relevantes para perceber como eles incidem na constituição dos sujeitos. Os documentos oficiais como BNCC e LDB para a educação serão fundamentais para a associação entre a problematização dos enunciados na escola e a produção escrita. A pesquisa se justifica devido a relação discursiva entre os enunciados opressores, depreciativos e violentos aos números de violência doméstica e feminicídios no Brasil. As principais questões que problematizam o tema deste trabalho são: Tais enunciados no contexto político e público legitimam a violência contra a mulher? Em que medida um enunciado que parte de uma figura de referência política pode mobilizar ações de violência? É possível, nas aulas de redação, incidir na constituição subjetiva dos alunos e instaurar práticas antimachistas e antimisóginas? A partir das análises chegamos à conclusão

que a escola é uma instituição formadora das mais diversas dimensões da subjetividade. Por isso, não deve se mostrar passiva à realidade circundante e limitar-se a formar para o trabalho. Nesse ínterim, a elaboração crítica por parte do sujeito deve ser orientada por uma prática educadora reflexiva potente, a qual seja capaz de, pelo crivo da acuidade reflexiva profunda, questionar o *status quo* e todas as suas manifestações de dominação. Assim sendo, o espaço da prática de produção textual, nas aulas de redação, se configura como lugar privilegiado para trocas de percepções acerca da realidade. Desse modo, o uso estratégico dessa aula para discutir temas emergentes, tal qual a violência contra a mulher, tendo como base a premissa do ato violento do discurso que sustenta e precede a violação física, é transformador dos alunos em formação e, por consequência, da sociedade. Essa defesa se fundamenta porque consideramos que o discurso machista, apesar dos indicativos de resistência durante a intervenção realizada na escola e nas análises das redações, recorta sentidos singulares que refletem na formação discursiva dos jovens e legitimam práticas de violência contra a mulher na sociedade brasileira. Com isso, uma prática educacional confrontadora da naturalização da violência se mostra, e se comprova, necessária e urgente.

Palavras-chave: Discursos machistas e misóginos. Violência de Gênero. Sequência Didática. Práticas de Ensino. Redação do Enem.

ABSTRACT

In this research, we analyzed some statements from the political context, examining the discursive reverberations of violence and sexism in essays by High School students. Our objective was to find a point of convergence between derogatory statements and violence against women in Brazil in order to discursively associate them with teaching through the writing practices of high school students. The research corpus is composed of three statements by former congressman and former president Jair Bolsonaro and the essays of students produced from a writing workshop held at a public school in the Cidade de Goiás. With this, we sought to perceive in this process of self-writing, the incidences of the subjectivation of students that establish a point of contact between the present and memory and that encourages students to write about gender inequalities. As a theoretical framework, we mainly address Foucaultian notions (1996, 1998, 2000) of “Discourse”, “Subject”, “Event”, “Archive”, “Discursive Formation”, “Will to Truth” and “Power-Knowledge”, in dialogues with the notion of “Body”, in Courtine (2013), and of “Gender”, in Butler (2017, 2021). The theoretical basis

was selected due to our registration in Foucaultian Discourse Analysis and because we understand that the conditions of production of discourses in society based on its history are relevant to understand how they affect the constitution of subjects. Official documents such as BNCC and LDB for education will be fundamental for the association between the problematization of statements in school and written production. The research is justified due to the discursive relationship between oppressive, derogatory and violent statements and the numbers of domestic violence and feminicides in Brazil. The main issues that problematize the theme of this work are: Such statements in the political and public context legitimize violence against women? To what extent can a statement made by a political figure mobilize acts of violence? Is it possible to influence students' subjective constitution and establish anti-sexist and anti-misogynistic practices in writing classes? Based on the analyses, we conclude that schools are institutions that shape the most diverse dimensions of subjectivity. Therefore, you should not be passive in the face of the surrounding reality and limit yourself to training for work. In the meantime, the subject's critical elaboration should be guided by a powerful reflective educational practice, which is capable of, through the sieve of deep reflective acuity, questioning the status quo and all its manifestations of domination. Therefore, the space for the practice of textual production in writing classes is configured as a privileged place for the exchange of perceptions about reality. Thus, the strategic use of this class to discuss emerging issues, such as violence against women, based on the premise of the violent act of discourse that supports and precedes physical violation, is transformative for students in training and, consequently, for society. This defense is based on the fact that we consider that sexist discourse, despite the indications of resistance during the intervention carried out at school and in the analysis of the essays, outlines singular meanings that are reflected in the discursive formation of young people and legitimize practices of violence against women in Brazilian society. Therefore, an educational practice that confronts the naturalization of violence is shown to be, and has proven to be, necessary and urgent.

Keywords: Sexist and misogynistic speeches. Gender violence. Didactic sequence. Teaching practices. Enem essay.

RESUMÉ

Dans cette recherche, nous avons analysé quelques déclarations du contexte politique, en examinant les réverbérations discursives de la violence et du machisme dans les essais des

lycéens. Notre objectif est de trouver un point de convergence entre les propos désobligeants et la violence contre les femmes au Brésil pour les associer discursivement à l'enseignement à travers les pratiques d'écriture des élèves qui terminent leurs études secondaires. Le corpus de recherche est composé de trois déclarations de l'ancien membre du Congrès et ancien président Jair Bolsonaro et d'essais d'étudiants produits lors d'un atelier d'écriture organisé dans une école publique de la ville de Goiás. Nous cherchons ainsi à comprendre dans ce processus d'auto-écriture, les incidences de la subjectivation étudiante qui établissent un point de contact entre l'actualité et la mémoire et qui encouragent les étudiants à écrire sur les inégalités de genre. À titre de contribution théorique, nous abordons principalement les notions chez Foucault (1996, 1998, 2000) de « Discours », « Sujet », « Événement », « Archive », « Formation discursive », « Volonté de Vérité » et « Pouvoir-Connaissance », en dialogues avec la notion de « Corps », chez Courtine (2013), et de « Genre », chez Butler (2017, 2021). La base théorique a été choisie sur la base de notre inscription dans l'Analyse du discours de Foucault et parce que nous comprenons que les conditions de production des discours dans la société basées sur son histoire sont pertinentes pour comprendre comment elles affectent la constitution des sujets. Les documents officiels tels que le BNCC et le LDB pour l'éducation seront fondamentaux pour l'association entre problématisation des énoncés à l'école et production écrite. La recherche est justifiée en raison de la relation discursive entre les déclarations oppressives, désobligeantes et violentes et le nombre de violences domestiques et de féminicides au Brésil. Les principales questions qui problématisent le thème de ce travail sont les suivantes : De telles déclarations, dans le contexte politique et public, légitiment-elles la violence contre les femmes ? Dans quelle mesure une déclaration émanant d'une figure politique de référence peut-elle mobiliser des actions violentes ? Est-il possible, dans les cours d'écriture, d'influencer la constitution subjective des élèves et d'introduire des pratiques antisexistes et antimisogynes ? Depuis l'analyse, nous sommes arrivés à la conclusion que l'école est une institution qui forme les dimensions les plus diverses de la subjectivité. Il ne faut donc pas rester passif face à la réalité environnante et se limiter à la formation professionnelle. En attendant, l'élaboration critique du sujet doit être guidée par une pratique éducative réflexive puissante, capable, à travers d'une profonde acuité réflexive, de remettre en question le statu quo et toutes ses manifestations de domination. Ainsi, l'espace de pratique de la production textuelle, dans les cours d'écriture, est configuré comme un lieu privilégié d'échange de perceptions sur la réalité. De cette manière, l'utilisation stratégique de ce cours pour discuter de thèmes émergents, tels que la violence contre les femmes, basée sur la prémisse de l'acte de parole violent qui soutient et précède le

viol physique, est transformatrice pour les étudiants en formation et, par conséquent, pour la société. Cette défense repose sur le fait que nous considérons que le discours sexiste, malgré les signes de résistance lors de l'intervention réalisée à l'école et dans l'analyse des essais, met en évidence des significations singulières qui reflètent la formation discursive des jeunes et légitiment les pratiques de violence contre les femmes dans la société brésilienne. Avec cela, une pratique éducative qui s'oppose à la naturalisation de la violence apparaît et s'avère nécessaire et urgente.

Mots-clés: Discours sexistes et misogynes. Violences de genre. Séquence didactique. Pratiques pédagogiques. Écriture Enem.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Competências gerais da Educação Básica	52
Figura 2: Cartilha do participante	57
Figura 3: Dados dos feminicídios no Brasil	68
Figura 4: Tabela sobre a violência 2022/2023	70
Figura 5: Adesivos para carro com a imagem da ex-presidenta Dilma Rousseff	73
Figura 6: Esquema da sequência didática	87
Figura 7: Esquema da estrutura da redação do Enem	90
Figura 8: Proposta de produção textual	92
Figura 9: Texto motivador 1 da Proposta de Redação	92
Figura 10: Texto motivador II da Proposta de Redação	93
Figura 11: Texto motivador III da Proposta de Redação	93
Figura 12: Texto motivador IV da Proposta de Redação	94
Figura 13: Texto motivador V - Proposta de redação	94
Figura 14: Proposta de Redação do Enem 2024	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Programação da Oficina de Redação de acordo com a Sequência Didática	28
Quadro 2: Enunciados machistas e misóginos do ex-presidente Jair Bolsonaro	40
Quadro 3: Regularidades	41
Quadro 4: Tipos de Introdução	90
Quadro 5: Elementos essenciais da Proposta de Intervenção	96
Quadro 6: Competências da Matriz de Correção da redação do Enem	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Público da Oficina de Redação	28
Tabela 2: Demonstrativo de evolução da escrita	99
Tabela 3: Regularidades	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. O DISCURSO E O ENSINO	36
1.1 PCN's e BNCC: Os documentos oficiais e a formação crítica do aluno de Ensino Médio	50
1.2 O ENEM: O que o exame espera do aluno concluinte do Ensino Médio?	56
1.3 Incoerências entre o que é ofertado de acordo com os documentos oficiais e o que é cobrado na avaliação das cinco competências	61
2. O DISCURSO DE ÓDIO NO CENÁRIO POLÍTICO: “A educação cabe em qualquer lugar”	66
2.1 A violência simbólica e discursiva em contexto político	71
2.2 Por que um falar pressupõe um fazer? O reflexo do espetáculo e do ódio na sociedade	76
3. AS MULHERES COMO ALVO: A violência simbólica no cenário político	82
3.1 Violência de gênero: enunciados que alimentam (suscitam) violências contra mulheres	84
3.2 Caminhos da pesquisa	86
3.2.1 Quem são esses “sujeitos”? Nossos filhos (as), alunos (as), amigos (as)?	100
4. A ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: Como os acontecimentos públicos/políticos podem incidir no trabalho escolar	103
4.1 A atuação da escola na constituição dos alunos	105
4.2 Práticas de intervenção educacional a partir do trabalho com a violência de gênero em redações dissertativas-argumentativas (redação do ENEM)	106
4.3 Práticas de escrita de si: O conhecimento de si e o processo de subjetivação dos alunos	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICES	142
Apêndice I: Quadro de recursos coesivos	142
Apêndice II: TCLE	145
Apêndice III: TALE	149
ANEXOS	151
Anexo I – Redações	151
Anexo II: CEP	177

INTRODUÇÃO

*Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda*
(Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia, 2000, p. 31)

Enquanto revisava minha tese, no primeiro semestre de 2024, comecei a refletir sobre como a educação pode transformar a vida de inúmeras pessoas. Hoje, em 2025, revisito minha constituição subjetiva como mulher e reflito sobre minha trajetória, haja vista que foi por meio da educação que me fortaleci como alguém que tem direitos e que os reivindica. Aprendi, já em uma fase mais avançada da minha vida (31 anos, idade em que entrei para o curso de Letras), que nunca é tarde para voltar aos estudos. Nesse processo, também aprendi que nunca devemos nos limitar a compreensões que, muitas vezes, tentam nos subjugar.

Nesse sentido, reconheço que o que Paulo Freire tanto defendia — a educação crítica como direito de todos — é, de fato, uma ferramenta poderosa para trabalhar com os sujeitos, oferecendo-lhes formas de emancipação e dignificação da vida. Assim, na e pela educação, tento, todos os dias, proporcionar àqueles que me ouvem — meus alunos, amigos e colegas — alguma forma de se munirem contra os enunciados que se avolumam e tentam silenciar nossas subjetividades.

Pela minha formação, compreendo que a educação permeia todos os âmbitos da vida dos sujeitos sociais, constituindo identidades, formações discursivas, ideologias e crenças. Considero os sujeitos sociais, nesse contexto, a partir do entrecruzamento das relações sociais e individuais, moldadas por condições materiais objetivas e subjetivas. Dentre essas condições, destaco a cultura como um aspecto relevante para a construção da subjetividade, moldando estruturas sociais e saberes. Compreendo ainda que, através da educação, é possível investigar os processos discursivos aos quais somos constantemente submetidos e direcionar estudos e pesquisas que relacionem a linguagem aos contextos sociais, sejam eles de violência, preconceito ou subjugação.

Dessa forma, é indiscutível, enquanto penso minha posição como docente, a urgência de problematizar enunciados que promovem e/ou legitimam a violência, o desrespeito e as desigualdades nas escolas, pois é lá um dos espaços sociais em que se constroem o saber, o respeito e a cidadania. Os jovens estudantes estão em constante formação, e os enunciados que permeiam suas vidas influenciam a constituição de seu caráter. Sendo assim, as representações discursivas e sociais que envolvem aspectos relacionados à política, sexualidade, educação e cultura estão presentes no contexto dos estudantes e desempenham um papel relevante na construção subjetiva de saberes e

crenças dos jovens brasileiros. Isso estabelece, desse modo, a manutenção e/ou desconstrução de desigualdades entre sexos, raças e classes sociais.

Interessa considerar, nesse sentido, que a desigualdade de gênero pode ser fortalecida, incitada e motivada quando enunciados machistas e misóginos tenham sido proferidos por uma figura pública, enquanto deputado, ou como o responsável por governar um país, como os ditos pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Nesse exemplo, enunciados como “Eu jamais ia estuprar você porque você não merece”; “Eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”; “Mulher deve ganhar menos porque engravida” alimentam a desigualdade entre os gêneros na atual sociedade, já tão marcada pelos ideários do patriarcado. Ideários esses que reduzem, discursivamente, as mulheres em âmbito nacional, ou em qualquer outro em que sejam veiculados, a meras coadjuvantes da hegemonia masculina, quando, na verdade, de acordo com pesquisa divulgada em julho de 2022 pela página do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres correspondem a 52,65% das pessoas aptas a votar no Brasil, ou seja, o eleitorado tem, hipoteticamente, maioria feminina. Esses dados são relevantes para a pesquisa porque é importante saber em qual medida a força feminina pode constituir poderes para elas e temor para eles, isso considerando os enunciados do ex-presidente que oprimem e subjagam as mulheres no país. Nesse sentido, elas passam a ser protagonistas no cenário político e não meras coadjuvantes.

Diante disso, e por compreender que tais insurgências estão presentes em todos os contextos sociais, proponho, nesta pesquisa, relacionar os enunciados machistas e misóginos do ex-presidente Jair Bolsonaro, publicados em rede nacional nos anos de 2003/2014, 2017 e 2018, ao ensino. Neste ponto, é válido enfatizar que, conforme Freire (2000, p. 31), “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Logo, é preciso, enquanto educadores, não só refletirmos acerca das representações políticas e sociais que assolam o nosso país, mas promover uma movência discursiva ancorada em práticas em sala de aula que sejam capazes de instigar nossos alunos a aproximarem-se de práticas discursivas antimachistas, antimisóginas e antirracistas em seus contextos de convivência familiar e social, a fim de avançarmos com uma proposta de um lugar melhor e mais seguro para todas e todos.

Para isso, com esta tese, ousamos¹ direcionar o tema da desigualdade de gênero em sala de aula à disciplina de Língua Portuguesa, especificamente no conteúdo de redação, com o objetivo promover discussão e reflexão nas aulas acerca das temáticas que são de interesse de toda a sociedade, pois envolvem preconceito e subjugação da mulher.

¹ Durante a organização do texto, em momentos específicos, utilizei uma variação da pessoa do texto por considerar relevante a participação do meu orientador, o Professor Dr. Guilherme Figueira Borges durante o processo de escrita.

Diante disso, elaborei uma Oficina de Redação para alunos de uma escola pública da Cidade de Goiás. É importante destacar que a oficina de redação foi pensada e planejada para obtenção de material de pesquisa (*corpus*), ou seja, os textos produzidos pelos alunos. Para que isso fosse possível, desenvolvemos uma sequência didática em torno do tipo textual dissertativo-argumentativo e trabalhamos com a exposição de textos e situações que envolvam as violências contra a mulher na sociedade brasileira.

Assim sendo, este trabalho dialoga com o contexto educacional em que vivemos, no qual não só os estudantes são submetidos ao escopo do poder disciplinar, mas também os professores são transformados em corpos dóceis – o qual constitui o resultado de práticas de exercício de poder mediante o incutimento de medo, como assume o pensamento foucaultiano, a fim de alcançar sua disciplinarização, que leva à utilidade reprodutiva do *status quo*, sendo um desses poderes dominantes o machismo. Essa docilização atua sob a égide de que promover discussões consideradas tabus pode incidir em conflitos e tensionar o espaço escolar.

No entanto, tais tensionamentos nos interessam, pois são temas possíveis de serem abordados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é o processo seletivo mais aguardado pelos alunos concluintes do Ensino Médio em ensino regular, Educação de Jovens e Adultos (EJA), e todos aqueles que já concluíram a terceira fase da Educação Básica e almejam uma vaga em universidades públicas, por ser um processo seletivo aceito em todo o país e até mesmo outros países como forma de entrada no curso superior. O ENEM² foi desenvolvido para ser um processo justo, idôneo e inclusivo, pois todos os candidatos inscritos — alunos concluintes do Ensino Médio, EJA e adultos que querem cursar uma graduação — concorrem, ou deveriam concorrer, de forma igualitária às vagas ofertadas. Entretanto, ao longo desta pesquisa demonstraremos que o processo pode se dar por meio da exclusão de alguns sujeitos da sociedade, especialmente alunos da classe trabalhadora da rede estadual de ensino, ou seja, nem tão justo e igualitário como se propõe na teoria. Isso ocorre porque o processo seletivo do ENEM insere-se no contexto dos anseios do neoliberalismo, movimento que não tem por princípio ser idôneo ou inclusivo.

Pensando nos caminhos para a pesquisa e compreendendo a necessidade de delimitar o recorte desta tese, no movimento de um estado da arte, recorro à forma como Oliveira (2022) e Rodrigues (2023) elaboraram suas exposições sobre o tópico em suas dissertações. Assim, com base no que já

² Assim como elaborado na tese de Wânia Vieira (2024), optei por repetir as siglas utilizadas nesta pesquisa sempre que necessário, especialmente quando o significado não estiver na página anterior ou quando o termo demandar conhecimento específico da área. As siglas mais usuais, como ENEM, de conhecimento popular, serão mantidas em seu formato mais conhecido. Justifico essa escolha observando a distância entre a menção ao nome completo e sua sigla. Isso se dá, conforme destacado por Wânia (Vieira, 2024, p. 19), “para manter a fluidez e facilitar o entendimento, especialmente para leitores iniciantes neste campo de conhecimento”. Além disso, reconheço que em uma tese, consultar constantemente a lista de siglas pode ser cansativo e/ou confuso.

foi dito nesta pesquisa, comecei a selecionar teses voltadas para a área de linguagens, com ênfase em estudos linguísticos, presentes na Biblioteca Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para a pesquisa, optamos pela utilização das seguintes palavras-chave: {ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA} (568 teses); {ENSINO DE REDAÇÃO} (356 teses); {ENEM} (289 teses); {REDAÇÃO PARA O ENEM} (33 teses); {REDAÇÃO DO ENEM} (65 teses); {ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA + REDAÇÃO} (69 teses); {ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA + ENEM} (38 teses); {REDAÇÃO + NOTA 1000} (6 teses); {REDAÇÃO + ENEM + FEMINISMO} (3 teses); {REDAÇÃO + ENEM + FEMINISMO + FORMAÇÃO} (2 teses).

Seguindo a linha de exposição dos professores/pesquisadores, em uma primeira filtragem, encontrei mais de 1400 publicações potenciais para a revisão do estado da arte desta proposta. Com base na primeira busca, utilizamos um segundo filtro de seleção — pesquisas que envolvam a abordagem teórica-metodológica de estudos discursivos da língua(gem). No segundo processo de triagem, selecionamos 13 pesquisas a partir das quais realizamos uma leitura de direcionamento da pesquisa.

Ainda no caminho de definição da tese, para o levantamento do *corpus* de pesquisa, elaboramos um projeto³ chamado *Oficina de Técnicas de Redação para o Enem*. A oficina foi aplicada em uma escola pública da cidade de Goiás — município onde me formei como docente e onde também tive a oportunidade de ministrar aulas e formações voltadas para a produção e revisão textual — a partir de uma sequência didática baseada nos pressupostos de Dolz e Schneuwly (2004), com um plano constituído de dez aulas para alunos do terceiro ano do ensino médio. Como eram duas turmas, A e B, aplicamos dez aulas em cada turma, totalizando 20 aulas.

A proposta apresentada pela sequência didática gira em torno de duas produções de texto (inicial e final) do tipo textual dissertativo-argumentativo, o tipo textual exigido pela prova de redação do ENEM. Segundo a Cartilha do estudante, documento disponibilizado pelo INEP aos candidatos inscritos no processo, espera-se do aluno concluinte do Ensino Médio que ele seja capaz de argumentar de forma ética acerca de temas de interesse da sociedade, posicionar-se acerca do problema sinalizado e apresentar uma proposta de intervenção, buscando soluções para os problemas apresentados. Diante disso, não só a estrutura do gênero textual redação solicitado é levada em consideração, mas principalmente o conhecimento acerca das temáticas e a organização dos

³ Nas escolas estaduais, durante minha atuação como professora ou estagiária, observei que toda “intervenção” deve ser proposta a partir de um projeto. Esse projeto deve estar em formato de sequência didática ou projeto de ensino focalizado. Por conta disso, elaboramos um projeto, em forma de sequência didática (que será exposto no decorrer do texto), no qual permitisse nossa entrada na escola com um material já estruturado, mas que ainda pudesse ser adaptado conforme as necessidades e solicitações da escola.

argumentos que devem ser selecionados, organizados e relacionados com o tema para que os alunos obtenham uma boa avaliação no exame, considerando que a redação tem o peso de mil pontos em tal processo seletivo. Vale destacar aqui que uma redação é um gênero textual que envolve uma produção escrita a partir de alguns dos tipos textuais: injuntivo, dissertativo, argumentativo, descritivo e expositivo. Todavia, na redação do Enem, o tipo solicitado é o dissertativo-argumentativo, porque somente dessa maneira o candidato poderá ser avaliado na construção argumentativa de seu texto a partir de uma temática específica.

Ao considerar o aspecto social e a violência simbólica que os discursos podem produzir a partir dos efeitos de sentido na relação sócio-histórica dos enunciados e das relações de poder que constituem os sujeitos sociais e as identidades que são construídas na e pela linguagem, não há como negligenciar os enunciados acionados nos discursos políticos que envolvem violência física ou simbólica contra as mulheres. Enunciados machistas proferidos por figuras importantes do meio político, como, por exemplo, a decepção de um pai ao descobrir que terá uma filha mulher ao invés de um filho homem, a ponto de chamá-la de fruto de uma "fraquejada". Na sequência, os aspectos violentos de depreciação e subjugação podem se agravar com a possibilidade de essa filha, quando se tornar mulher e atingir a idade laboral, ter que repensar uma possível gravidez sob risco de não ser contratada por algumas empresas, pois prejudicaria os rendimentos, seguindo a lógica neoliberal do mercado de trabalho.

Além dessas problemáticas, os dados estatísticos afirmam que, a cada dez minutos, uma menina/mulher é estuprada no Brasil e, a cada sete horas, ocorre um feminicídio, de acordo com dados publicados em março de 2022 pelo portal G1 de notícias. Mais recentemente, com a atualização do Anuário da Segurança Pública do Brasil, publicado em julho de 2023, houve um aumento de 6,6% no número de feminicídios em 2022 em comparação a 2021. No que tange aos números de violência sexual contra mulheres, foram registrados no referido ano os maiores índices da história, com uma média de 205 mulheres estupradas por dia no país. De acordo com o documento, a taxa é de 36,9 estupros por 100 mil habitantes (Brasil, 2010)⁴.

É importante, ainda, citar a Lei nº 13.104/2015, que tornou o feminicídio um homicídio qualificado e o incluiu na lista de crimes hediondos, com penas mais altas, variando de 12 a 30 anos. O feminicídio é caracterizado quando o assassinato envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima. De acordo com dados da Fiocruz

⁴ Dado retirado do Anuário Brasileiro de Segurança Pública / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006)-. – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p. Dados disponíveis em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf> <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/ministra-atribui-violencia-contramulher-aumento-do-odio-no-brasil.shtml>, publicado em 20 de julho de 2023 na página da Folha de S. Paulo por Mariana Holanda e Matheus Teixeira.

(2023), houve um aumento de 31,46% nos feminicídios no Brasil entre 1980 e 2019, passando de 4,40 (1980-1984) para 6,09 (2015-2019) a cada 100 mil mulheres. Diante disso, são urgentes ações concretas de mobilização contra a violência contra mulheres no país. Ainda acrescento que, como professora de linguagens, considero fundamental tratar a comunicação discursiva e não-violenta como parte intrínseca do meu trabalho⁵.

Então, nesta pesquisa, inscrevo-me em uma proposta de intervenção linguístico-discursiva que pode promover resultados no corpo social sob a perspectiva de diminuição dos diversos tipos de violência contra as mulheres na sociedade brasileira. Tomamos por intervenção a ação pedagógica realizada na escola campo que visa a melhorar o processo de ensino e aprendizagem a partir da mobilização de temas relevantes para o corpo social. Isso não significa que a violência contra e entre homens seja ignorada, mas considero emergenciais os estudos acerca das relações entre discurso e atos violentos contra o sexo feminino.

Ademais, a partir dos enunciados proferidos pelo ex-presidente da república, buscamos como objetivo geral refletir sobre a sua relação com o sujeito, a produção de subjetividades e constituições identitárias dessas práticas discursivas que circulam no corpo social e associá-las discursivamente ao ensino através de práticas de escrita dos alunos, concluintes do ensino médio, público-alvo da oficina de redação na escola-campo, objetivando especificamente: (i) Investigar os sentidos do discurso do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e analisá-los em contexto escolar; (ii) Construir uma linha de convergência entre os enunciados polêmicos do ex-presidente aos crescentes números de violência contra a mulher no Brasil; (iii) Analisar a produção de texto do gênero dissertativo-argumentativo de alunos concluintes do Ensino Médio para investigar em que medida os enunciados podem suscitar/legitimar/promover violências contra as mulheres; e (iv) Perceber nesse processo de escrita de si, as incidências da subjetivação dos alunos que estabelece um ponto de contato entre a atualidade e a memória que incita o estudante a escrever sobre as desigualdades de gênero.

Assim sendo, em conformidade com os estudos foucaultianos acerca da “produção do discurso como algo controlado, selecionado, organizado e, ao mesmo tempo, redistribuído à sociedade na tentativa de conjurar os poderes e perigos” (Foucault, 2010, p. 8-9), serão elencadas teorias que contribuirão para com a análise das redações dos alunos, visto que o sujeito – o qual é, para Foucault, alvejado pelos poderes que o atravessam mediante saberes, de modo a torná-lo um produto sempre em constante transformação – está intrinsecamente ligado às relações de poder, pois são elas que atuam em sua constituição. Nesse sentido, o sujeito torna-se o efeito das relações dos

⁵ FIOCRUZ (2023) Cristina Azevedo (Agência Fiocruz de Notícias) <https://portal.fiocruz.br/noticia/homicidios-de-mulheres-no-brasil-aumentam-3146-em-quase-quatro-decadas> publicado em 20/03/2023. Acesso em 10 de agosto de 2024.

discursos construídos pelas relações de poder (Fernandes, 2012). Logo, a sociedade, por sua vez, é o local onde os sujeitos emergem, ancorados em uma ordem de discurso específica na qual estes são devidamente controlados externa e internamente (Foucault, 1996, p. 08-09), a partir da produção discursiva possibilitada pelas relações de poder.

Diante do apresentado, ao considerar os estudos discursivos foucaultianos e os discursos que circulam socialmente por meio de sua materialidade, temos, nesta pesquisa, como o objetivo geral analisar o funcionamento discursivo dos enunciados selecionados: (i) “Eu jamais ia estuprar você, porque você não merece” (2003/2014); (ii) “Na quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher” (2017); e (iii) “Mulher deve ganhar menos porque engravida” (2018), vinculando-os às condições histórico-sociais de sua constituição e aliando-os aos contextos de produção textual. Ressalto que, nos anos subsequentes a esses enunciados, houve uma queda no repasse de verbas para o combate à violência contra as mulheres entre 2017 e 2019, período em que Bolsonaro esteve na presidência. Como resultado, a taxa de feminicídios cresceu consideravelmente. Conforme dados da Rede Brasil Atual, publicados em 2022, o aumento de feminicídios chegou a 75% na região norte do país. Assim, podemos perceber que a violência simbólica e discursiva precede a violência física, e que atos, mesmo que discursivos, vindos de uma figura pública de referência política, ecoam no corpo social e incidem diretamente sobre os corpos das mulheres no país.

Nesse sentido, para a realização desta pesquisa, elaboramos um projeto conforme as diretrizes éticas e o enviamos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Dada a realização da pesquisa em uma escola da rede estadual de ensino, cujo público seria composto por alunos da terceira série do ensino médio — ou seja, menores de idade que precisariam da anuência de seus pais ou responsáveis para participar da oficina de redação —, o projeto foi enviado ao CEP, e aguardamos o aceite dessa instituição para iniciar a oficina de redação. Com isso, pudemos levantar o material de análise, que consistiria nas redações produzidas durante as aulas da oficina, as quais estão disponíveis nos anexos deste trabalho.

A escola selecionada para o levantamento do corpus da pesquisa será chamada apenas de escola-campo⁶, fundada em 1846, foi escolhida para a aplicação da oficina devido à boa relação com a professora regente de Língua Portuguesa, advinda de uma amizade antiga, e também com a equipe gestora. Além disso, sabíamos que muitos alunos daquela instituição, em sua maioria carentes socioeconomicamente e moradores da zona rural, têm poucas (ou quase nenhuma) chances de acesso a cursinhos preparatórios para o Enem. Nesse contexto de possível exclusão de uma parcela de

⁶ O nome da escola não será revelado na pesquisa para que os estudantes participantes da oficina não sejam identificados em nenhuma hipótese.

estudantes da cidade, que é um município pequeno com pouco mais de 20 mil habitantes, percebi que poderia contribuir mediante essa iniciativa, levando conhecimento e oportunidades de acesso à universidade.

A equipe gestora recebeu nossa proposta de oficina de redação em conjunto com a professora regente da disciplina de Língua Portuguesa, especificamente na parte de Redação, por compreender que o curso poderia oferecer melhor preparo aos estudantes para o Enem, desafio que a grande maioria deles enfrentará ao finalizar a última etapa da educação básica. Não havia conhecimento prévio dos alunos, apenas informações sobre a quantidade de turmas e de alunos com frequência assídua.

Descrevo a seguir como se deu o planejamento da Oficina de Redação e qual foi o público-alvo desse curso:

Tabela 1: Público da Oficina de Redação

Período (data/ano)	Turmas	Turno	Quantidade de alunos	Total de alunos	Média de Idade	Quantidade de aulas ministradas
20/05/23 a 30/06/23	A	Matutino	14 meninos	30	17 a 19 anos	10
			16 meninas			
20/05/23 a 30/06/23	B	Matutino	12 meninos	26	17 a 19 anos	10
			14 meninas			
				56		20

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Quadro 1: Programação da Oficina de Redação de acordo com a Sequência Didática

Módulo	Nº da aula	Conteúdos	Temas discutidos	Textos discutidos	Produções textuais
I	1ª	Apresentação o Entrega dos kits	A importância no tratamento da desigualdade entre homens e mulheres no Brasil	-	Redação 1 (diagnóstica)

II	2ª	Estudo da Competência I	Domínio da Língua Portuguesa Estrutura sintática Desvios	Tabela de uso do hífen (impressa)	Aula expositiva (Data-show)
	3ª	Estudo da Competência II	Tipo textual: Dissertativo-argumentativo	Esquema da estrutura da Redação do Enem	Aula expositiva
	4ª	Estudo da Competência II	Tipos de Introdução	Tipos de introdução (impresso)	Aula expositiva e dialogada
			Tema (Proposta de Produção Textual)	Texto I: A desigualdade de Gênero no Brasil em 2016 Texto II: Reportagem sobre a desigualdade de Gênero no Brasil Texto III: Artigo de opinião sobre a desigualdade de Gêneros Texto IV: Mulher deve ganhar salário menor porque engravida Texto V: Charge sobre a	Aula expositiva e dialogada

				desigualdade de Gêneros no Brasil	
	5ª	Estudo da Competência III	Projeto de Texto	Esquema da Estrutura da redação do Enem	Produção da Introdução
		Estudo da Competência IV	Articulação textual	Tabela de Recursos Coesivos	Aula expositiva e dialogada
	6ª	Estudo da Competência IV	Repertório e Argumentação	Tabela de Recursos Coesivos Estrutura da Redação do Enem Pesquisa de repertório sócio cultural	Produção dos 2 parágrafos de desenvolvimento
	7ª	Estudo da Competência V	Conclusão com Proposta de Intervenção	Elementos essenciais da proposta de intervenção (impresso)	Produção da Conclusão
		Situações que levam a nota zero	Situações que levam a nota zero	Apresentação das situações que geram anulação da Redação do Enem.	Aula expositiva e dialogada
	8ª	Projeto de Texto	A importância no tratamento da	Retomada dos textos motivadores	Finalização da Redação 2 (final)

III			desigualdade entre homens e mulheres no Brasil		
	9ª	Feedback das redações	Desvios constantes e problemas de estrutura apresentados	As redações dos alunos	Aula expositiva e dialogada
	10ª	Reescrita	Reescrita com correção dos desvios gramaticais e estruturais	As redações dos alunos	Refacção da Redação final
Confraternização			Momento de despedida e fotos		

Fonte: Elaborado pela própria autora

Na Tabela 1 e no Quadro 1 acima, apresento a demonstração de como a oficina foi planejada e executada. No primeiro dia de oficina entregamos kits contendo: 1 lápis, 1 borracha, 1 caneta preta e 1 caderno brochura com 46 folhas, material considerado necessário para a produção do texto. Todo o material dos kits foi custeado pela pesquisadora. Embora o planejamento tenha sido o mesmo para as duas turmas, a execução das aulas apresentou variações, considerando aspectos como assiduidade, comportamento, participação e interesse dos alunos.

A intervenção no ensino, realizada em 2023, foi centrada na produção textual do tipo dissertativo-argumentativo, com o objetivo de promover discussões e reflexões sobre temas como violência contra a mulher e desigualdade salarial entre os gêneros. O objetivo dessa intervenção escolar foi incitar posicionamentos críticos, antimachistas e antimisóginos, nos jovens matriculados no terceiro ano do ensino médio e, com isso, obter material empírico para minha pesquisa de doutorado, que busca relacionar os enunciados machistas e misóginos aos comportamentos discursivos e violentos na sociedade atual. As redações iniciais e finais dos

alunos compõem o corpus de pesquisa, uma parte essencial para a análise da constituição sócio-discursiva entre o dizer e o fazer em relação à violência contra a mulher na sociedade brasileira.

Para mais, considero prudente mencionar que minha investigação sobre a desigualdade de gênero começou durante minha formação em pós-graduação, quando desenvolvi interesse por questões discursivas que envolvem gênero, especificamente o feminino e o masculino. Na minha dissertação de mestrado, analisei as reverberações discursivas do pronunciamento do ex-presidente Michel Temer em homenagem ao Dia da Mulher em 2017. No referido estudo, investiguei, por meio de comentários de internautas na página do YouTube em que o pronunciamento foi publicado, como os enunciados machistas, misóginos e feministas inscrevem os sujeitos discursivos na sociedade. Utilizei o método qualitativo e a abordagem das regularidades encontradas pelo viés discursivo da Análise do Discurso foucaultiana.

Nessa perspectiva, continuo com esta linha de pesquisa na tese, explorando como os enunciados machistas e opressores que circulam no meio político se reverberam nos discursos dos alunos. Busquei analisar as regularidades presentes nas sequências enunciativas encontradas nas redações dos alunos, seja enquanto argumento de defesa de um ponto de vista, seja em situações de enfrentamento do problema na proposta de intervenção.

Ao pensar na prática que tive com os alunos, posso afirmar que na Turma A, embora com menor presença de alunos, a execução ocorreu conforme planejado em termos de tempo de aula teórica e expositiva. Os estudantes, em sua maioria meninos, estavam atentos e interessados nos conteúdos apresentados e na possibilidade de se prepararem para a prova de redação do Enem. As meninas, em menor quantidade, dividiam sua atenção entre a aula e o uso do celular. Houve alguns imprevistos nessa turma em relação à rotina da escola, pois, durante o período das aulas destinadas à oficina, foi necessária a aplicação de provas externas, o que fez com que o tempo de execução da sequência didática fosse estendido.

Já na Turma B, com maior número de alunos presentes, houve maior dificuldade na exposição dos conteúdos propostos na sequência didática, devido a conversas paralelas e à indisciplina de alguns estudantes. Nessa turma, também havia maior quantidade de meninos e poucas meninas. Conforme a rotina da escola, houve uma perda de cerca de 10 minutos de cada aula, devido ao horário de lanche dos alunos coincidir com o momento da oficina de redação na Turma B, o que também fez com que o período previsto das aulas fosse estendido. É importante destacar que, apesar de termos em média 40 estudantes contemplados com a oficina de redação (média de alunos presentes nas aulas), tivemos 23 redações finalizadas e entregues,

visto que as faltas e o desinteresse — alguns alunos afirmavam que não iriam fazer a prova do Enem — foram desafios presentes nesses dias de curso.

No contexto dessas aulas, como já citado anteriormente, observei a existência de uma possível naturalização da violência contra a mulher por meio dos enunciados discursivos que circulam e que podem estar sendo legitimados pelos pronunciamentos de um ex-presidente do Brasil. Isso reforça a relevância deste estudo para a sociedade brasileira, ao reconhecer a necessidade urgente de pesquisas que investiguem a relação entre o discurso e a ação no corpo. Neste caminho, dados e depoimentos indicam que a violência verbal muitas vezes precede a física, sugerindo que a linguagem violenta produz ações e efeitos que deixam marcas profundas na vida das pessoas.

É preciso, portanto, promover, através da educação, transformações na linguagem, mas é necessário, ainda, considerar principalmente transformações na subjetividade dos alunos. com o objetivo de torná-la não violenta e, conseqüentemente, respeitosa para com todos os cidadãos, independentemente de gênero, raça ou sexualidade, uma vez que essas são construções sociais mediadas pela linguagem. Seligman (2011), em suas pesquisas sobre educação positiva, afirma que esse tipo de educação tem como função dominar as emoções a partir do engajamento (interesse e curiosidade) e da realização, como a busca por resultados significativos que visam a contribuir para uma sociedade, melhorando as habilidades socioemocionais, que são formadas pelas capacidades individuais que se manifestam nos modos de pensar, sentir e nos comportamentos ou atitudes para se relacionar consigo mesmo e com os outros, estabelecer objetivos, tomar decisões e enfrentar situações adversas ou novas.. Nesse contexto, é necessário direcionar a educação para ser não-violenta, a fim de formarmos uma sociedade respeitosa no futuro. A partir dessa relevância social, destaco que esta pesquisa se justifica pela relação entre os enunciados opressores, depreciativos e violentos e os números alarmantes de violência doméstica e feminicídios no Brasil. Neste sentido, posso observar que, no século XXI, há uma exacerbação no uso de enunciados de exclusão e ódio, que perpetuam e mantêm o poder derivado da hegemonia masculina. Inicialmente, posso afirmar que isso impacta a formação humana dos alunos, tanto dos homens, que podem perpetuar essa hegemonia, quanto das mulheres, que podem acabar legitimando esse poder cis-heteronormativo.

Destarte, é válido apontar que este trabalho é composto por três capítulos que exploram a complexa relação entre discurso, poder e violência de gênero no contexto brasileiro, com foco nas práticas discursivas que perpetuam desigualdades e agressões contra as mulheres.

O primeiro capítulo, intitulado *O Discurso e o Ensino: Uma Análise Crítica das Desigualdades no Contexto Escolar*, examina o papel do discurso na reprodução das desigualdades

sociais no ambiente escolar. Com base nas teorias de Michel Foucault, o capítulo aborda como a educação pública no Brasil, influenciada por políticas neoliberais, transforma-se em um instrumento para a produção de corpos dóceis, isto é, manipulados pelos donos do poder para se tornarem meras ferramentas produtoras, e mão de obra barata, negligenciando a formação crítica e cidadã dos estudantes. O capítulo discute ainda os desafios impostos pelas diretrizes curriculares, como os PCN's e a BNCC, que, embora preconizem uma formação integral, acabam reforçando uma educação tecnicista e limitadora.

O segundo capítulo, *O Discurso de Ódio no Cenário Político: Violência Simbólica e suas Implicações*, investiga como os discursos de ódio proferidos por figuras públicas no cenário político brasileiro contribuem para a legitimação da violência simbólica e física contra as mulheres. A partir das análises de Judith Butler e Michel Foucault, o capítulo explora como os atos ilocucionários e perlocucionários presentes nos discursos de políticos, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, produzem efeitos devastadores na sociedade, reforçando estereótipos misóginos e incitando a violência de gênero. O capítulo também aborda a relação entre discurso e poder, destacando como o espetáculo midiático contribui para a disseminação e normalização de discursos violentos.

No terceiro capítulo, *As Mulheres como Alvo: Ataques Públicos e Privados*, o foco recai sobre as formas de manipulação e violência psicológica que afetam as mulheres, tanto em espaços públicos quanto privados. O conceito de "Gaslighting" é central neste capítulo, mostrando como a manipulação emocional e a distorção da realidade são utilizadas para desestabilizar e controlar as mulheres, levando-as a duvidar de sua própria sanidade e capacidade. O capítulo traz à tona relatos de violência doméstica e abuso psicológico, incluindo casos de figuras públicas, e discute a perpetuação desses abusos dentro da estrutura patriarcal da sociedade brasileira.

O quarto capítulo, *a escola na construção de subjetividades: Como os acontecimentos públicos/políticos podem incidir no trabalho escolar*, apresenta a análise dos textos produzidos pelos alunos durante a oficina de redação realizada para levantamento do corpus. Nesse capítulo, relacionamos enunciados das redações dos alunos aos enunciados do ex-presidente e ex-deputado Jair Bolsonaro para demonstrar que o machismo e a misoginia se perpetuam na sociedade a partir de discursos opressores que os fortalecem e os legitimam, visto que, um político que exerce algum poder em relação aos seus eleitores será um espelho para essa

geração, logo, seus atos – representados pelos seus discursos – serão exemplos ruins a serem seguidos.

Nas considerações finais fazemos um retrospecto do texto em relação à importância do ensino para a reflexão e estudo de questões que ferem as mulheres no Brasil. Isso porque é na escola que muitos estudantes têm a oportunidade de (re)conhecer outros posicionamentos e, assim, constituírem sua subjetividade de modo a tornar a sociedade brasileira mais segura para as mulheres. Nessa constituição, o Enem exerce papel incontestável em relação ao estudo e debate de temas sociais, os quais os alunos (participantes do Enem) precisarão dissertar e argumentar sobre eles.

Por fim, vale destacar que, visando à projeção de continuidade deste projeto de prática de escrita, pretendemos, em uma futura pesquisa de pós-doutorado, elaborar uma proposta com modelo de aplicação aos professores ou de material instrucional que contribua com a práxis pedagógica e educacional, considerando a subjetividade dos alunos no processo de escrita, mesmo quando o processo for baseado na didatização textual a partir de modelos “engessados” de texto.

1. O DISCURSO E O ENSINO

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, A Ordem do Discurso, 2010, p. 8-9)

Ao pensarmos no ensino de Língua Portuguesa no Brasil, não podemos desconsiderar a importância do discurso nesse processo. Isso porque é pela linguagem que a comunicação ocorre, de modo que, pelos discursos, verdades e poderes são constituídos. Nesse contexto, a escola torna-se o local onde as discussões podem ser mediadas e fundamentadas com a ajuda do professor. Logo, é nesse espaço que as desigualdades devem ser mobilizadas e discutidas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária para todos os sujeitos sociais.

Apesar dos esforços dos profissionais da educação, as desigualdades continuam presentes, especialmente no ambiente escolar. A desigualdade social, em particular, pode ser exacerbada pela falta de acesso ao conhecimento, já que, segundo Laval (2004, p.11), “a escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico”. Em outras palavras, o ensino tem se transformado ao longo da história e vem sendo determinado pelo poder aquisitivo dos atores da educação, que poderíamos chamar de “clientes” na atual conjuntura.

Assim,

Há uma [lógica] que busca negar o que está no princípio da educação pública, a apropriação por todos de formas simbólicas e de conhecimentos necessários ao julgamento e ao raciocínio e que promete, no seu lugar, aprendizados doces às empresas e voltados para a satisfação do interesse privado. Quem mais é em nome da "igualdade de chances", instaura uma lógica mercantil que consolida e mesmo intensifica as desigualdades existentes (Laval, 2004, p. 21).

Diante disso, podemos perceber que as chamadas "aprendizagens úteis" têm ganhado mais espaço no contexto escolar público, pois é por meio delas que são fabricadas mão-de-obra e corpos doces, como diria Foucault (1999), profissionais técnicos e prestadores de serviços que atendem às necessidades do mercado. Nesse sentido, de acordo com Laval (2004), a igualdade de oportunidades se torna cada vez mais distante para os estudantes pobres.

É crucial entender que “a escola, que não é mais a única fonte de saber, deve, doravante, ‘aprender a ensinar’ a fim de que a criança possa ordenar e selecionar a

informação confusa, lacunar e orientada da cultura comercializada de massa” (Laval, 2004, p. 10). Dessa forma, está ao alcance da escola orientar os estudantes sobre as informações confusas às quais estão expostos através da mídia, das redes sociais e até das próprias famílias, que, em alguns casos, desconhecem a real conjuntura do país e as oportunidades oferecidas aos jovens. Muitas vezes, esses jovens são direcionados unicamente para o trabalho, mesmo antes de concluírem o ensino médio, através de programas sociais que contratam adolescentes a partir dos 16 anos para o primeiro emprego. Embora essa seja uma alternativa valiosa para as famílias que precisam da contribuição financeira oriunda do trabalho adolescente, é essencial destacar a necessidade de uma formação integral que possibilite ao aluno a obtenção de um diploma de ensino superior. Isso lhes garantiria, ou ao menos apresentaria, oportunidades de crescimento profissional que não se limitem ao âmbito técnico.

É importante destacar que reconhecemos as dificuldades enfrentadas pelas famílias pobres no Brasil e entendemos a necessidade de que um(a) filho(a) jovem trabalhe e contribua para o sustento familiar. Todavia, o que queremos expor aqui é que o emprego, nesses casos, é momentâneo, e que, ao terminar o ensino médio e completar 18 anos, o jovem poderá se encontrar novamente desempregado e, além disso, despreparado para o Enem, que é o maior processo seletivo com vistas ao ingresso na universidade do país. Isso ocorre porque, ao se dedicar ao subemprego nos anos finais do ensino médio, ele se esquia de uma rotina de estudos necessária para ingressar na universidade pública por meio dos processos seletivos unificados existentes no país. A lógica neoliberal, nesse contexto, é a de que

As reformas impostas à escola vão ser, cada vez mais, guiadas pela preocupação com a competição econômica entre sistemas sociais e educativos e pela adaptação às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica geral. As "reformas orientadas pela competitividade" tiveram, inicialmente, a finalidade de melhorar a produtividade econômica melhorando a "qualidade do trabalho" (Laval, 2004, p. 12)

Isso demonstra que a competição econômica pelo mercado de trabalho é desleal, pois os estudantes de baixa renda competirão pelas vagas destinadas aos mais pobres, ficando ainda mais distantes de cursar uma universidade e se formar em profissões de seu interesse, sejam elas de prestígio social e financeiro ou não. Essa desigualdade é agravada pelas mudanças nos conteúdos propostas para o novo ensino médio, que, ao focarem exclusivamente na preparação dos jovens para o mundo do trabalho, comprometem os conteúdos específicos para o Enem. Esses conteúdos preveem que os estudantes precisam

estar preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas também para estar conscientes das atualidades do Brasil e do mundo, além de aptos a apresentar soluções para problemas de cunho social. Assim sendo, "mais pessoas são chamadas para o saber, mas é um saber que deve ser útil, servir à finalidade do bem-estar" (Laval, 2004 p. 23), e esse bem-estar está intimamente ligado ao emprego e à carteira assinada.

Podemos compreender, a partir dessa discussão, que

O saber não é mais um bem a adquirir para participar de uma essência universal do ser humano, como no antigo modelo escolar que, é necessário lembrar, reservava esse bem supremo a alguns, mas um investimento mais ou menos rentável para os indivíduos igualmente dotados e talentosos. Os valores que tinham, até lá, constituído o mundo escolar, são substituídos por novos critérios operacionais: a eficácia, a mobilidade, o interesse. É que a escola muda seu sentido; ela não é mais o local de assimilação e de presença frequente das grandes narrações que forjam caracteres estáveis para situações sociais bem definidas; ela é lugar de formação de caracteres adaptáveis às variações existenciais e profissionais em movimento incessante (Laval, 2004, p. 23-24).

Laval (2004) afirma que o saber se modifica ao longo dos anos, especialmente no contexto do ensino. Junto ao saber, os valores também se transformam, pois, a partir do mundo moderno, é necessário considerar novos critérios de operação para que os futuros profissionais sejam adaptáveis à constante movimentação que o mercado de trabalho exige. O aluno, de acordo com Laval (2004), passa a ser considerado um caractere, um número a mais para atender à demanda do mercado de trabalho.

Nesse contexto, destacamos as premissas de Guacira Lopes Louro⁷ (2001, p. 58), ao afirmar que “a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o lugar dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas”. Assim, vemos delinear uma posição que vai além do mercado de trabalho, sendo construída na escola: uma construção de gênero alinhada às condutas patriarcais que moldam as relações sociais desde os anos 800 a 500 a.C. Diante disso, é:

[...] ali [na escola que] se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma reconheça os sons, os cheiros e os sabores ‘bons’ e decentes e rejeitem os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras (Guacira Lopes Louro, 2001, p. 61).

⁷ Em um movimento decolonial, optamos por apresentar os nomes completos das mulheres estudiosas e pesquisadoras que se fazem presentes em nosso aporte teórico ao longo de todo o texto, para ressaltar a importância da valorização do trabalho feminino, em qualquer instância.

É nesse ambiente que as diferenças são constituídas, no reconhecimento do diferente, seja de gênero — menino ou menina —, cor de pele, necessidades especiais, aparência física ou padrão de intelectualidade. Há, portanto, na escola, um processo de construção dos sujeitos, isto é, molda-se a identidade a partir dos diversos saberes, que é contínuo e tão sutil que se torna quase imperceptível (Guacira Lopes Louro, 2001, p. 63). Por isso, é importante nos atentarmos para as relações de poder sutis que são expostas e impostas à medida que a escolarização acontece, pois, “as práticas cotidianas que envolvem todos os sujeitos [...] e são elas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança” (Guacira Lopes Louro, 2001, p. 63). É nesses momentos que a subjetividade é moldada pelos fazeres e dizeres sociais.

Guacira Louro (2001, p. 63) questiona ainda se “é natural que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupo e para as filas, se é preciso aceitar ‘naturalmente’ a escolha de brinquedos diferenciada segundo o sexo se no futuro elas e eles se misturarão para brincar ou trabalhar - quando crescerem”. Observamos, nessa conjuntura, uma contradição social na forma como meninos e meninas são conduzidos no contexto escolar a partir da lógica neoliberal, pois todos precisam estar aptos a serem úteis no mercado de trabalho, conforme aponta Laval (2004). Desse modo, meninos e meninas devem conviver desde a infância com igualdade de tratamento, de brincadeiras e de responsabilidades, já que, na vida adulta, na maioria dos contextos, essas diferenças se tornam irrelevantes.

No entanto, em muitas situações, as mulheres ainda são estigmatizadas como frágeis e incapazes, o que, infelizmente, contribui para promover uma diferença salarial entre os sexos em torno de 22%, segundo dados do IBGE⁸. É perceptível, portanto, que a diferença salarial não nasceu da noite para o dia, pois as desigualdades entre os homens e as mulheres são alimentadas e mantidas desde o início dos tempos a partir do pensamento patriarcal e dos enunciados que legitimam tal pensamento. Soma-se a isso o fato de que, a cada século, os enunciados tomam outras circunstâncias e outros formatos, num processo de descontinuidades, porém, mantendo-se subjugando e inferiorizando as mulheres.

Diante do contexto apontado, compreendemos que enunciados machistas e misóginos, como os do ex-presidente Jair Bolsonaro, podem contribuir para a perpetuação

⁸ Dados disponíveis no site UOL – Economia - <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/03/08/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-vai-a-22-aponta-ibge.htm> por Luciana Dyniewicz.

e reforço das desigualdades. Os três enunciados de Bolsonaro selecionados para esta pesquisa são:

Quadro 2: Enunciados machistas e misóginos do ex-presidente Jair Bolsonaro

Enunciado	Ano	Local de publicação
“Eu jamais ia estuprar você porque você não merece”	2003/ 2014	Direcionado à Deputada Maria do Rosário na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, nas duas datas diferentes. Vídeo Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LD8-b4wvIjc
“Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher.”	2017	Enunciado proferido em uma palestra na Hebraica, no Rio de Janeiro. Reportagem disponível em: https://revistaforum.com.br/politica/2017/4/5/bolsonaro-eu-tenho-filhos-foram-homens-quinta-eu-dei-uma-fraquejada-veio-uma-mulher-19902.html
“Mulher deve ganhar menos porque engravida”.	2018	Entrevista ao Jornal Zero Hora durante campanha eleitoral. Reportagem disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/stf-reafirma-direito-da-gestante-ja-bolsonaro-diz-que-contratar-mulher-e-carro-51ce

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Como pretendemos estabelecer um diálogo discursivo entre esses enunciados e as redações produzidas pelos alunos durante a oficina, demonstraremos algumas das percepções obtidas durante a análise neste capítulo. Para isso, selecionamos alguns fragmentos das redações produzidas pelos estudantes. Os enunciados dos alunos são recortes dos textos completos, disponíveis nos anexos deste trabalho.

O código de apresentação dos enunciados refere-se à identificação do estudante que produziu o texto, sendo composto da seguinte forma: A (Aluno) EM (Ensino Médio) 12, que é a numeração do texto para fins de busca nos anexos, e R1 (Redação 1), visto que foram produzidas duas redações (a inicial-diagnóstica, R1, e a final, que também será chamada de Redação 2, R2). NT refere-se ao Núcleo Temático específico ao qual cada grupo de enunciados pertence. Este primeiro núcleo, que será discutido, foi selecionado como parte do Núcleo Temático 2, que se concentra em textos que abordam aspectos de gênero/religião.

Para orientar o leitor, apresento abaixo um quadro que especifica as regularidades mais comuns encontradas nas produções textuais e sobre as quais nortearmos nossas análises mais adiante. O quadro também informa a quantidade de enunciados que foram selecionados para as

análises. Tal seleção foi ancorada na constituição de regularidades enunciativas de interesse para esta pesquisa:

Quadro 3: Regularidades

Núcleo Temático 1 Violência/Assédio/ Família	Núcleo Temático 2 Gênero/ Religião	Núcleo Temático 3 Política/ Emprego	Enunciados
07	10	14	31
AEM11/R2 NT1 “Nos tempos de hoje se a mulher ocupa um cargo onde se encontra mais homens ela é assediada, e no fim das contas é considerada há errada da história, e tem que ficar calada por motivos que não covém” AEM7/R2 NT1 “Portanto a pior desigualdade que existe e a violencia contra as mulheres, desde o Brasil colonial escravas e muitas mulheres em vários segmentos da pirâmide social sofreram e ainda sofrem com esse tipo de violência” AEM5/R1 NT1 “Em primeiro lugar é importante destacar que a socie- -dade brasileira é extremamente machista, por causa das es- -truturas	AEM12 R1 NT2 “Não é de hoje que homens e mulheres são tratados diferentes durante toda a vida. Desde cedo pais ensinam as criança que meninos Brincam com carrinhos, e as meninas, com Bonecas. Isso já acontece a muito tempo, que o homem irá crescer para ter propriedade e a mulheres para ser mãe e cuidar de casa. Quando o homem cresci aprendi quanto mais mulheres eles tiverem, melhor será visto pelos outros, já mulheres aprendi que deve se preservar ao máximo e nunca ser vulgar” AEM11 R2 NT2 “Não é de hoje que ouvimos das dificul- -dades das mulheres no mercado de trabalho, vale ressaltar que a comunidade LGBTQI+ também é dificultoso por causa dos estereótipos imposto para	AEM4 R1 NT3 “A legitimação da desigualdade entre homens e mulheres, em grande medida, justifica-se com base em características físicas, diferenças hormonais, assim, a mulher é considerada mais fraca, menos ágil, menos racional, portanto, apta a atividades menos complexas, possuidora do instinto maternal e, por isso, apta a ser cuidadora dos demais por vocação, como uma missão que não carece ser reconhecida e retribuída” AEM17 R 2 NT3 “Na esquete de humor satírica ‘Emprego’, publicada pelo canal Porta dos Fundos no Youtube, uma personagem diz estar acostu- -mada a ‘ganhar 30% a menos do que qualquer homem no mês- -mo cargo’ em uma entrevista de emprego. Mesmo que de forma irônica o vídeo denuncia uma situação conspícuo	

culturais antigas. De acordo com o filósofo Kant ‘o homem é aquilo que a educação faz dele’, ou seja, ele vai agir conforme foi criado. Sendo assim, os homens só estão a cima das mulheres por causa da estrutura familiar antiga que a so- -cidade utiliza. Além disso, a falta de empatia acaba gerando violên- -cia contra as mulheres, que lutam pela equidade de gêneros” AEM8/R1 NT1 “Como consequência dessa concepção de soberania por parte da população masculina, ao decorrer dos anos houve um crescimento dos casos de feminicídio. Exemplo disso foi o caso da Eliza Samúdio, que em 2010 foi assassinada e as pro- -vas dizem que foi seu marido, o goleiro Bruno. Diante disso é preocupante a forma em que as mulheres estão cada vez mais vulneráveis a todo tipo de violência” AEM1/R1 NT1 “Durante muito tempo, a mulher foi excluída da participação efetiva nos espaços públicos do trabalho fora do	manutenção da desigualdade. Como resultado, pessoas são duramente humilhadas, espancadas e, em casos extremos, são mortas, vítimas da discriminação por não se encaixarem no padrão norma- -tivo proposto pela maioria” AEM4 R2 NT2 “É de conhecimento geral que a inferioridade feminina está baseada no conceito de que a mulher é fraca, submissa e passiva. Mesmo estando na segunda década do século XXI, ainda há, em todo o mundo, pessoas que acreditam que as mulheres são inferiores aos homens. No Brasil, 19% dos homens acreditam na inferioridade feminina, e algumas mulheres concordam com eles. Segundo uma pesquisa feita pela Ipsos, 14% das mulheres entrevistadas relataram que se consideram inferiores aos homens” AEM2 R2 NT2 “A desigualdade entre homens e mulheres é algo hereditário que vem evoluindo de forma negativa nos dias de hoje (...) nos dias atuais as mulheres são vistas como peso	no Brasil, em que mu- -lheres são tratadas injustamente no mercado de trabalho e além dis- -so, são subrepresentadas na política” AEM18 R2 NT3 “Em uma primeira análise deve-se ressaltar, a ausência de comprimento de medidas governamentais no combate a desigualda de gênero. Nesse sentido, o gênero feminino vem sendo agravado em seus direitos sendo oprimido pela sociedade, onde muitas vezes dizem que a mulher não tem capacidade de exercer funções políticas como os homens. Que infelizmente é comum no Brasil” AEM11 R1 NT3 “Atualmente o Brasil em cada ano que passa o sistema tenta calar todos mas um dos maiores exemplos disso acontece com a cor de pele pois fizeram um estudo que homens e mulheres com o mesmo emprego a mesma idade esta sendo prejudicado em seus empregos pois são de cores diferentes, um homem branco ganhando mais que uma mulher, uma mulher branca recebendo mais que uma mulher negra” AEM17 R1 NT3 “Em primeira análise, o Brasil fez sim avanços	
--	---	---	--

âmbito doméstico e da possibilidade de desenvolvimento científico e intelectual por meio de educação formal, além de estarem submetidas ao poder dos homens de sua família, em geral seus pais e maridos” AEM3/R1 NT1 “Para alcançar a igualdade de gênero é preciso dizer que mulheres são mais propensas a sofrerem violência sexual e doméstica dos homens” AEM15 R1 NT1 “Outro fator importante que causa a desigualdade de gênero, certamente é o aumento da violência contra as mulheres. Cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual durante a pandemia da Covid 19 (...) Haja vista que o problema continua após o período mais agravante da doença, e vem se alastrando cada vez mais”	ou objeto sendo que elas estudam mais que os homens” AEM2 R1 NT2 “A desigualdade de gênero é um problema antigo, porém atual. Desde os primórdios da humanidade, a maioria dos povos caminhou para o desenvolvimento de sociedades patriarcais em que homem detinha o poder de decisão sobre a família. Esse modelo foi transportado do âmbito familiar privado para o ambiente público fazendo com que sistemas políticos desenvolvessem-se pelo comando masculino” AEM13 R1 NT2 “Em pleno século XXI ainda é grande a discriminação por parte da sociedade masculina, onde os homens dizem ter uma certa superioridade em relação às pessoas do sexo feminino. Onde muitas vezes acabam fazendo comentários preconceituosos até mesmo críticas em relação ao espaço que a mulher ocupa na sociedade. Dizendo que lugar de mulher é na cozinha e não em uma cadeira de escritório”	consideráveis em questões feministas, sendo, por exemplo, um dos primeiros países a eleger uma presidente mulher. Porém, tais avanços não necessariamente se traduzem em maior igualdade na prática – como foi constatado pelo IBGE em 2018 em uma pesquisa que dizia que homens recebem cerca de 50% a mais que mulheres da mesma idade” AEM7 R 2 NT3 “Hoje em dia muitos empregos não pagam às mulheres pelo o mesmo valor que os homens por achar que a mulher é o estigma do sexo frágil, e a diferença salarial é muito diferente tendo em vista que muitas mulheres sofrem com isso, a maioria faz protestos para propor que precisa dos direitos de igualdade entre homens e mulheres” AEM19 R1 NT3 “A sociedade diferencia homens e mulheres pelos trabalhos, muitas vezes ocorre de uma mulher ter o mesmo cargo na empresa que o homem mais ganhar menos só por ser uma mulher” Muitos fatos tem ocorrido e sendo discutido pela diferença do salário de uma mulher que engravida e até alguns casos a empresa afasta	
---	--	--	--

	AEM9 R1 NT2 “Em primeiro plano, é importante ressaltar que o futebol feminino enfrenta a falta de investimentos, patrocínio e recursos. Ainda existe a diferença salarial entre jogadores e jogadoras, com as mulheres recebendo, muitas vezes, menos remuneração mesmo jogando em níveis profissionais similares. Além disso, o futebol feminino sofre com a falta de visibilidade e reconhecimento por parte da mídia e dos fãs de futebol. Em consequência disso, as jogadoras são frequentemente subestimadas e têm menos oportunidades de se desenvolver no esporte. Além disso, a falta de mulheres em programas esportivos também pode ser apontada como um fator que promove o problema. Muitas mulheres desistem de atuar na mídia esportiva porque a participação feminina nessa área não é valorizada devidamente, resultando em remuneração inferior, falta de respeito e exposição a piadas e comentários sexistas. Como resultado, a	as gestantes, diminui os seus salários, mas uma coisa que elas tem direito é da licença maternidade. Perante a lei do artigo 23, a declaração universal dos direitos humanos mulheres e homens tem direito sem alguma discriminação pelo salário igual pelo trabalham igual” AEM13 R 2 NT3 A desigualdade entre homens e mulheres é uma das maiores desigualdades de gêneros no Brasil, as desigualdade de poder refere-se ao acesso às oportunidades econômica, político é social, e a diferencia entre os salários é muito grande. as mulheres ganham menos que os homens e estão, em número menor em relação a posição de chefia ou em cargos elitistas é também trabalham mais no ambientes doméstico, cuidar da casa e da família. Já os homens trabalham em serviços produtivos no ambiente público. AEM13 R1 NT3 “Em pleno século XXI ainda é grande a discriminação por parte da sociedade masculina, onde os homens dizem ter uma certa superioridade em relação as pessoas do sexo feminino. Onde muitas	
--	--	---	--

	sociedade tende a reforçar estereótipos negativos de gênero, contribuindo para a perpetuação da desigualdade de gênero” AEM14 R1 NT2 “Apesar de ainda vemos tanta desigual- dade, não só salarial mas como na forma de tratamento em qualquer situação, inquestionavelmente as próprias mulheres contribuem para isso, se deixan- -do ser pisada pelo patriarcado já implantado em suas mentes desde que nasceram, enraizadas em sua educa- -ção” AEM16 R1 NT2 “Tendo em vista que a desigualdade de gênero é, uma construção social, des- -de que nacemos, o homem sempre foi superior a mulher, tanto quanto na representação política, entre outros. Em virtude da desigualdade entre homens e mulheres, justifica-se com base em características físicas e hor- -monais, se não fosse pelas mulhe- -res fortes e corajosas nem um de nós estaríamos aqui” AEM3 R1 NT2 “A desigualdade de gênero no Brasil surge	vezes acabam fazendo comentários pre- -conceituosos é ate mesmo criticas em relação ao espaço que à mulher ocupa na sociedade, dizendo que lugar de mulher e na cozinha é não em uma cadeira de escritório. O gênero feminino é muito criticado e até mesmo oprimido pela sociedade” AEM20 R1 NT3 “Outro ponto importante, e a carência de mulheres em car- -gos de liderança. Apesar de serem a maior parcela no em- -sino superior, as mulheres ainda sofrem discriminações sobre sua capacidade em posições de comando. Isso acontece por causa de resquícios de uma sociedade patriarcal, onde a mulher era vista como inferior ao homem” AEM9 R1 NT3 “a falta de mulheres em programas esportivos também pode ser apontada como um fator que promove o problema. Muitas mulheres desistem de atuar na mídia esportiva porque a participação feminina nessa área não é valorizada devidamente, resultando em remuneração inferior, falta de respeito e exposição a piadas e comentários sexistas. Como resultado, a sociedade tende a	
--	---	--	--

	ainda na infância enquanto o homem é preparado para trabalh- ar fora e encontrar a casa organizada, a mulher ainda é vista como a principal responsável pelas tarefas domesticas e por cuidar dos filhos”	reforçar estereótipos negativos de gênero, contribuindo para a perpetuação da desigualdade de gênero” AEM21 R1 NT3 “É notório que no Brasil as mulheres são vista inferiores aos homens, essa ideia é criada desde a Antiguidade no qual eram tratadas dessa maneira. Sabe-se que há uma grande dificuldade na hora de entrar no mer- cado de trabalho, há ainda a diferença salarial e assim também a ideia de que ela é somente dona de casa” AEM3R1 NT3 “A desigualdade de gênero no Brasil surge ainda na infância, enquanto o filho homem é preparado para trabal- har fora encontrar a casa organizada, a mulher ainda é vista como a principal responsável pelas tarefas domésticas e por cuidar dos filhos Já em profissões entendidas como ‘masculinas’ a participação da mulher não só é menos valorizada, quase sempre com remuneração mais baixa, como também discrimi- -nada. Já passou da hora das famílias se darem conta de que a criação com mais igualdade é mais positiva, tanto para as meninas, como para os meninos. Por exemplo, ao assumir	
--	--	--	--

		tarefas domésticas, a criança desenvolve uma série de habilidades importantes: trabalho cooperativo, organização” AEM22 R1 NT3 “(…) vale apontar a preferência das empresas na contratação de homens. Na série advogada extraordinária, ocor- -re a demissão de mulheres por falta de estrutura na empresa. Porém, todos os homens continuam com seus contratos. Se- -gundo o empresário, mulheres são instáveis no ambiente de trabalho”	
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Ao abordar questões de gênero a partir do binarismo homem/mulher, observamos, na escrita dos alunos, um contexto de diferenças que é destacado nos excertos das redações⁹ abaixo:

Enunciado AEM12 R1 NT2

“Não é de hoje que homens e mulheres são tratados | diferentes durante toda a vida. Desde cedo pais ensinam as criança que meninos Brincam com carrinhos, e as | meninas, com Bonecas. Isso já acontece a muito tempo, que | o homem irá crescer para ter propriedade e a mulheres para ser mãe e cuidar de casa. Quando o homem cresci | aprendi quanto mais mulheres eles tiverem, melhor será | visto pelos outros, já mulheres aprendi que deve se preservar ao máximo e nunca ser vulgar” (ANEXO I, p. 1)

Esse primeiro grupo de enunciados apresenta, em sua constituição subjetiva, ou seja, no que se apresenta como reflexo da interação do sujeito com os saberes que o atravessam, alguns pontos relevantes a serem discutidos acerca das desigualdades de gênero. No primeiro enunciado, percebemos que o/a estudante relata a perspectiva histórica de uma sociedade machista e patriarcal ao usar os termos “Não é de hoje” e “há muito tempo”, demonstrando que as mulheres vêm sendo criadas para o trabalho doméstico desde tempos remotos. O aluno

⁹ Os excertos foram transcritos conforme os textos originais, por isso, os desvios ortográficos e gramaticais foram mantidos. Os textos originais completos foram digitalizados e estão disponíveis nos anexos deste trabalho.

ênfatiza que o homem é educado para obter posses e propriedades, enquanto a mulher é criada para obedecer e cuidar dos filhos.

Não é novidade que a procriação da espécie seja considerada um papel relevante para a mulher, mas a novidade aparece quando o jovem afirma que o homem é criado para “ter muitas mulheres”, e que isso lhe trará respeito e admiração dos outros, “enquanto as mulheres são criadas para se preservar”. Essa “conta não fecha”, pois, se as mulheres são criadas para se preservar, como os homens poderiam ter quantas mulheres quiserem? Essa questão nos leva a refletir sobre a violação sexual, já que a necessidade dos homens de reafirmarem sua masculinidade “tendo” muitas mulheres pode resultar em violência, incluindo estupro, até mesmo de crianças e mulheres idosas. O verbo “ter” nessa construção sintática pode significar posse, transformando a mulher em objeto de desejo e poder para esses homens. Com isso, a objetificação do corpo feminino torna-se um degrau que os homens devem subir para manter sua masculinidade intacta.

No próximo enunciado, observamos a presença do discurso da desigualdade salarial atrelada à desigualdade de gênero, mencionado no enunciado do ex-presidente ao afirmar que “as mulheres devem ganhar menos porque engravidam”.

Enunciado AEM10R1NT1

“Em alguns lugares do Brasil, mulheres recebem menos salário | apenas por engravidar. A importância no tratamento | contra desigualdade é colocando salário de forma justa para ambos, não apenas com salários, mas também | na forma em que as mulheres são tratadas | em ambiente de trabalho, no Brasil já registraram casos | de assédio não somente no próprio emprego, | como nas ruas ou até em casa” (ANEXO I, p. 2)

O enunciado AEM10R1NT1 faz uma referência ao enunciado de Jair Bolsonaro, em que ele afirma em uma entrevista que “mulher tem que ganhar menos porque engravida”. Nesse sentido, notamos que a faceta neoliberal dos discursos ecoa nos enunciados de jovens adolescentes, pois a língua está sempre em movimento e oscila entre saturações históricas e o vazio que permite outras realidades. No caso em questão, essa realidade reflete no cotidiano do corpo social a ideia de que, por ter direito à licença maternidade, a mulher pode causar prejuízos às empresas para as quais trabalha.

Além disso, o assédio é outro ponto importante mencionado nesse texto, já que é apontado como recorrente em todos os ambientes em que as mulheres estão presentes: no trabalho, em casa e nas ruas.

Enunciado AEM6R1NT1

“A desigualdade de gêneros também está refletida nos abusos vivenciados | por muitas mulheres pelo mundo, um terço das mulheres sofre | violência física ou sexual em suas vidas. A mulher é considerada | mais fraca, menos ágil, e menos racional, com tudo isso forma-se | um círculo vicioso em que a ausência de mulheres nos espaços | de liderança e decisão impede que haja melhorias para elas no | ambiente corporativo, na esfera pública e no ambiente familiar” (ANEXO I, p. 3)

O enunciado acima aborda a questão da violência como um problema social proveniente do patriarcado, presente nas estruturas culturais antigas, além da representação social da mulher como sexo frágil. Assim, percebemos que o enunciado AEM6R1NT1 chama a atenção para o círculo discursivo vicioso em torno das capacidades femininas, considerando-as "menos racionais e menos ágeis", e problematiza a ausência de representatividade feminina nos espaços públicos. O estudante também traz um dado alarmante: "um terço das mulheres sofre violência física ou sexual". Logo, o estereótipo de fragilidade pode ser interpretado como uma justificativa para os atos criminosos cometidos por pessoas do sexo masculino.

Observamos que nos três enunciados mencionados há a regularidade do dispositivo da violência no contexto discursivo. Foucault (1994, p. 299), na entrevista "Le jeu de Michel Foucault" de 1973, define o dispositivo como “um conjunto heterogêneo que comporta discursos, instituições, construções, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, enfim, do dito e do não-dito”. Assim, ao referenciar o dispositivo da violência nesta pesquisa, estamos falando sobre o dispositivo da violência contra a mulher, haja vista que os enunciados analisados apresentam em sua constituição indícios de incitação à violência contra a mulher.

Para Agamben, existem três aspectos a serem considerados acerca do dispositivo:

Em primeiro lugar o dispositivo é “um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc., o dispositivo em si mesmo e a rede que se estabelece entre esses elementos.” Em segundo lugar, sua função estratégica é concreta e se insere sempre numa relação de poder. O terceiro aspecto do conceito é que ele é algo mais geral que uma episteme, porque inclui uma episteme, “que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico” (Agamben, 2005, p. 25).

Além disso, os enunciados apresentados neste capítulo relacionam-se diretamente aos proferidos pelo ex-presidente, pois tratam da desigualdade de gênero desde a infância, quando um menino é tratado de forma diferente, para "ter muitas mulheres", o que, em nosso entendimento, pode autorizar homens a violarem os corpos das mulheres. Ademais, podemos perceber que os estudantes mencionam assédio sexual, moral e psicológico, aos quais as mulheres são submetidas em todos os ambientes. Isso revela uma constante preocupação dos

jovens estudantes de baixa renda e reflete a necessidade de que o assunto seja discutido e problematizado não apenas nas escolas, mas também nos lares e nas empresas.

Nesse contexto, a atuação conjunta das famílias e das escolas é de fundamental importância para a desconstrução desses estereótipos de fragilidade e incapacidade feminina desde a infância. Assim, com o objetivo de orientar todos os processos educacionais necessários à constituição do sujeito, foram criados, ao longo dos anos, documentos oficiais que buscam direcionar as práticas pedagógicas dos profissionais da educação para lidar com as diferenças no âmbito escolar. Ao mesmo tempo, esses documentos objetivam preparar os alunos para a vida adulta, que inclui participação social e cidadania, para além da simples oferta de mão de obra barata. Alguns desses documentos serão analisados observando as prerrogativas para o Ensino Médio, que é a fase da educação básica em que se encontra o público principal do corpus deste trabalho.

1.1 PCN's e BNCC: Os documentos oficiais e a formação crítica do aluno de Ensino Médio

Os documentos oficiais têm apresentado mudanças e novas prerrogativas quanto ao currículo com o objetivo de preparar o estudante que estiver finalizando o ensino médio para o mundo do trabalho. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, doravante PCNEM, preconizou, em primeira instância, que cabe ao ensino médio oportunizar reflexões mais aprofundadas acerca das temáticas sociais através dos textos escritos durante as aulas de Língua Portuguesa (PCNEM, 2000, p. 55), isso porque

As competências e habilidades propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) permitem inferir que o ensino de Língua Portuguesa, hoje, busca desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão linguística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura. Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho (PCNEM, 2000, p. 55).

Diante do exposto, observamos que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), cabe ao ensino de Língua Portuguesa estimular o potencial crítico dos alunos a partir das múltiplas possibilidades de expressão linguística, mobilizando os conhecimentos adquiridos, as competências e habilidades em todos os

ambientes em que estiverem inseridos, seja na escola, em casa com a família, no mundo do trabalho ou entre amigos.

Faz-se necessário, então, que a escola articule momentos de reflexão crítica, estimulados a partir da leitura e interpretação de textos que abordem problemáticas de cunho social. Posteriormente, os estudantes devem ser incentivados a produzir textos nos quais poderão argumentar, mobilizando os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas ao longo de sua formação, considerando as subjetividades de cada um, juntamente com o pensamento crítico. Assim, será possível demonstrar conhecimento dos problemas sociais nos quais estão inseridos, já que fazem parte dessa sociedade, e apresentar possibilidades de intervenção com agentes capacitados para a resolução dos problemas.

Para isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) sugerem que o professor de Língua Portuguesa deve propor situações que incentivem a produção de textos orais e escritos, considerando: (i) a existência de um público ouvinte ou leitor específico; (ii) a situação de produção em que se encontram os interlocutores; (iii) as intencionalidades dos produtores (PCNEM, 2000, p. 61). A proposta visa à construção de sentido para o aluno e deve ser realizada, especialmente, nas aulas de redação. Além disso, em relação ao protagonismo, o documento sugere que

[...] na produção de um texto opinativo que aborde uma situação-problema, é desejável que o aluno elabore propostas articuladas e pertinentes à sua visão da questão, bem como argumentos que sustentem seu ponto de vista (competência V do Enem); [e] na produção de um texto narrativo – como um relato, por exemplo – o aluno deve ser incentivado a colocar-se na situação de quem reconta um fato ocorrido com ele (PCNEM, 2000, p. 61).

Isso foi perceptível nas redações dos alunos participantes da oficina de redação durante a exploração do tema com relatos orais de situações reais ocorridas em suas famílias ou em famílias conhecidas bem como nos textos escritos, os quais mencionaram situações cotidianas de violência e/ou preconceito contra as mulheres, machismo e misoginia.

Devemos, portanto, pensar o ensino de Língua Portuguesa baseado nos quatro eixos essenciais para o aprendizado: leitura, gramática, produção de textos e oralidade (PCNEM, 2000, p. 70), a fim de preparar os alunos do ensino médio para a produção textual no ENEM, o Exame Nacional do Ensino Médio, que é a principal porta de entrada para o acesso dos estudantes às universidades públicas do Brasil.

Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2018, e conferida em lei de caráter obrigatório, é o documento que os municípios devem utilizar como base para organizar os currículos escolares,

com o objetivo de oferecer as aprendizagens essenciais que todos os alunos do ensino básico devem adquirir ao longo de sua trajetória escolar, a partir dos conteúdos mínimos ofertados pela educação pública. Cada região, portanto, deve nortear seus currículos educacionais considerando suas especificidades regionais, os chamados Itinerários Formativos, e as aprendizagens essenciais de forma unificada em todo o Brasil.

Nesse contexto, o documento que unifica o ensino básico desde a educação infantil até o ensino médio apresenta competências gerais que são complementadas pelos Itinerários Formativos. Para a nossa pesquisa, interessa-nos a BNCC para o ensino médio, que traz como competências gerais as chamadas: Competências específicas em Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Todas essas áreas do conhecimento são acompanhadas por habilidades específicas e, em especial, no caso da Língua Portuguesa, acrescentam-se as habilidades próprias dessa disciplina. Assim, ao considerarmos as prerrogativas para o ensino de Língua Portuguesa, temos ciência de que esse ensino deve estar em consonância com o que a BNCC postula.

Figura 1: Competências gerais da Educação Básica



Fonte: BNCC, 2017, p. 469.

O termo “habilidades” pode ser compreendido como: (i) qualidade daquele que é hábil; (ii) capacidade, inteligência; (iii) destreza; (iv) astúcia, manha; (v) aptidão, engenho. Assim, podemos observar que as habilidades trabalhadas no ensino médio estão intrinsecamente

ligadas à subjetividade do aluno enquanto sujeito social. Portanto, “reconhecer os jovens como participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos, sociedades essas também tão dinâmicas e diversas” (BNCC, 2018, p. 465) é indispensável, já que o aluno é parte constituinte da sociedade e, por conseguinte, será o adulto que a integrará. Assim,

Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionarem experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas (BNCC, 2018, p. 465).

Nesse contexto, a escola precisa atuar efetivamente para que seus alunos se tornem jovens capazes de enfrentar desafios que envolvam questões sociais, econômicas e ambientais, bem como para que sejam aptos a tomar decisões éticas em consonância com a realidade em que convivem. Isso é confirmado pela BNCC, que afirma que as escolas de ensino médio devem “favorecer a atribuição de sentido às aprendizagens, por sua vinculação aos desafios da realidade e pela explicitação dos contextos de produção e circulação dos conhecimentos” (BNCC, 2018, p. 465). Portanto, é necessário apresentar os desafios do mundo contemporâneo aos estudantes durante o período escolar, por meio dos contextos de circulação dos discursos, pois é através deles que a linguagem acontece.

Assim, compreendemos que os discursos que circulam na sociedade envolvem situações reais de conflitos relacionados a preconceitos e violências que fazem parte do cotidiano das pessoas. Então, por que não os abordar em sala de aula, utilizando essas situações reais como "gatilhos"¹⁰ textuais? A própria Base Nacional Comum Curricular nos traz essa incumbência quando afirma que

O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo (BNCC, 2018, p. 465).

Ao apresentar o mundo a esses jovens, a escola possibilita reflexões e discussões que partem de subjetividades e realidades diferentes em um mesmo local, demonstrando a eles que os conflitos gerados na sala de aula com seus trinta e nove colegas de classe são uma “amostra grátis” do que encontrarão ao longo de toda a sua vida. Nesse sentido, os alunos serão

¹⁰ Agentes externos capazes de provocar uma reação nas pessoas e tirá-las da zona de conforto. No sentido literal da palavra é uma peça de arma de fogo que ao ser acionada promove o disparo (Dicionário online, pesquisa realizada em 23/07/24, às 10h 41. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/gatilho>

estimulados a intervir em busca da resolução desses conflitos e, ao mesmo tempo, terão a oportunidade de perceber a diversidade na qual estão inseridos. Em uma sala de aula com cerca de 40 alunos, há uma expressiva diversidade de pensamentos em vários aspectos, sejam de interesse político, de classe social, de raça/etnia, ou de sexualidade/gênero. Dessa forma, o aluno poderá “conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais” (BNCC, 2018, p. 466).

Tudo isso está atualmente ligado a um propósito apresentado pela BNCC como sendo as possibilidades de construção de um Projeto de Vida. As habilidades que constam na figura 1 das competências a serem estudadas trazem consigo a elaboração de um projeto de vida, no qual os alunos estão inseridos como uma disciplina. O documento afirma que

Ao se orientar para a construção do projeto de vida, a escola que acolhe as juventudes assume o compromisso com a formação integral dos estudantes, uma vez que promove seu desenvolvimento pessoal e social, por meio da consolidação e construção de conhecimentos, representações e valores que incidirão sobre seus processos de tomada de decisão ao longo da vida (BNCC, 2018, p. 473).

De acordo com a BNCC (2018), para que haja a formação integral do aluno, é preciso que a escola reconheça que o desenvolvimento pleno do indivíduo vai além dos processos intelectuais e cognitivos, abrangendo também os aspectos físicos, afetivos, socioemocionais, sociais e culturais, que devem estar articulados com o desenvolvimento das habilidades. Esses processos são importantes para uma prática de ensino-aprendizagem de língua portuguesa que seja antimachista e antimisógina, visto que é por meio da linguagem que tais preconceitos se manifestam e, por conseguinte, é também por meio da linguagem que eles podem ser combatidos.

Assim, a formação integral e humana dos estudantes é o que está em jogo de acordo com a BNCC, pois, somente assim, o aluno se desenvolverá em aspectos pessoais e sociais, através da consolidação e construção de conhecimentos que só podem ser assimilados quando expostos às representações e aos valores que se consolidam ao longo dos anos finais do ensino básico. Dessa forma, é necessário “combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença” (BNCC, 2018, p. 467). É na escola, em casa, no trabalho, ou seja, em situações reais de conflitos e de uso da língua, que as discriminações se manifestam.

A “formação integral”, conforme menciona o documento, visa a preparar o jovem para atuar ativamente na sociedade em que vive, tomando decisões sobre seu futuro de acordo com

suas habilidades, as quais devem ser aprimoradas durante sua vida escolar. Isso inclui a intervenção em situações e o enfrentamento de desafios para “estimular atitudes cooperativas e propositivas para o enfrentamento dos desafios da comunidade, do mundo do trabalho e da sociedade em geral, alicerçadas no conhecimento e na inovação” (BNCC, 2018, p. 465). Vale ainda destacar que

Nessa mesma direção, é também finalidade do Ensino Médio o aprimoramento do educando como pessoa humana, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (BNCC, 2018, p. 466).

Quando falamos em desenvolvimento do pensamento crítico, devemos ter em mente que os materiais didáticos utilizados em sala de aula também podem ser fontes ricas de "gatilhos" para debates e discussões que contribuem para a formação ética e para a autonomia intelectual do aluno, “promover[ndo] o diálogo, o entendimento e a solução não-violenta de conflitos, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos” (BNCC, 2018, p. 466). Assim, os professores da área de linguagens podem e devem selecionar textos que ampliem o repertório sociocultural dos alunos e promovam debates saudáveis e profícuos, objetivando “a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária” (BNCC, 2018, p. 473).

Tendo esses objetivos em mente, ao elaborar os itinerários formativos de cada instituição, a escola deve estar ciente de que

[...] o projeto de vida é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constringer seus desejos (BNCC, 2018, p. 472-473).

Diante disso, as frustrações também ocorrerão no espaço escolar. Isso porque, junto ao protagonismo juvenil, surgem as diferentes necessidades de cada indivíduo, de acordo com sua identidade, o que pode provocar, como menciona a BNCC, tensões, promovendo realizações para uns e frustrações para outros. Verificamos, assim, que “é papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida” (BNCC, 2018, p. 473). Isso é fundamental para que os alunos aprendam a lidar com a diversidade e com os conflitos sociais, políticos e ideológicos que se apresentam ao longo da vida, evitando ações pautadas no ímpeto, na intolerância e na violência. Dessa forma, o

estudante que participa do Exame Nacional do Ensino Médio deverá ser capaz de demonstrar respeito aos direitos humanos ao elaborar propostas de solução para problemas sociais, que são os temas centrais da redação do ENEM.

1.2 O ENEM: O que o exame espera do aluno conculinte do Ensino Médio?

Desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem sido utilizado por estudantes brasileiros como porta de entrada para universidades públicas no Brasil e até, recentemente, mesmo em países parceiros. O Ministério da Educação (MEC) considerou necessária a criação do exame com o objetivo de avaliar o ensino brasileiro e o desempenho dos alunos ao final da escolaridade básica. Contudo, os primeiros resultados revelaram que as escolas do país precisavam unificar os conteúdos ministrados para que o processo seletivo ocorresse de forma justa e igualitária para todos os estudantes.

Diante disso, os documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) e a Base Nacional Comum Curricular (2018), foram desenvolvidos para orientar as escolas a direcionarem seus currículos para as aprendizagens essenciais. Assim, os participantes do ENEM poderiam concorrer às vagas nas universidades públicas de forma isonômica, o que se mostrou, ao longo dos anos, uma ilusão, considerando o que compreendemos por meritocracia que é uma doutrina própria do capitalismo vigente que premia especialmente o individualismo e a competição. Entretanto, com o passar dos anos, o MEC percebeu a necessidade de preparar os estudantes para o mercado de trabalho, o que ficou evidente a partir da BNCC (2018). Além de atender aos currículos a partir das aprendizagens essenciais, a BNCC visa a desenvolver as habilidades dos estudantes por áreas do conhecimento, com o objetivo de instigar o jovem a perceber suas habilidades enquanto força de trabalho e oportunidade de emprego assalariado, especialmente em áreas técnicas.

Aqui, é importante refletir sobre os alunos que serão afetados pelos métodos de ensino voltados exclusivamente para o mundo do trabalho, pois isso explicita a desigualdade de oportunidades decorrente da desigualdade social. O aluno de classe média baixa, que sempre estudou em escola pública por falta de condições financeiras da família para pagar uma escola particular, terá aprendido, ao final do ensino médio, conteúdos que afinem suas habilidades para o mundo do trabalho e do emprego técnico. Enquanto isso, o aluno que teve acesso a escolas particulares e cursinhos preparatórios teve a oportunidade de aprimorar e aprofundar seus conhecimentos, fundamentados não apenas nas áreas do conhecimento, mas também nas

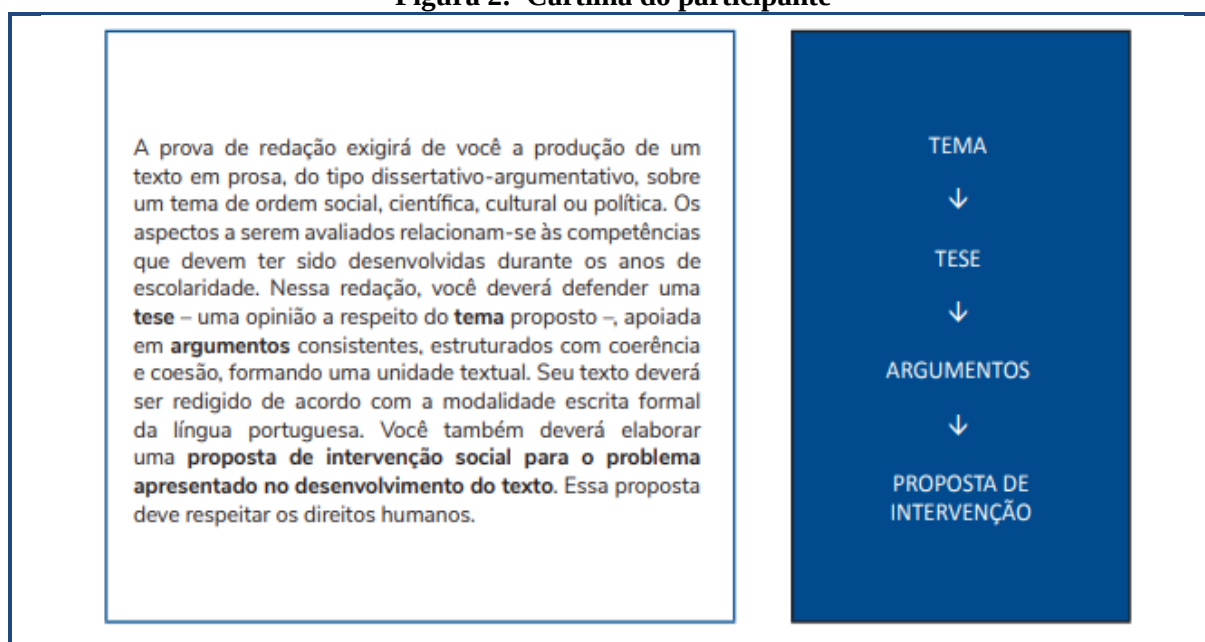
filosofias e sociologias que regem a sociedade. Percebemos, assim, que todo esse processo meritocrático favorece, mantém e aumenta as desigualdades sociais pela falta de oportunidades e de acesso igualitário ao ensino.

Nesse contexto, o aluno pobre, de periferia ou de zona rural, terá oportunidades que correspondem à sua realidade, preparando-o para profissões no âmbito técnico ou de prestação de serviços. Em contraste, os alunos de classe média alta terão oportunidades de ingressar em cursos que garantem um futuro financeiramente promissor. Logo, a máxima de que o rico continuará rico e o pobre continuará pobre permanecerá na sociedade.

Dessa forma, tomamos como ponto de contradição o que é ofertado pelas escolas públicas como ensino unificado, baseado nos documentos oficiais criados pelo MEC, como os PCNs para o Ensino Médio e a BNCC, mais atual com a proposta do Novo Ensino Médio, e o que o ENEM cobra nas provas de conhecimentos na área de linguagens. É nessa área que o sujeito demonstra sua identidade pessoal manifesta em suas ideologias, pois é por meio da linguagem que nos comunicamos e nos percebemos no mundo enquanto sujeitos sociais.

Essa inquietação se intensifica ao adentrarmos no universo da redação do ENEM, um gênero textual específico do exame, que exige obrigatoriamente a apresentação de um texto dissertativo-argumentativo com proposta de intervenção. A seguir, apresento uma figura extraída da Cartilha do Participante (2020), que detalha o que o aluno deve demonstrar em sua redação para o exame.

Figura 2: Cartilha do participante



Fonte: INEP, 2020.

A figura 2 destaca as etapas de construção do texto com o objetivo de orientar o participante sobre a estrutura do texto dissertativo-argumentativo para a redação do ENEM. Além disso, o quadro apresenta, nas três primeiras linhas, o direcionamento sobre a exigência do exame na prova de redação, que consiste em produzir um texto em prosa que aborde um tema de ordem social, científica, cultural ou política, defendendo um ponto de vista com argumentos consistentes e fundamentados. Ao final do texto, para solucionar o problema, o participante deve elaborar uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos.

Ora, ao direcionar o ensino público para aspectos que desenvolvem as habilidades dos estudantes voltadas para o mercado de trabalho nos três últimos anos do ensino básico, como esses mesmos estudantes serão capazes de argumentar, defendendo um ponto de vista sobre problemas de ordem social, científica, cultural ou política, conforme solicitado na prova de redação do ENEM? Convenhamos que, para que os alunos consigam dissertar sobre problemáticas sociais, culturais e políticas, é necessário que esses temas tenham sido previamente discutidos na escola. Sob a orientação de professores, os alunos devem desenvolver seu senso crítico e perceber seu papel como cidadãos atuantes na sociedade.

Entretanto, encontramos aqui outra problemática relacionada ao ensino e à abordagem de temáticas de cunho social: o tabu que muitos gestores e professores têm ao tratar de assuntos como desigualdade de gênero, sexualidade, aborto, entre outros. Isso ocorre, em alguns casos, devido ao desconhecimento do tema por parte dos próprios educadores, influenciado por questões ideológicas. Em outros casos, há o receio do docente de não conseguir "dominar" a turma caso o tema gere discussões, considerando que a sala de aula é um ambiente heterogêneo, com indivíduos diversos compartilhando o mesmo espaço. Além disso, não menos importante, há o preconceito de alguns gestores ou coordenadores de área em autorizar a abordagem de temáticas importantes como as supracitadas, devido ao risco de que alunos denunciem o que percebem como um discurso ideológico por parte do professor, sobrepondo o contexto histórico-social do tema.

Acerca disso, Santos, Riche e Teixeira (2013, p. 99) afirmam que “é importante, na escola, trabalhar a produção textual numa visão interacional e reflexiva do ensino de Língua Portuguesa, das competências comunicativas, da língua em seu funcionamento a partir das condições de produção e recepção”. Dessa forma, o trabalho escolar deve superar aspectos

minoritários — como medo, religião e outros — relacionados ao funcionamento da língua, pois é por meio da linguagem que o sujeito se constitui.

Enquanto essas tensões estão presentes no ensino público acerca das temáticas sociais, o ensino privado ganha espaço e vagas nas universidades, promovendo em seus ambientes escolares debates sobre todas as temáticas de cunho social, sejam elas relacionadas à sexualidade, desigualdade, gravidez na adolescência, aborto, política, entre outras. Isso permite que seus alunos estejam munidos de argumentos coerentes sobre tais assuntos e, assim, sejam capazes de desenvolver uma redação com maior qualidade argumentativa. Ingedore Villaça Koch e Vanda Maria Elias (2016, p. 10) chamam a atenção para as estratégias de argumentação textual

Entendemos a escrita como uma atividade que se realiza de forma situada e negociada, ou seja, envolve sujeitos, com papéis determinados, em dada situação, com objetivos e conhecimentos que compõem uma espécie de base comum. Escrever (e falar) é interagir (Koch; Elias 2016, p. 10).

O ato de escrever, nesse contexto, assume determinados riscos ao considerar as particularidades dos sujeitos envolvidos na atividade interacional entre os interlocutores, pois, “linguagem é interação e seu uso revela relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, determinadas reações verbais e não verbais que esperamos provocar no nosso interlocutor” (Koch; Elias, 2016, p. 13). Logo, os sujeitos que têm acesso a uma melhor preparação para esse evento de comunicação, que é o ato de escrever, saem em vantagem em concursos, e mais especificamente, na prova do Exame Nacional do Ensino Médio.

Vale destacar, nesse cenário, a forte presença do neoliberalismo, que atua nas instituições transformando-as em empresas. Essas instituições fabricam mão de obra especializada e vendem conhecimentos para um público específico, a minoria de classe média alta, que tem acesso a esses recursos. Além disso, esses alunos passam a conhecer o processo de correção e os métodos de pontuação utilizados no ENEM, preparando-se melhor tanto para a redação quanto para as questões objetivas.

Isso ocorre porque o Estado neoliberal tem como intuito estabelecer concorrência, criando situações de escolha e alterando a relação entre os indivíduos (Laval, 2021, p. 18). Os estudantes passam de participantes a concorrentes pelas vagas oferecidas nas melhores universidades, e, para terem acesso a essas vagas, precisam estudar nas melhores — e mais caras — instituições de ensino básico, como escolas particulares e cursinhos preparatórios. Os

alunos ricos — ou próximos a isso — têm maiores possibilidades de alcançar a tão sonhada nota 1000 na redação e pontuar melhor nas questões objetivas por área de conhecimento.

Vale destacar duas questões importantes nesse ponto: (i) Não é uma regra que apenas estudantes ricos se saem bem no ENEM; no entanto, a experiência e a realidade demonstram que são eles que mais frequentemente conseguem tal feito; (ii) Não é apenas a escola particular e os cursinhos que ensinam o conteúdo necessário, visto que muitos professores da Rede Estadual de Ensino se desdobram para despertar o interesse e a atenção dos seus alunos em sala de aula. Entretanto, vemos que o problema é mais amplo do que apenas a vontade da instituição e do professor.

Não trabalhamos aqui com uma verdade absoluta, até porque, como estudantes de linguística que trabalham com a Análise do Discurso, sabemos que a verdade absoluta não existe. A verdade é criada, construída, constituída pelas formações sócio-históricas nas quais estamos imersos desde quando nascemos, as quais sofrem alterações e transformações a partir dos conhecimentos absorvidos ao longo da vida. Nesta pesquisa, buscamos observar e investigar como os enunciados funcionam produzindo efeitos de verdade (Foucault, 2016, p. 46). Ademais, nesse ínterim, os enunciados apresentados para alunos de escolas públicas e os apresentados para alunos de escolas particulares e cursinhos preparatórios constroem efeitos de verdade, sugerindo que só se saem bem no exame aqueles que têm dinheiro para se preparar melhor. Dessa forma, baseados na abordagem foucaultiana, estabelecemos uma discussão acerca do saber-poder ou poder-saber (Foucault, 2016). Entretanto

A análise do neoliberalismo mostra particularmente bem esse jogo da liberdade individual e das condições e limites que lhe são oferecidos e impostos por um meio. De maneira que, se o neoliberalismo é tratado como uma forma de poder entre outras, em uma longa série histórica, ele tem um valor peculiar: permite esclarecer o movimento geral do poder no Ocidente como “ação à distância” através de uma modificação possível do meio, produzida nos jogos estratégicos do poder (Laval, 2021, p. 50-51).

A partir desse enfoque, entende-se que as ações promovidas pelo neoliberalismo na educação fortalecem o movimento do poder e, em contrapartida, fortalecem também as desigualdades. Isso incide na escrita da redação no sentido de que uma escrita antimachista e

antimisógina abala essas estruturas do poder e abre possibilidades de resistência para, assim, constituir uma sociedade mais justa e segura para todos a partir da modificação do meio.

1.3 Incoerências entre o que é ofertado de acordo com os documentos oficiais e o que é cobrado na avaliação das cinco competências

Na terceira parte da obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, o autor aborda a construção dos corpos dóceis, discutindo o corpo como alvo de poder. Na era clássica, dedicava-se muita atenção “ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (Foucault, 1987, p. 117). Percebemos, com isso, uma forte relação entre a teoria do adestramento e os estudantes, pois eles podem e devem ser modelados e treinados para obedecer (aos pais, aos mais velhos, aos professores, aos patrões), tornando-se aptos para o mercado de trabalho.

É importante considerar a última parte da citação de Foucault, na qual ele afirma “cujas forças se multiplicam”, porque os jovens constroem sua subjetividade – tomada pelo autor como constructo resultante do atravessamento de saberes – a partir das formações discursivas às quais estão inseridos, incluindo o que leem, veem e pensam. Vale destacar, contudo, a formação de grupos a partir das ideologias constituídas, que se fortalecem e se multiplicam, o que pode ser positivo para a sociedade, pois demonstra cada vez mais a importância de diversificar as ofertas de saber e de conhecimento para esses jovens estudantes.

Em Foucault (2007, p. 28), vemos que “o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”; portanto, os conhecimentos que moldam o saber devem ser pensados para inquietar, para tirar os jovens da “zona de conforto”, para fazê-los reagir diante das injustiças, dos preconceitos, das discriminações e das desigualdades que permeiam essa sociedade doente, machista e patriarcal na qual estamos inseridos. Nesse viés, a linguagem torna-se instrumento de poder, de ação e reação, para transgredir e romper com antigos paradigmas de uma sociedade que oprime, persegue e pune as minorias.

Assim, fica claro que o conhecimento e o saber podem moldar os jovens conforme seus interesses e suas aptidões, uma vez que são construídos efeitos de verdade a partir dos saberes produzidos. Nesse viés, o saber pode trazer angústias, medos e decepções; todavia, também prepara o jovem para as adversidades da vida, para os preconceitos e frustrações. Portanto, ao inserir textos que representem a realidade em toda sua diversidade no ambiente escolar, os professores oferecem oportunidades para a discussão e a formação de saberes. Isso pode causar

tensões nesse ambiente, o que é previsível considerando as formações discursivas divergentes¹¹ que ali coexistem. De acordo com Foucault (2018, p. 135) a formação discursiva apresenta-se como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados, logo, não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas são submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc.

Trato essas ideias (ideologia, ciência, teoria) nessa pesquisa como divergentes devido à diversidade de opiniões e pontos de vista diferentes tal qual se manifestam em sala de aula. Por essa razão, alguns educadores evitam essa tensão, visto que é muito mais confortável lidar com uma sala de alunos obedientes, pois “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 1987, p. 118). Entretanto, esse corpo adestrado não saberá agir em situações de conflito, tampouco saberá lidar com seus próprios conflitos internos.

Nesse ínterim, os documentos oficiais apontam para a necessidade de preparar o aluno para a vida, para o mercado de trabalho e para atuar em sociedade. No entanto, a preparação para o conhecimento, para o saber que envolve a justiça, a proteção de mulheres, crianças, o cuidado com os idosos, a diversidade sexual e as desigualdades fica a cargo das escolas decidirem se irão atuar nesse contexto ou não, pois “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplinas” (Foucault, 1987, p. 118).

Desse modo, a disciplina se torna um desafio e o principal objetivo da escola atualmente. Conter os alunos, sua agressividade, seu pensamento crítico, embora raramente assumido explicitamente, parece ser o foco das instituições, como evidenciado pelo aumento do número de escolas militarizadas no Brasil. Fica óbvio, nesse contexto, que conter o pensamento crítico contraria os documentos oficiais como a BNCC, porém, a militarização pode, em muitos casos, evitar temas polêmicos como a descriminalização do aborto, por exemplo, por estar fora dos padrões ideológicos dessas instituições. O Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG) foi criado pela Lei 8.125, em julho de 1976, e somente em 19 de novembro de 1998, após a Portaria n. 604, a proposta foi ativada¹². Com a militarização de algumas escolas estaduais, elas passaram a ser chamadas de Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás (CEPMG), uma

¹¹Agamben (2005) chama de dispositivo por apresentar função estratégica inscrevendo os discursos em uma relação de poder.

¹² Portal CEPMG. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/historico/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

instituição que hoje conta com 76 unidades em Goiás¹³, na qual toda a gestão fica a cargo de policiais militares. Nos CEPMG's, além dos investimentos do governo estadual, há recursos das instituições militares, permitindo uma maior disponibilidade de verba, o que possibilita uma estrutura aprimorada e a oferta de aulas no contraturno, como música, esportes, balé, entre outras atividades, tornando-se atrativa para os estudantes.

Em contrapartida, como a disciplina é a palavra de ordem, a disciplinarização e a docilização dos corpos dos estudantes e dos professores tornam-se obrigatórias para a permanência nesse ambiente escolar militarizado, o que se deve ao discurso de combate à violência e o uso de drogas no ambiente escolar. Em decorrência disso, atualmente, a violência nas escolas está sendo combatida com disciplina militar, com oficiais armados para conter abusos contra professores e colegas, e até mesmo para garantir a realização das atividades propostas, contrapondo-se ao que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) institui como liberdade de cátedra aos gestores e professores. Essa militarização soa, nesse contexto, como uma docilização dos corpos e reforça a ideia de que os estudantes só “funcionam” sob a dureza do regime militar, enquadrando o ensino em um patamar encapsulado e sob a égide do poder opressor.

Frente a esse contexto, não há como não mencionar Paulo Freire (1987), que afirma que “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. Nessa perspectiva, o público que está sob esse regime pode se tornar o opressor no futuro. Sobre a disciplina do corpo, Foucault (1987) afirma que

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna quanto mais obediente quanto é mais útil e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política” que é também igualmente uma “mecânica do poder”; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, seguindo a rapidez e a eficácia que se determina” (Foucault, 1987, p. 119).

Segundo Foucault, existe uma anatomia política e militar que visa a fazer com que os alunos sejam obedientes, controlando-se para manter o bom comportamento e a ordem na escola. A política de coerções atua para formar cidadãos inertes e apáticos, esquadrihando e

¹³ Informação do Portal de notícias G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/05/23/governo-oficializa-implantacao-de-10-novos-colegios-militares.ghhtml>. Acesso em: 23 jul. 2024.

desarticulando os corpos que ali estão. Relacionamos esse contexto de obediência e utilidade, ao qual Foucault nos remete, para refletir sobre a linguagem enquanto instrumento de poder que atua fortemente no ambiente escolar. Esse esquadramento parece se transpor da ordem do corpo para a ordem textual, já que o aluno pode manter-se dócil e, ainda assim, produzir um texto que fira os direitos humanos ao propor, por exemplo, como solução retirada da vida, isto é, a morte ou a retirada da liberdade de alguém, direitos garantidos pela Constituição.

Essa afirmação se baseia nos postulados da grade de correção da redação do ENEM, que, a partir de 2018, deixou de anular a redação do candidato quando há uma proposta de intervenção que possa ferir algum dos direitos humanos previstos pela Constituição Federal de 1988. De acordo com a matriz de correção, a presença de uma proposta de solução que sugira a morte ou a retirada da liberdade de qualquer cidadão anulará apenas a nota da competência 5. Isso significa que os duzentos pontos desta competência serão perdidos, mas o candidato ainda pode garantir até 800 pontos na prova de redação, mantendo grandes chances de seguir com seu propósito de cursar o ensino superior em uma universidade pública.

Diante disso, notamos que, enquanto o corpo pode ser submetido a restrições comportamentais, a linguagem pode permanecer discriminatória e preconceituosa, revelando desejos de morte e descaso com a sociedade, especialmente com as minorias e aqueles que estão à margem do poder. Nesse contexto, a subjetividade é expressa por meio das palavras, pois é na escrita que percebemos a verdadeira constituição subjetiva do aluno no que concerne aos discursos que escolhe endossar: se ele foi formado para viver e atuar em sociedade como cidadão capaz de resolver conflitos, ou se, apesar do corpo ter sido moldado e esquadado, a mente permanece inerte e indiferente às dores alheias.

Para explicar melhor como funciona a avaliação da redação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), apresentamos os cinco critérios de correção preestabelecidos, chamados de "competências". De acordo com o material de estudo para avaliadores de 2021, a competência I observa o domínio da Língua Portuguesa, verificando o uso da norma padrão em aspectos de ordem léxico-gramatical e a construção adequada de períodos e frases, garantindo a fluidez da leitura. Na segunda competência, os avaliadores devem observar se os participantes desenvolveram sua redação de acordo com o tema apresentado e se a estrutura do texto dissertativo-argumentativo foi atendida. Os aspectos de coesão e coerência e o uso do repertório sociocultural são avaliados na competência III, enquanto os mecanismos linguísticos de conexão entre as partes do texto, conhecidos como recursos coesivos, são avaliados na competência IV. Já na competência V, os candidatos a uma vaga na universidade pública devem

apresentar uma proposta de intervenção que demonstre o desejo de ação para a resolução da problemática apresentada no tema. De acordo com o material de leitura direcionado para os avaliadores

A prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) diferencia-se das provas de produção de texto dissertativo-argumentativo de outros exames porque exige a elaboração de uma proposta de intervenção para o problema apresentado pelo tema, considerando os direitos humanos. Essa proposição vai ao encontro do que promulgam a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no que tange aos seguintes objetivos da formação do estudante: o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988; 1996) (MATERIAL DE LEITURA, COMP. V, MÓDULO 7, p. 5).

No material de estudo disponibilizado para os avaliadores durante o curso de preparação para a correção da redação, os documentos oficiais para a educação são mencionados logo na introdução, ressaltando a importância da educação na vida dos jovens, que deve garantir o “pleno desenvolvimento e o preparo para o exercício da cidadania”. Assim, verificamos que o ensino ao longo da educação básica não pode ser exclusivamente conteudista nem ter como único objetivo a preparação de força de trabalho. É necessário muito mais! Preparar o estudante para o pleno desenvolvimento e o exercício da cidadania, cumprindo seu papel de ator social, de cidadão que, além de trabalhar e pagar seus impostos, constituirá família.

Nesse contexto, a linguagem exerce um papel crucial nessa preparação, pois, “dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente - tanto que ela atravessa e constitui a maioria das nossas práticas” (Guacira Lopes Louro, 2001, p. 65). Tendo isso em vista, é na linguagem escrita dos alunos (através das redações) que buscaremos a representação dessas desigualdades entre os gêneros masculino e feminino, pois “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os *institui*; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças” (Guacira Lopes Louro, 2001, p. 65, grifo do autor) nesse binarismo.

2. O DISCURSO DE ÓDIO NO CENÁRIO POLÍTICO: “A educação cabe em qualquer lugar”

Exercitamos a força da linguagem mesmo quando buscamos conter a sua força, presos a uma trama que nenhum ato de censura é capaz de desembaraçar. (Judith Butler, 2021, p. 6)

Somos afetados pela linguagem à medida que a utilizamos, ou seja, embora tenhamos a sensação de "domínio" da língua, muitas vezes somos interpelados pela linguagem que nos atravessa e, por conseguinte, constitui-nos. De acordo com Galiazzi (2003, p. 96), “a realidade é construída pela linguagem que utilizamos para descrevê-la; nós mesmos somos produtos da linguagem que aprendemos”. Assim, ao utilizarmos a linguagem, também somos utilizados por ela para a constituição discursiva de nós mesmos e dos outros. Notamos, então, que os enunciados machistas e misóginos proferidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro são utilizados contra as mulheres ao construir uma subjetividade de invalidação do sexo feminino na sociedade, pois elas não podem trabalhar já que darão prejuízos aos seus patrões, caso engravidem.

Além dessa percepção, Butler (2021, p. 6), ao tratar da vulnerabilidade linguística em sua obra *Discurso de ódio*, afirma que a linguagem atua e pode atuar contra nós por sermos seres linguísticos e, de certa forma, estarmos sujeitos ao seu poder prévio. Nesse contexto, ao mesmo tempo que a linguagem, através dos discursos que se materializam nela, pode construir, também pode destruir. Essa construção não está ligada apenas às relações de afeto, mas à própria constituição de subjetividades e crenças. A destruição, por sua vez, não se refere apenas à deterioração das relações entre os interlocutores por meio de discursos que expressam indiferença e ódio, mas também à destruição de crenças, identidades, subjetividades e da própria vida.

À luz de Jane Austin (referência/ apud), para explicar melhor essa relação de poder da linguagem sobre os sujeitos, Judith Butler (2021, p. 7) discute os atos de fala e sua distinção entre *ilocucionários* e *perlocucionários*. O primeiro refere-se aos atos de fala em que os interlocutores "fazem o que dizem no momento em que dizem". Já o segundo relaciona-se aos atos de fala a partir dos efeitos que os dizeres produzem como consequência do que foi dito. Além disso, o ato ilocucionário exige uma autorização que parte da invocação do enunciado, ou seja, a autoridade de quem diz está ligada à legitimidade de esse dizer (Butler, 2021). Pela teoria de Austin, o ato ilocucionário depende de como aquele que o profere se posiciona diante

do que diz, e, por consequência, a autorização de dizer se relaciona ao conceito de Foucault (2012) sobre quem está autorizado a falar, como também afirma Butler (2021).

Compreendemos, até aqui, que nossa pesquisa será balizada pelas duas formas de atos de fala pressupostas por Austin e mencionadas por Judith Butler (2021), além da conceituação de enunciado apresentada por Foucault (2012). Para este autor, o enunciado não existe isoladamente, mas precisa ser correlacionado com outros enunciados. O autor ainda afirma que

Se encontramos a fórmula “Ninguém ouviu” na primeira linha de um romance, sabe-se, até segunda ordem, que se trata de uma constatação feita pelo autor, seja por um personagem (em voz alta ou sob a forma de um monólogo interior); se encontramos a segunda formulação “É verdade que ninguém ouviu”, só podemos estar em um jogo de enunciados que constituiu um monólogo interior, uma discussão muda, uma constatação consigo mesmo, ou um fragmento de diálogo (Foucault, 2012, p. 97).

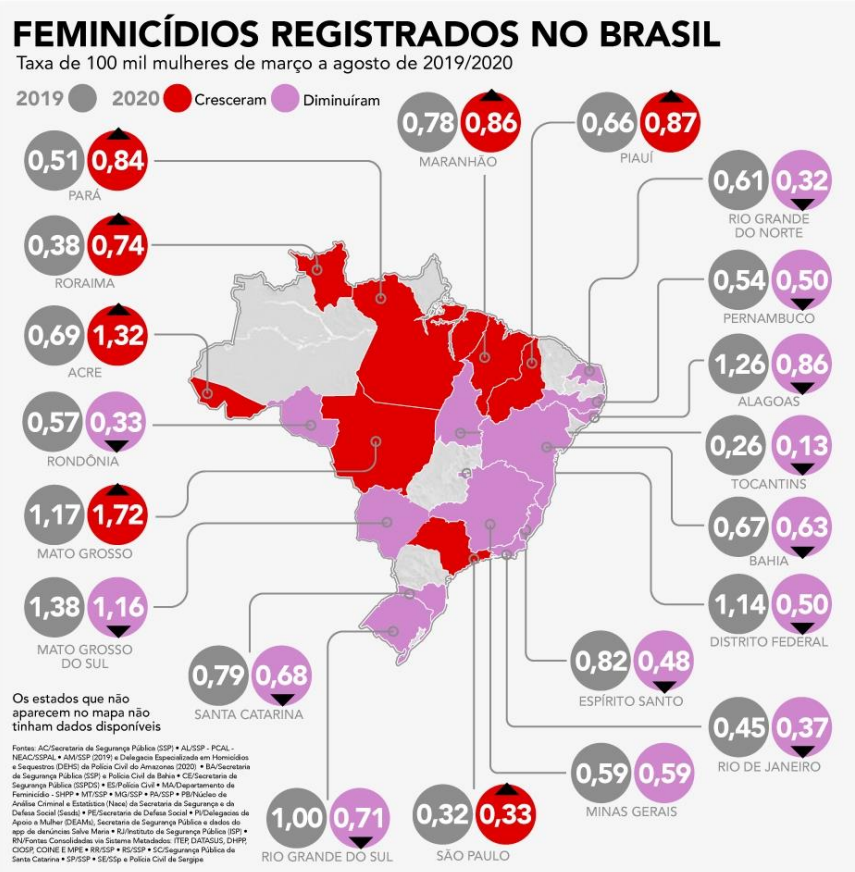
Isto posto, há relações estabelecidas entre os enunciados que constituem os efeitos de verdade nos discursos, podendo haver um ato proposicional de fala ou um posicionamento daquele que produz a verdade. Assim, ao tomar essas afirmativas como ponto de partida de nossas análises, percebemos que os enunciados considerados "gatilhos" neste trabalho: “Eu jamais ia estuprar você porque você não merece”, “Mulher deve ganhar menos porque engravida” e “Eu tive quatro filhos, na quinta dei uma fraquejada e veio uma mulher”, foram orais, e a pessoa que os proferiu estava, de fato, autorizada a falar, pois ocupava um cargo de relevância na política brasileira, legitimando-se para falar ao povo, às massas (ato ilocucionário). Outrossim, os efeitos provocados como consequência desses dizeres (atos perlocucionários) também serão alvo de nossa pesquisa e serão investigados através dos textos escritos (redações).

Para Searle (2010), além de focar no que é dito, é crucial compreender o contexto e as regras do discurso, bem como as convenções sociais que contribuíram para as condições de possibilidade discursiva nas redações dos(as) alunos(as). Dessa forma, relacionamos o que Judith Butler (2021, p. 8) sugere enquanto um movimento de vulnerabilidade linguística à vulnerabilidade física, por exemplo, da injúria racial. No contexto de Butler e, em nosso caso, no cenário da violência simbólica - a qual é determinada por Bourdieu enquanto manifestações indiretas de violência, não necessariamente física – contra as mulheres, "certas palavras ou certas formas de chamar não apenas ameaçam o bem-estar físico; o corpo é alternadamente preservado e ameaçado pelos diferentes modos de endereçamento" (Butler, 2021, p. 9). Em outras palavras, a linguagem pode servir tanto como proteção quanto como ameaça à integridade física de seus interlocutores.

Para demonstrar isso, apresentaremos a seguir uma reportagem para análise. De acordo com uma reportagem da TV Senado, publicada em setembro de 2022, um “estudo mais recente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre feminicídios mostra que, em 2021, uma mulher era assassinada, em média, a cada sete horas no país, só pelo fato de ser mulher”. A reportagem também destaca as violências que antecedem o feminicídio e a urgência de políticas públicas que combatam esse tipo de crime, conforme apontado por Lúcia Bessa, diretora de Gênero do Fórum de Mulheres do Mercosul. A crescente de feminicídios é retratada também no mapa da violência publicado em outubro de 2020 pelo site Ponte Jornalismo, que chama a atenção para a frequência de uma mulher morta a cada nove horas durante a pandemia.

Os dados do site Ponte Jornalismo apontam para o número de feminicídios durante a pandemia da Covid-19 no país. Ao analisar o mapa, observamos que, em alguns estados, houve uma diminuição discreta, enquanto em outros, o aumento foi bem acentuado. No Pará, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Maranhão, Piauí e São Paulo, os assassinatos de mulheres aumentaram significativamente, com cerca de 100 mil feminicídios registrados de março de 2019 a agosto de 2020.

Figura 3: Dados dos feminicídios no Brasil



Fonte: Duarte, 2022.

Após a análise dos índices de crescimento e redução dos feminicídios no país, conforme demonstrado pelo mapa disponível no site Ponte Jornalismo, é importante mencionar a entrevista de Lúcia Bessa, diretora de Gênero no Mercosul, que analisa as formas de violência contra as mulheres. Isso se deve ao fato de que, antes do feminicídio, os sinais muitas vezes surgem aos poucos, através da violência simbólica, isto é, manifestações em palavras e gestos, até culminar na tentativa de feminicídio e/ou em sua concretização.

Segundo Lúcia Bessa (2022), a agressão geralmente começa de forma sutil, com o objetivo de controle da vítima por meio de xingamentos (violência verbal e psicológica), seguida de violência doméstica, até chegar ao assassinato. Ela afirma que há uma “democratização perversa” nas ações de violência contra a mulher, pois, independentemente da classe social ou intelectual, as mulheres são vítimas. Qualquer homem, independentemente do grau de instrução ou da condição social, seja ele pedreiro, advogado ou procurador da república, pode escolher ignorar seu papel social para agir com violência simbólica e/ou física. Assim, na maioria das vezes, as mortes ocorrem no domicílio do casal, um lugar que deveria oferecer segurança, afeto e cuidado.

Na entrevista, Lúcia Bessa (2022) finaliza sua fala chamando a atenção para um ponto crucial para nossa pesquisa: o silenciamento. De acordo com Eni Orlandi (2007, p. 2), “o silêncio indica que tentamos apagar certos pensamentos ou ideias (...) descartando informações e significados importantes”. Por isso, segundo Lúcia, “o agressor se fortalece com o nosso silêncio”, destacando a importância da denúncia e da efetividade da rede de apoio à mulher — que inclui delegacias, família e amigos. Azzariti (2015) também nos convida a refletir sobre o silêncio e as formas como ele é usado nas relações de poder, afirmando que

O poder da violência não se exprime e não se revela apenas e unicamente pela violência física. O fazer calar atua fortemente nas relações de dominação. O universo em que o silenciamento está inserido, apesar de não ser diretamente observável, é completamente disponível à (in) visibilidade daquilo que existe, mas não pode ser visto (Azzariti, 2015, p. 9).

Logo, notamos a relevância de estudos que enfatizem a necessidade não apenas de exigir do poder público ações efetivas de combate à violência contra as mulheres no Brasil, mas também de destacar a importância de ações cotidianas que envolvam a linguagem. Segundo Judith Butler (2021), a linguagem atua contra nós, o que reforça a necessidade de combater discursos de ódio que propagam, incitam ou legitimam qualquer tipo de violência, especialmente aquela praticada contra mulheres. Nesse sentido, a escola, como espaço de promoção do respeito às diversidades, pode desempenhar um papel crucial no combate às

violências, através de ações de intervenção que, por meio da leitura e da escrita, promovam reflexões sobre igualdade e respeito da mulher.

Para uma atualização dos dados acerca dos feminicídios no país, apresentamos abaixo a tabela do Anuário de Segurança Pública, publicado em julho de 2024. Esses novos dados, referentes aos anos de 2022 e 2023, mostram as médias de crescimento e diminuição do número de assassinatos de mulheres em cada estado brasileiro. Destacamos os índices mais relevantes para esta pesquisa, como o aumento de 100% no Estado de Roraima e de 50% no Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. Por outro lado, a regressão no número de mortes por feminicídio pode ser comemorada nos estados do Amapá, com uma redução de 55%, e Alagoas, com quase 42% a menos de mulheres mortas nesse período.

Figura 4: Tabela sobre a violência 2022/2023

Homicídios de mulheres e feminicídios ⁽¹⁾
Brasil e Unidades da Federação – 2022-2023

Brasil e Unidades da Federação	Homicídios					Feminicídios					Proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres	
	Vítimas Mulheres										Em percentual (%)	
	Ns. Absolutos		Taxa ⁽²⁾		Variação (%)	Ns. Absolutos		Taxa ⁽²⁾		Variação (%)		
	2022 ⁽³⁾	2023	2022	2023		2022 ⁽³⁾	2023	2022	2023		2022 ⁽³⁾	2023
Brasil	3.934	3.930	3,8	3,8	-0,1	1.455	1.467	1,4	1,4	0,8	37,0	37,3
Acre	21	15	5,1	3,6	-28,6	9	10	2,2	2,4	11,1	42,9	66,7
Alagoas	71	79	4,4	4,8	11,3	31	18	1,9	1,1	-41,9	43,7	22,8
Amapá	25	17	6,8	4,6	-32,0	9	4	2,4	1,1	-55,6	36,0	23,5
Amazonas	108	126	5,5	6,4	16,7	21	23	1,1	1,2	9,5	19,4	18,3
Bahia	406	442	5,6	6,0	8,9	107	108	1,5	1,5	0,9	26,4	24,4
Ceará	264	264	5,8	5,8	0,0	29	42	0,6	0,9	44,8	11,0	15,9
Distrito Federal	33	47	2,2	3,2	42,4	22	33	1,5	2,2	50,0	66,7	70,2
Espírito Santo	97	88	4,9	4,5	-9,3	35	35	1,8	1,8	0,0	36,1	39,8
Goiás	137	125	3,8	3,5	-8,8	55	56	1,5	1,6	1,8	40,1	44,8
Maranhão	130	134	3,8	3,9	3,1	69	50	2,0	1,5	-27,5	53,1	37,3
Mato Grosso	101	103	5,6	5,7	2,0	47	46	2,6	2,5	-2,1	46,5	44,7
Mato Grosso do Sul	77	51	5,5	3,6	-33,8	44	30	3,1	2,1	-31,8	57,1	58,8
Minas Gerais	316	323	3,0	3,1	2,2	175	183	1,7	1,7	4,6	55,4	56,7
Pará	209	204	5,1	5,0	-2,4	54	57	1,3	1,4	5,6	25,8	27,9
Paraíba	80	74	3,9	3,6	-7,5	26	34	1,3	1,7	30,8	32,5	45,9
Paraná	256	245	4,4	4,2	-4,3	77	81	1,3	1,4	5,2	30,1	33,1
Pernambuco	219	271	4,6	5,7	23,7	72	81	1,5	1,7	12,5	32,9	29,9
Piauí	71	62	4,2	3,7	-12,7	24	28	1,4	1,7	16,7	33,8	45,2
Rio de Janeiro	283	291	3,3	3,4	2,8	111	99	1,3	1,2	-10,8	39,2	34,0
Rio Grande do Norte	66	55	3,9	3,2	-16,7	16	24	0,9	1,4	50,0	24,2	43,6
Rio Grande do Sul	283	220	5,0	3,9	-22,3	111	87	2,0	1,5	-21,6	39,2	39,5
Rondônia	64	48	8,1	6,1	-25,0	23	21	2,9	2,6	-8,7	35,9	43,8
Roraima	19	17	6,0	5,4	-10,5	3	6	0,9	1,9	100,0	15,8	35,3
Santa Catarina	102	107	2,6	2,8	4,9	57	56	1,5	1,5	-1,8	55,9	52,3
São Paulo	423	447	1,8	1,9	5,7	195	221	0,8	1,0	13,3	46,1	49,4
Sergipe	37	39	3,2	3,4	5,4	19	16	1,6	1,4	-15,8	51,4	41,0
Tocantins	36	36	4,8	4,8	0,0	14	18	1,9	2,4	28,6	38,9	50,0

Fonte: Fórum de Segurança, 2024.

Os dados, apresentados acima, destacam como a presença e a força do patriarcado se tornam ainda mais relevantes quando se fala de violência contra a mulher no Brasil. Eles demonstram que o machismo e a misoginia ganham força, especialmente durante períodos de maior convivência dos homens com a família, como ocorreu durante a pandemia da Covid-19, em virtude do isolamento social. Esse contexto contribuiu para o aumento significativo dos índices de violência. Além da falta de diálogo familiar, da tolerância e do descontrole psicológico devido às questões levantadas durante a pandemia — como medo, tristeza pela perda de entes queridos, perda de emprego, falta de provimento para as necessidades básicas e o próprio isolamento social —, as mulheres e meninas tornaram-se alvos fáceis e disponíveis da intolerância e do machismo estrutural. Como resultado, a violência psicológica, física e sexual ocorreu com mais frequência nesse período.

A partir dos dados apresentados que demonstram o aumento do número de feminicídios no Brasil, é possível perceber que a violência simbólica por meio da linguagem está intrinsecamente ligada aos atos de violência física e homicídios de mulheres, pois as ações não ocorrem impetuosamente, mas sim após indícios de que está prestes a acontecer através de comentários sexistas e preconceituosos lançados às mulheres, sejam no âmbito doméstico, profissional ou outros. Sendo assim, mediante a discussão de temas que tratem dessa questão, como a desigualdade salarial entre homens e mulheres – proposto durante a oficina de redação em uma escola pública para jovens estudantes com faixa etária de 17 a 19 anos – promover-se-á homens e mulheres conscientes da ligação entre o dizer e o fazer para, no futuro, de modo a desenvolverem a capacidade de percepção de discursos violentos e evitarem violências físicas que podem culminar em perda de vida de mulheres no Brasil.

2.1 A violência simbólica e discursiva em contexto político

Diariamente, ao ligar a televisão ou acessar as redes sociais, especialmente o Instagram — que traz manchetes jornalísticas praticamente instantâneas em seu feed de notícias — deparamo-nos com casos diversos de violência ocorrendo em nossa cidade, em cidades vizinhas, no Brasil e no mundo. Entretanto, nosso interesse reside em investigar os números das violências que ocorrem aqui em nosso país. Para isso, buscamos informações em documentos oficiais como o *Atlas da Violência* (2021, p. 11), disponível na internet, que apresenta as estatísticas de homicídios nos anos anteriores ao corrente (2023). Os dados apontam que, em 2019, houve 43.503 homicídios, o que representa uma média de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. Vale destacar que, dentre esses números, os de

feminicídio compõem uma parte significativa, pois, de acordo com o *Atlas* (2021, p. 41), “em 2019, foram registrados 1.246 homicídios de mulheres nas residências, o que representa 33,3% do total de mortes violentas de mulheres registradas”.

O curioso é que, apesar de o termo feminicídio ter sido incorporado ao Código Penal pela Lei Nº 13.104/2015, tipificando o crime como “um tipo de homicídio doloso, cuja motivação está relacionada aos contextos de violência doméstica ou ao desprezo pelo sexo feminino”, ele não aparece nos atestados de óbito de mulheres mortas nessas circunstâncias, devido ao fato de que apenas cabe às instituições do sistema de justiça criminal realizar tal tipificação (*Atlas*, 2021, p. 41). Portanto, os dados apresentados refletem uma subnotificação dos casos de feminicídio no Brasil.

Esses dados e notícias são alarmantes e nos levam a refletir sobre as reais causas de tantas mortes de brasileiras. Como afirma Fernandes (2017), “porque estamos na égide da violência, nos sentimos instados a estudá-la”. Nesse sentido, utilizando um termo foucaultiano, somos levados a pensar em como essa violência poderia ser evitada a partir dos modos pelos quais ela costuma ser iniciada. Partindo dessa indagação, buscamos em Fernandes (2017) compreender de que forma o discurso pode estar simbolicamente atrelado aos casos de violência e, mais especificamente, de que forma os discursos que circulam no meio político podem estar ligados e/ou legitimar violências contra as mulheres no país.

Michel Foucault (2015, p. 153) afirma que “admitir que o importante são os discursos seria recolocá-los onde, efetivamente, eles podem ser atacados: não em seu sentido, não pelo que eles dizem, mas no nível da operação que ocorreu através deles”. Por conseguinte, precisamos compreender a magnitude do poder do discurso, pois, além de mobilizar relações de poder entre os sujeitos, o discurso pode também mobilizar ações violentas. Judith Butler (2021, p. 6) ressalta que “exercitamos a força da linguagem mesmo quando buscamos conter a sua força, presos a uma trama que nenhum ato de censura é capaz de desembaraçar”. Assim, não se pode negligenciar a força e o poder do discurso em uma sociedade. Como afirma Bourdieu (1989)

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os Sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) (Bourdieu, 1989, p. 11).

Nesse sentido, a violência simbólica utiliza-se dos sistemas de dominação para assegurar o poder de um gênero dominante: o masculino. Em outro estudo relevante, Fernandes (2017) faz uma exímia explanação da relação entre discurso e violência simbólica ao analisar o enunciado “Eu quero sangrar a Dilma”, proferido em 2015 por um Senador. O contexto de produção desse enunciado antecedeu ao Golpe de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff do poder através do

impeachment. Conforme afirma Fernandes (2017, p. 16-17), “sangrar” é retirar algo vital para a vida — o sangue que circula nas veias de qualquer ser humano. Se o verbo sangrar vier antecedido pelo verbo “fazer”, que indica a ação de sangrar alguém, linguisticamente compreendemos o desejo de morte, de ver a vítima sucumbir aos poucos, sem sua força vital, de matar a presidenta.

Nesse entremeio discursivo, o contexto político denota uma instituição capaz de mobilizar e viabilizar outros processos discursivos simbólicos e violentos que objetivam agredir e desmoralizar a imagem de Dilma Rousseff. Um exemplo dessas reverberações foi o uso indiscriminado da imagem da ex-presidenta em uma montagem como se ela estivesse deitada com as pernas abertas, transformada em adesivo para carros, colocado na entrada do tanque de combustível. Tal ação criminosa ocorreu como forma de protesto em relação ao aumento do preço dos combustíveis em 2015. Segundo uma reportagem do jornal *Correio Brasiliense*, o criador do adesivo — vendido em um site na internet por R\$ 34,90 — foi um homem morador de Recife, mas a imagem do homem abastecendo o carro como se estivesse introduzindo a mangueira de combustível no órgão genital de Dilma foi amplamente compartilhada nas redes sociais, viralizando a agressão contra a mulher Dilma Rousseff. Segue abaixo dois dos modelos de adesivos produzidos:

Figura 5: Adesivos para carro com a imagem da ex-presidenta Dilma Rousseff



Fonte: Arraes, 2015.

Na época, Eleonora Menicucci, então titular da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM-PR), protocolou um pedido de investigação junto ao Ministério Público e concedeu uma

entrevista a Jorge Macedo, redator do jornal *Correio Brasiliense* naquele momento. Para ela, a manifestação tem origem “preconceituosa e de violência sexual”, pois,

[...] os adesivos lesam os direitos das mulheres, em especial [...] É intolerável o material que violenta a imagem da presidente Dilma. Ele fere a Constituição ao desrespeitar a dignidade de uma cidadã brasileira e da instituição que ela representa, para a qual foi eleita e reeleita democraticamente (Macedo; *Correio Brasiliense*, 2015).

A indignação de Eleonora Menicucci representa a indignação de muitas mulheres brasileiras ao verem homens se divertindo ao introduzir a mangueira no meio das pernas da ex-presidenta, imitando um ato sexual sem consentimento — uma forma simbólica de estupro, pois o corpo é invadido, mesmo que de maneira simbólica através de um adesivo.

Podemos agora traçar um paralelo entre as duas formas de agressão contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. A primeira, ocorrida em 9 de março de 2015, foi realizada por um Senador da oposição durante uma entrevista ao jornal *Valor Econômico*; a segunda, relacionada aos adesivos, foi denunciada em uma reportagem publicada no *Correio Brasiliense* em 3 de julho do mesmo ano. As condições de possibilidade discursiva, iniciadas com a fala violenta do Senador em março — “Eu quero sangrar a Dilma” —, tiveram desdobramentos e mobilizaram outros enunciados violentos apenas quatro meses depois, ao ponto de simular o estupro de Dilma através de adesivos em carros.

Vemos, assim, que as práticas simbólicas podem estimular práticas de agressões físicas, pois passam “do verbal ao físico, do simbólico ao que faz sangrar. Temos uma pluralidade de práticas heterogêneas de violência que formam um arquivo de uma época” (Fernandes, 2017, p. 18). As tramas discursivas envolvem muito mais do que um simples dizer. Para Fernandes (2017, p. 24),

Não há respaldo legal para um sujeito sangrar outro; porém, esse sangramento metafórico ganha formas práticas e envolve, em sua produção, todo um corpo social, heterogêneo, mas vinculado por um mesmo princípio de regularidade: uma luta política ideológica que, por meio de práticas discursivas e não discursivas, justifique a exclusão de um corpo social, silencie sua voz, e destitua-lhe a possibilidade de governamentalidade (Fernandes, 2017, p.24).

Nesse ínterim, selecionei para esta pesquisa uma série enunciativa que também circulou no meio político e foi proferida por uma figura pública de influência nacional, o ex-presidente da República Jair Bolsonaro. O primeiro enunciado foi proferido em 2003, quando o enunciatário ainda era deputado federal pelo Rio de Janeiro. Durante uma discussão com uma deputada após uma sessão na Câmara, ele proferiu a seguinte frase: “Eu não vou estuprar você

porque você não merece”. O vídeo com a discussão está disponível no *YouTube*¹⁴. Não obstante, o enunciado foi repetido pelo ex-deputado Jair Bolsonaro no ano de 2014 em entrevista concedida ao jornal *Zero Hora*, que não estupraria Maria do Rosário pois ela não mereceria, “porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”. Em 2017, o Superior Tribunal de Justiça¹⁵ condenou o então deputado a indenizar Maria do Rosário pelas ofensas. A ministra Nancy Andrighi, relatou que

Ao afirmar que a recorrida não ‘mereceria’ ser estuprada, atribui-se ao crime a qualidade de prêmio, de benefício à vítima, em total arrepio do que prevê o ordenamento jurídico em vigor”, disse a ministra. Ao mesmo tempo, segundo ela, esse discurso machista reduz a mulher à situação de mero objeto, que se submete à avaliação do ofensor sobre servir ou não à satisfação da lascívia violenta. Para a ministra, a frase “não merece ser estuprada” constitui expressão “vil”, que menospreza “de modo atroz a dignidade de qualquer mulher”, sendo patentes a ofensa à dignidade de Maria do Rosário e a necessidade de reparação do dano, conforme estabelecido pelo TJDF (STJ Notícias, s/p).

O segundo enunciado ocorreu em 2017, durante uma entrevista ao jornal *Zero Hora*. Na ocasião, a pergunta era sobre o direito à igualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil, e o então Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) insinuou que “Mulher deve ganhar menos porque engravida”. O terceiro enunciado selecionado foi proferido em 2018, durante uma palestra no Clube Hebraica, em São Paulo, quando, ao contar uma piada, ele disse: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Vale destacar que esse enunciado foi proferido durante a campanha presidencial.

Não tratarei esses enunciados de forma isolada, mas sim contextualizados ao momento, local, período político e público espectador. Na aula inaugural no Collège de France, Michel Foucault (2010, p. 8) afirmou que “em toda a sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”, o que permite perceber a teia discursiva na qual os enunciados do meio político estão envolvidos.

Diante disso, enunciados depreciativos, machistas e preconceituosos não deveriam fazer parte do discurso de um deputado, dada a sua visibilidade inquestionável e à influência que uma figura pública, ocupante de cargo importante, exerce. Uma das explicações para isso seria o

¹⁴ Vídeo Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LD8-b4wvIjc&ab_channel=revistaISTOE

¹⁵ STJ NOTÍCIAS. *Jair Bolsonaro terá de indenizar deputada Maria do Rosário por danos morais*. Publicado em 15/08/2017. Disponível em https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2017/2017-08-15_18-37_Jair-Bolsonaro-tera-de-indenizar-deputada-Maria-do-Rosario-por-danos-morais.aspx. Acesso em: 24 jan. 2025.

fato de que o discurso é perigoso, conforme Foucault (2010, p. 8) afirma, podendo mobilizar reações singulares do público espectador. É fato que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2010, p. 9), devido aos procedimentos de exclusão, especificamente, neste caso, o procedimento da interdição. Vale destacar que a interdição também é um procedimento de exclusão e que Foucault, ao mesmo tempo que alia os dois procedimentos, também os separa. Foucault identifica três tipos de interdição que “se cruzam, se reforçam ou se compensam nos processos discursivos”: o tabu do objeto; o ritual das circunstâncias; e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala.

Por que isso é relevante para a composição do meu *corpus*? Esses processos demonstram uma clara relação entre o discurso e o poder, já que as regiões da sexualidade e da política são os espaços em que “os buracos negros se multiplicam” (Foucault, 2010, p. 9). Esses são lugares de tensão e poder, nos quais exercer o poder torna-se objeto de luta, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (Foucault, 2010, p. 10). Nessa constituição, o discurso de ódio atrelado às regiões da sexualidade e da política alimenta os sistemas de dominação, refletindo um desejo de poder. Isso porque, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (Foucault, 2010, p. 10), dois elementos intrínsecos à sexualidade e à política.

Assim, ao refletir sobre os enunciados que trazem como elementos principais o estupro, a “fraquejada” e a gravidez, percebemos que ambos constituem as duas regiões que Foucault menciona: a sexualidade e a política.

2.2 Por que um falar pressupõe um fazer? O reflexo do espetáculo e do ódio na sociedade

As condições de possibilidade discursivas frequentemente se originam de elementos do cotidiano e de figuras que representam o que é considerado natural pela sociedade ou que satisfazem os desejos e curiosidades de uma comunidade específica. Nessa dinâmica, ocorre a construção do espetáculo, aquilo que atrai os holofotes por ser percebido como um fenômeno “um menino sem igual... Semelhante criatura jamais surgida no mundo” (Courtine, 2013, p. 100). O problema surge quando essa figura, ao enunciar, veicula dizeres que depreciam, violentam e discriminam grupos minoritários, pois, ao fazê-lo, ela não só sacia o desejo de outra

comunidade, pertencente ao grupo dominante, mas também perpetua o poder hegemônico e cis-heteronormativo, composto geralmente por homens brancos que detêm a maior parte da riqueza do país.

Esse fenômeno ativa no público o que Courtine (2013, p. 101) chama de “memória dos espetáculos”, em que “a curiosidade torna-se cada vez mais versátil, seus objetos mudam sem cessar” (Courtine, 2013, p. 101). Assim, a teatralidade do show atrai mais espectadores e simpatizantes para essa difamação cruel das minorias, especialmente quando uma figura pública de influência política promove “a exibição monstruosa (que) surpreende e inquieta, em seguida tranquiliza; e finalmente diverte” os espectadores (Courtine, 2013, p. 104). Essa curiosidade fabricada e a construção do mito ocorrem porque “as formações discursivas não são jamais dispositivos locais, mas atravessam e religam uma pluralidade heterogênea e disseminada de campos do saber e de regimes de prática” (Courtine, 2013, p. 59).

É nesses regimes de prática que minha preocupação se acentua, pois, conforme Judith Butler (2021) afirma, a linguagem atua contra nós. Desse modo, os enunciados do ex-presidente da República que depreciam mulheres e outras minorias atravessam e afetam não apenas os campos do saber, mas também as práticas. Portanto, ao afirmar que não estupraria uma deputada porque ela não faz o seu tipo, ou porque é feia, o ex-presidente pode dar a entender que o estupro realizado contra mulheres que se enquadram em um dado padrão corporal é aceitável. O espetáculo ocorre quando seus apoiadores e simpatizantes se divertem com esse enunciado violento, pois Bolsonaro expressa enunciados que são regulares a determinado grupo de sujeitos. Ele se torna um herói ao falar o que muitos homens na sociedade pensam, mas não ousam dizer em público. Nesse contexto, Bolsonaro se aproxima de seus apoiadores ao falar “a verdade” de alguns e ao não adaptar seu discurso ao cargo de influência que ocupa.

O espetáculo, nessa constituição, é “o autorretrato do poder” (Debord, 2003, p.23), pois “é na especialização do poder, a mais velha especialização social, que está na raiz do espetáculo” (Debord, 2003, p. 23). Assim, nota-se que, de acordo com Guy Debord (2003), é a sociedade do espetáculo que escolhe seu conteúdo técnico, e é nessa instância que o poder se instaura, promovendo a manutenção da hegemonia masculina branca e cis-heteronormativa em detrimento da depreciação das mulheres e outros grupos marginalizados. Bolsonaro encanta seus seguidores através das regras de construção do curioso: Estranheza; Raridade; Unicidade; Novidade. Parte disso se deve à caracterização do dano sofrido por ele (a facada) durante a

campanha presidencial de 2018. Seu corpo ferido tornou-se o espetáculo que seus apoiadores passaram a “clamar” pela recuperação, levando-o à presidência naquele ano.

Além disso, durante a sua gestão, no auge da pandemia da Covid-19, Jair Bolsonaro encenou pessoas morrendo por falta de ar em uma transmissão ao vivo¹⁶, o que Courtine (2013, p. 112) chama de exibição teratológica. Segundo o autor, é possível “poder divertir-se com uma angústia, rir de um pavor, alegrar-se com uma repugnância”. O então presidente da República se divertiu com as milhares de mortes causadas pela Covid-19, o que levou muitas pessoas a negligenciarem a doença e aderirem ao negacionismo da ciência e das vacinas, provavelmente, contribuindo para milhares de mortes no Brasil. Mais uma vez, a premissa de Judith Butler sobre o poder da linguagem e do discurso de ódio se concretiza por meio de discursos e ações monstruosas.

Outrossim, vale destacar os deslizamentos mobilizados em seus enunciados, como o atravessamento do dispositivo da religião, que atua com força nessa construção do herói, mito, messias. Dito isso, podemos salientar que

[...] o fenômeno deve travestir-se de uma roupagem da qual, todavia, não pode desfazer-se, comportar-se como ator perfeito de um papel que lhe cola à pele. Ele não pode representar o monstro a não ser em sendo-o: está lá o paradoxo invertido do comediante monstruoso (Courtine, 2013, p. 104).

A figura do herói deve ser mantida, pois “o que define o monstro é, antes de tudo, ele ser ‘contranatural’ e fora da lei” (Courtine, 2013, p. 113). Assim, “a história de um olhar fixo, denso de seriedade, destinado à utilidade, preocupado em restabelecer a ordem na grande desordem da natureza e do direito encarnado pelo monstro” (Courtine, 2013, p. 113) é o que determina sua posição de poder e de ordem progressista (Não seria o contrário?) alinhada à moralidade cristã.

Outros momentos que compõem o espetáculo incluem exibições que o colocam no lugar de sujeito comum: aquele que toma café da manhã com pão e manteiga, que come pastel e toma caldo de cana na feira, que pratica “tarefas ordinárias, mas elementares para o corpo normal: beber, comer, escrever, tirar seu chapéu, jogar baralho, descascar uma maçã, tocar tambor” (Courtine, 2013, p. 103). Essas tarefas poderiam ser substituídas por motocicletas, passeios de jet ski, entre outras. Contudo, essa manipulação das massas através de ações cotidianas possibilita a manutenção do poder de Bolsonaro. A figura do herói-vítima aciona nos eleitores o sentimento de pertencimento e popularidade, algo inédito, já que os chefes de Estado anteriores

¹⁶ Cena aconteceu durante uma live do presidente Jair Bolsonaro em março de 2021. Vídeo do *Youtube*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KPOKuweJw6U&ab_channel=JornalOGlobo. Acesso em: 15 set. 2024.

costumavam manter um rigor quanto a seus discursos, os quais eram previamente formulados por uma equipe de profissionais encarregados de zelar pela imagem do representante do povo. Assim, o quadro de raridade e unicidade se instaura na sociedade em relação a Jair Bolsonaro. As expressões utilizadas por ele configuram um conjunto de legibilidade do corpo a partir da “percepção de sua exterioridade, a fisionomia nos detalhes de sua superfície visível, o rosto e a expressão no jogo de suas experiências” (Courtine, 2013, p. 47).

O estudo de Courtine (2013) sobre a fisionomia – maneiras de dizer e formas de ver o corpo humano – apresenta-nos a questão dos traços expressivos enquanto sintomas que convertem “o(s) indício(s) que libera(m) o percurso do olhar sobre o corpo” (Courtine, 2013, p. 49). Nesse ínterim, façamos uma analogia aos indícios de machismo e misoginia presentes no enunciado “Eu tive quatro filhos, na quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. De acordo com Paula Moraes Louredo¹⁷, professora de Biologia, a mulher não desempenha um papel significativo na determinação do sexo fetal, visto que a definição do sexo do bebê ocorre durante a concepção a partir da formação cromossômica do embrião. Caso a combinação seja de dois cromossomos XX, será uma menina, e caso seja XY, possivelmente será um menino. Apenas os homens possuem o cromossomo Y, também “chamado de SRY (sex-determining region Y), que determina o desenvolvimento de testículos e, conseqüentemente, o sexo masculino no bebê” (Moraes, 2023).

Desde os tempos antigos, ter uma filha mulher representava menos mão de obra para o trabalho braçal. Entre os povos indígenas Yanomami¹⁸, por exemplo, o infanticídio faz parte de tradições milenares, e um dos motivos para as mães tirarem a vida de uma filha logo após o parto é o fato de nascer do sexo feminino. Isso ocorre porque é tradição ter filhos homens como primogênitos, e, se nasce uma menina, as mães a matam para poder engravidar novamente na esperança de ter um filho homem. Atualmente, vemos a popularidade dos chás de revelação do sexo do bebê nas redes sociais, como *Facebook*, *Instagram*, *TikTok* e *Twitter*, e é possível perceber o descontentamento, especialmente em alguns pais, quando descobrem que terão uma filha em vez do tão desejado varão, o filho homem.

Nesse contexto, a manutenção da hegemonia masculina é fortalecida por enunciados que perpetuam o preconceito e as desigualdades de gênero na sociedade. A ideia de que a mulher é o sexo frágil está em declínio na realidade cotidiana há muito tempo. Dados mostram

¹⁷ MORAES, Paula Louredo. "Determinação do sexo em bebês"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biologia/determinacao-sexo-bebes.htm>. Acesso em: 24 jan. 2025.

¹⁸ Infanticídio é uma tradição milenar dos Yanomami. Folha de Boa Vista-Boa Vista-RR - 10/03/2005. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

que cada vez mais mulheres assumem o sustento de suas famílias, criam seus filhos sozinhas, trabalham em até três períodos do dia e pagam suas contas em dia. Uma reportagem da CBN Goiânia aponta que mais da metade dos lares goianienses são chefiados por mulheres. A pesquisa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que 53% das casas em Goiânia são de responsabilidade de uma mulher.

Se essa ascensão das mulheres é inquestionável, por que enunciados depreciativos contra elas ainda são tão presentes e frequentes em nosso cotidiano? Quem nunca ouviu: “Mulher ao volante, perigo constante”; “Mulher tem que pilotar é só o fogão”; “Tinha que ser Mulher” (em uma barbearagem no trânsito), ou outras menções de incapacidade feminina? De acordo com Alice Krieg-Planque (2010, p. 14), esses enunciados podem ser considerados Fórmulas Discursivas, pois são formados por “um conjunto de práticas languageiras e de relações de poder e opinião, em um momento dado, em um espaço público dado, que gera o sentido formulaico – se assim se pode dizer – de uma sequência verbal”. A partir dessa premissa, corroboramos o pensamento da autora ao perceber que essas fórmulas são manifestações políticas contrárias a um grupo específico – as mulheres.

Ao refletirmos sobre isso, é possível perceber uma relação econômica relacionada ao papel da mulher na atualidade. Outro enunciado que expõe isso é “Mulher tem que ganhar menos porque engravida”. Segundo Bolsonaro (2018), os empresários teriam razão em evitar contratar mulheres, pois elas podem engravidar e, com isso, tirar quatro meses de licença maternidade, o que traria prejuízos às empresas. Não há como não alinhar essa premissa com o fato comprovado pelo IBGE de que elas sustentam mais de 50% dos lares em Goiânia. Portanto, vemos que há uma tentativa de desqualificar a capacidade feminina de trabalhar através da manutenção dessas fórmulas discursivas, visto que a preferência no mercado profissional é por homens.

Isso explica o momento em que, durante entrevistas de emprego, o profissional de RH pergunta se a mulher é casada, se tem filhos ou se já fez laqueadura para não ter mais filhos. Se a mulher for solteira (sem experiência), suas chances são ruins; se for laqueada (experiente, mas considerada velha, gorda ou doente), suas chances são prejudicadas; e se for casada, suas chances são nulas, pois as casadas são vistas como mais suscetíveis a uma gravidez. Entretanto, as ações de anulação do corpo e da capacidade feminina acabam sendo em vão, pois, no final, as mulheres quase sempre “dão conta do recado”, tornando-se autônomas, vendendo produtos em casa, confeitando bolos por encomenda e sustentando seus filhos, o que pode gerar

frustração na hegemonia masculina que busca manter o poder, ainda que por vias não formais, o que mantém certa ordem de dominação sobre nós.

Entretanto, a busca pela manutenção do poder patriarcal é contundente nesse processo discursivo, pois quanto mais as mulheres não conseguirem emprego mais elas ficarão reféns de relacionamentos abusivos e violentos. Nessa constituição subjetiva da docilização do corpo feminino, os enunciados do ex-presidente da República podem atuar negativamente tanto em relação à existência das mulheres, desde sua concepção e nascimento, quanto à sua capacidade de sustento por meio de um trabalho digno, e, por último, no aumento expressivo do número de casos registrados de violência contra a mulher que pode, tragicamente, acabar em feminicídio.

3. AS MULHERES COMO ALVO: A violência simbólica no cenário político

*Ele fazia eu me sentir um lixo -Dona de casa de 50 anos*¹⁹

Passou a me isolar de tudo, dizendo que mulher dele não precisaria trabalhar. - Professora, vítima de violência doméstica

O ato de manipulação a partir da desestabilização emocional da vítima é algo que, infelizmente, faz parte da sociedade patriarcal em que vivemos desde a antiguidade, mas esse ato tem recebido atenção especial na atualidade pelo fato da propagação do conhecimento acerca do que é o *Gaslighting* e de como funciona essa forma de abuso que é “sutil nos relacionamentos afetivos, na qual o abusador mente, distorce a realidade e sempre omite ou cria informações, com o objetivo de desestabilizar a saúde mental da vítima” (Educa Mais Brasil, 2022). De posse desse conhecimento as mulheres passam a reconhecer e a se protegerem. De acordo com o Portal Educa Mais Brasil (2022)²⁰, o termo americano teve origem no filme

“Gas Light” (À Meia Luz), de 1944. Na história, o marido tenta convencer a mulher de que ela é louca, manipulando pequenos elementos de seu ambiente e insistindo que ela está errada ou que se lembra de coisas de forma incorreta. Em tradução para português, a palavra quer dizer justamente isso: manipulação (Portal Educa Mais Brasil, 2022, online).

Essa forma de violência tem atingido mulheres ao longo dos séculos, fazendo-as duvidarem do seu próprio valor e a se manterem em relacionamentos abusivos por entenderem que não são capazes de seguir a vida longe do agressor. A *Dona de casa de 51 anos* que abre a epígrafe deste capítulo sintetiza o que um homem é capaz de fazer com uma mulher: “Ele fazia eu me sentir um lixo”, logo, essa mulher seria incapaz de dar algum passo longe do agressor. A *professora, vítima de violência doméstica*, segunda epígrafe deste capítulo, afirma que o companheiro passou a “isolá-la de tudo com a justificativa de que mulher dele não precisaria trabalhar”, assim, ela ficaria a sua disposição e longe de pessoas que poderiam, de alguma forma, atentá-la acerca da violência psicológica da qual ela estaria sendo vítima. Vejamos, pois, que a submissão vai muito além da dependência financeira, visto que, mulheres independentes, como a professora, vítima de *Gaslighting*, também são submetidas a esse tipo de tratamento, bem como a cada dia mais casos de mulheres famosas vêm à tona através da internet, como, por exemplo, o caso da apresentadora da TV Record Ana Hickmann, que, ao final do ano de

¹⁹ Depoimentos disponíveis em: <https://www.jornalnh.com.br/noticias/regiao/2021/08/13/ele-fazia-eu-me-sentir-um-lixo-veja-relatos-de-mulheres-vitimas-de-violencia.html>. Acesso em: 20 out. 2023.

²⁰ Disponível em: www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/gaslighting-o-que-e-e-como-identificar-a-manipulacao-psicologica. Acesso: 29 set. 2024.

2023, teve sua vida pessoal exposta nas redes, a partir de uma violência física sofrida em seu casamento. A apresentadora participou de uma *live* no dia 15 de março de 2024 para falar sobre violência contra a mulher, o Canal CNN Brasil Pop²¹ disponibilizou o áudio da *live* na íntegra e alguns trechos do relato de tudo que passou nas mãos do ex-marido Alexandre Corrêa:

A palavra vergonha é algo que todas nós sentimos, quando a gente passa por violência e se depara com aquilo. A violência emocional é a primeira que a gente não quer acreditar que está acontecendo. A violência patrimonial, a gente descobre depois a duras penas de uma forma realmente muito bruta. A violência processual é ao longo da trajetória do caminho para a gente tem para conseguir ter nossos direitos preservados. A emocional também faz parte, mas a violência física, quando acontece, acho que é o momento que temos que dar o basta” (Ana Rickmann, 2024, ao Canal CNN).

Ana, ao relatar sua experiência, mostra-nos o quanto somos passíveis aos tipos de violência a que somos submetidas em um relacionamento, isso porque ela relata como cada tipo de agressão vai acontecendo gradativamente, e só nos damos conta disso quando vem a agressão física, que, segundo ela, “é o momento de dar um basta”. Ao refletirmos acerca dessa percepção da apresentadora sobre como tudo foi acontecendo na sua vida conjugal, é impossível não pensar no porquê de esse “basta” não vir antes da agressão física. Por que vamos aguentando tantos abusos psicológicos ao longo da vida? Por que sofremos caladas com abusos sexuais durante a infância, adolescência e, também na vida adulta? Por que não nos posicionamos antes das vias de fato?

A resposta a essas perguntas perpassa pela cultura patriarcal na qual vivemos, em que o marido deve ser respeitado em um casamento, independente das suas atitudes. Assim, cabe à mulher respeitá-lo e ser submissa a ele, organizando sua casa e educando seus filhos. Nesse viés, os discursos opressores são, por vezes, ironizados, considerados como brincadeira, como piada, o que faz com que o poder heteronormativo seja estabelecido e mantido na sociedade a partir da desestabilização emocional das mulheres. A violência sofrida pela Dona de casa de 50 anos e a professora - personagens dos depoimentos que iniciaram esse capítulo -, não se distingue da que Ana Hickmann, famosa, sofreu, exceto pela notoriedade. Ainda, podemos compreender que essas violências não se iniciaram diretamente no corpo das mulheres, mas

²¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/ana-hickmann-se-emociona-durante-live-sobre-violencia-domestica/>. Acesso em: 29/07/2024.

foram sendo introduzidas simbolicamente por meio das piadas, da desestabilização emocional e das brincadeiras disfarçadas.

3.1 Violência de gênero: enunciados que alimentam (suscitam) violências contra mulheres

Os aspectos que envolvem a violência de gênero são complexos e orientados por algumas correntes teóricas que buscam desmistificar esses estudos e promover a compreensão acerca desse tipo de violência. De início, é importante conceituar a expressão violência de gênero como

[...] qualquer ato de agressão física, de relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual, maus tratos psicológicos e controle de comportamento que resulte em danos físicos ou emocionais, perpetrado com abuso de poder de uma pessoa contra a outra, em uma relação marcada pela desigualdade e pela assimetria entre gêneros. Pode acontecer nas relações íntimas entre parceiros, entre colegas de trabalho e em outros espaços da sociedade. Abrange a violência praticada por homens contra mulheres, por mulheres contra homens, entre homens e entre mulheres (BRASIL, 2005; ZUMA et al, 2009, In Njaine et all, 2014).

De acordo com o material catarinense organizado por Njaine et all (2014), intitulado de *Violência e perspectiva relacional de gênero*, a violência de gênero pode abranger não só relações entre homens contra mulheres, mas também, de mulheres contra homens, entre homens e entre mulheres. Assim, percebemos que diferentes formas de coerção, seja sexual, maus tratos, que visam ao controle dos comportamentos e dos corpos marcados pela desigualdade e assimetria de gêneros, são consideradas violência.

Para orientar os estudos acerca dessa perspectiva de violência, o material apresenta três correntes teóricas, a primeira, “identificada como dominação masculina, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem” (VIOÊNCIA E PERSPECTIVA RELACIONAL DE GÊNERO, 2014, p.13); A segunda corrente nos apresenta como a teoria que “refere-se à dominação patriarcal e compreende a violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, embora seja historicamente vítima do controle social masculino”; A terceira corrente teórica,

[...] identificada nos estudos sobre violência contra a mulher é a relacional, que relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, entendendo violência como uma forma de comunicação e um jogo no qual a mulher protagoniza cenas de violência conjugal e se representa como “vítima” e “não sujeito” quando denuncia, porque assim obtém proteção e prazer (VIOÊNCIA E PERSPECTIVA RELACIONAL DE GÊNERO, 2014, p. 13-14).

Compreendemos, nessa constituição, que a terceira corrente teórica evidencia a participação da mulher nos processos de violência de gênero enquanto protagonista que denuncia a agressão, logo, podemos considerar essa mulher que denuncia como a mulher contemporânea, pois passa a ser, além de protagonista, a sua própria salvadora nesse “jogo” de poder que é estabelecido entre os gêneros masculino e feminino.

O “jogo” estabelecido, nessa perspectiva, perpassa por todos os ambientes nos quais os sujeitos são confrontados, seja o familiar, o político, o escolar, o empresarial, etc. Diante disso, fica claro que a violência de gênero se inicia pela violência discursiva em que enunciados são utilizados para menosprezar as mulheres em suas atividades diárias como estudante, esposa, mãe, profissional e política. Logo, enunciados opressores que violentam as mulheres com finalidade de controle do seu comportamento são passivos de análise e investigação discursiva que fomente a compreensão de como a coerção funciona a partir de falas machistas e misóginas.

Por isso, selecionamos alguns enunciados do ex-presidente Jair Bolsonaro, ao entendermos que o discurso de uma figura política pode ser relevante no processo discursivo em que é capaz de suscitar/incentivar, na população, violência psicológica e física contra as mulheres. Os enunciados ocorreram, o primeiro, em 2003, quando o então deputado pelo Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro direcionou à deputada Maria do Rosário o seguinte enunciado: “Eu jamais ia estuprar você porque você não merece”, e, no ano de 2014, ao passar por processo na justiça movido pela deputada, Bolsonaro repetiu a fala misógina contra Maria do Rosário, reafirmando seu posicionamento acerca da mulher. O segundo enunciado selecionado foi em 2017, quando o mesmo deputado afirmou em uma entrevista: “Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. O terceiro e último enunciado selecionado para esta pesquisa ocorreu em 2018, quando, ao ceder entrevista ao Jornal Zero Hora, ao mencionar sobre economia do país, Bolsonaro afirma que: “Mulher deve ganhar menos porque engravida”.

A seleção se deu por compreender que tais enunciados “violentam” discursivamente as mulheres brasileiras, pois, em todos eles, a dominação masculina, primeira corrente dos estudos de violência de gêneros, é buscada e estabelecida pelo discurso de um presidencialista. Nesse contexto, entendemos como relevantes para o cenário atual que demarca números assustadores de violência doméstica e feminicídios no Brasil.

Para levar essa discussão ao contexto escolar, inserimos os enunciados em uma proposta de produção textual do gênero dissertativo-argumentativo com o objetivo de promover a

reflexão dos (as) alunos (as) acerca de como os processos discursivos podem incidir na vida das pessoas e demonstrar realidades cruéis às quais as mulheres são submetidas.

3.2 Caminhos da pesquisa

O trabalho do professor não se limita ao espaço escolar, à sala de aula. Ele deve ser iniciado bem antes do momento da aula, isso porque sabemos que um bom e detalhado planejamento faz toda a diferença no processo de ensino e aprendizagem. Essa é a função do plano de aula: descrever o passo a passo de tudo o que será realizado durante os cinquenta minutos destinados ao conteúdo específico. É de responsabilidade do professor, enquanto profissional, entregar com antecedência o plano de aula ao seu coordenador de área ou da escola em que trabalha para que possíveis ajustes sejam feitos visando o objetivo da aula ser cumprido. Entretanto, quando falamos na disciplina de Língua Portuguesa, a qual trabalha com textos, sua leitura, produção e oralidade, é importante que o professor se atente ao gênero textual a ser contemplado, já que os Tipos Textuais são, segundo Marcuschi (2008, 154-155), sequências linguísticas definidas como: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção, sem tendência a aumentar. Já o Gênero Textual envolve a situação comunicativa definida pela “composição funcional, objetivos enunciativos, e estilos concretamente realizados na interação de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas” (Marchuschi, 2008, p. 155). De acordo o mesmo autor, a plasticidade dos gêneros textuais é importante, pois eles complementam os Tipos, já que constroem um princípio de listagens abertas (2008, p. 155), ou seja, seu uso empírico é o que determina a existência, a permanência e o desuso. Além disso, à luz de Bakhtin (1979, p. 279), para Marcuschi (2008, p. 155), “todas as atividades humanas estão relacionadas ao uso da língua, que se efetiva através de enunciados (orais e escritos) ‘concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou de outra esfera da atividade humana’”.

Sendo assim, o trabalho do professor de Língua Portuguesa versa acerca do estudo de textos baseados em gêneros que serão o suporte para sua divulgação, posto que a situação comunicacional deve ser levada em consideração a partir dos contextos de uso. Ao considerar o gênero em sua singularidade, é preciso também adequar o estudo do gênero a partir dos planos de aula sistemáticos, ou seja, em uma Sequência Didática, doravante (SD). Para Dolz, Noverraz e Schneuwly (2008, p. 96), “uma ‘sequência didática’ é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”. Para a BNCC (2018), a SD é composta por uma série de etapas que devem ser executadas para que os objetivos sejam alcançados, sendo, desse modo, uma forma de melhorar a educação e a

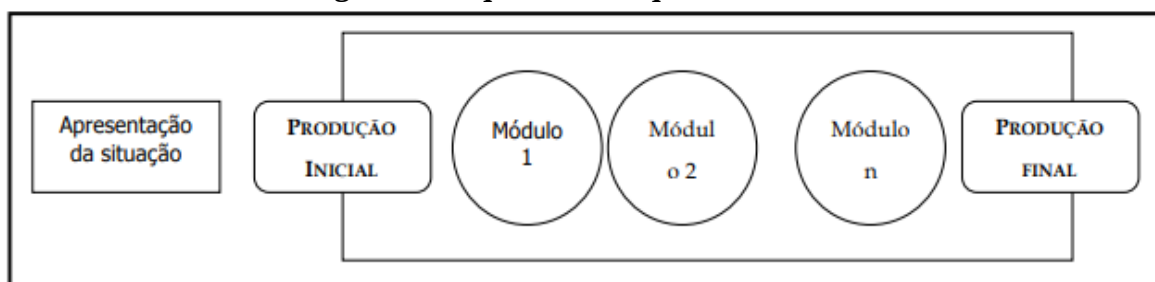
interação entre o professor e os alunos. Assim, busca-se aprofundar o estudo do texto a partir do gênero escolhido através de um conjunto de atividades selecionadas e organizadas em prol do aprendizado sistemático. Para mais, autores afirmam ainda que

Quando nos comunicamos, adaptamo-nos à situação de comunicação. Não escrevemos da mesma maneira quando redigimos uma carta de solicitação ou um conto; não falamos da mesma maneira quando fazemos uma exposição diante de uma classe ou quando conversamos à mesa com amigos. Os textos escritos ou orais que produzimos diferenciam-se uns dos outros e isto porque são produzidos em condições diferentes (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2008, p. 96-97).

Sendo assim, os precursores da SD já consideravam as condições de produção de textos orais e escritos a partir da diferença do gênero textual devido às situações de uso desses textos e a finalidade da comunicação. Acerca do objetivo do uso da elaboração de uma SD, os autores afirmam que “uma sequência didática tem, precisamente, a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de texto, permitindo-lhe, dessa maneira, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação” (Dolz; Noverraz e Schneuwly, 2008, p. 97). Nesse contexto, o trabalho com gêneros se dá para aqueles de mais difícil domínio ou para os menos acessíveis, e o ensino deve ser organizado para uma quantidade específica de aulas que contemple atividades diversas sobre o gênero estudado.

Acreditamos, assim, que os autores criaram um esquema da SD para facilitar o trabalho dos professores com a elaboração e seleção do conteúdo e dos textos a serem trabalhados em sala de aula. Desse modo, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2008) propõem a divisão do trabalho em algumas etapas, sendo: (1) apresentação do conteúdo; (2) produção inicial; (3) o conteúdo dividido em módulos (a quantidade necessária para contemplar os instrumentos necessários para a apropriação acerca do gênero estudado); e (4) produção final. Segue abaixo figura do esquema proposto pelos autores:

Figura 6: Esquema da sequência didática



Fonte: Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2008, p. 97.

De acordo com os autores, a apresentação da situação tem a finalidade de explicar detalhadamente todas as etapas da SD (da quantidade de aulas e das atividades que serão realizadas) aos alunos que serão o público-alvo. Em seguida, a produção inicial e diagnóstica deve ser realizada, e é ela que dará ao professor uma noção do conhecimento prévio dos alunos em relação ao gênero estudado. Durante a explanação e as atividades diversas que compõem os módulos, os professores deverão recorrer a diferentes estratégias para promover e/ou aprimorar o aprendizado. Ademais, por último, a produção final fecha o bloco da sequência didática para esse gênero abordado. Notamos, assim, que Dolz, Noverraz e Schneuwly (2008) sistematizam o ensino de gênero. A seguir, para desenvolvermos a análise dessa pesquisa, propomos o ensino a partir de uma SD sobre o gênero Redação (Enem).

Para tanto, desenvolvemos um projeto chamado Oficina de Técnicas em Redação para o Enem, o qual foi organizado/sistematizado através de uma sequência didática sobre o texto dissertativo-argumentativo com proposta de intervenção, que é o tipo textual exigido na redação do processo seletivo do Enem. Para Figueira-Borges (2022, p. 3), “o ensino de língua (portuguesa) é um espaço profícuo em que podemos e devemos propor práticas de intervenção com vistas a enfrentamentos ao machismo na Educação Básica”, ou seja, a intervenção pensada durante o processo de produção textual é uma forma de agir contra determinados problemas e certas questões sociais, e também é isso que fazemos ao discutir temas sociais que permeiam o corpo social.

Optamos por trabalhar com o gênero *redação* devido à experiência da pesquisadora em correções de redações e em cursinhos preparatórios para esse processo seletivo que é tão importante para o jovem conculinte do ensino médio. Diante disso, selecionamos uma escola da rede estadual de ensino para aplicar a oficina, pois reconhecemos que os alunos de escola pública têm menor número de oportunidades de aprimoramento e preparação para o Enem e outros vestibulares devido aos escassos recursos financeiros próprios que os impedem de matricular-se em um cursinho preparatório no contraturno de suas aulas regulares, já que, muitos deles, também trabalham no período em que não estão no colégio. Sabemos que a rede pública de ensino tem feito o melhor dentro de suas possibilidades para que os alunos concluam o ensino médio e deem continuidade aos estudos em universidades ou sigam na profissão na qual escolheu trabalhar, por isso, resolvemos contribuir com esse estágio de preparação para a prova de redação do Enem.

A equipe pedagógica formada por diretora e coordenadoras da escola-campo acolheu bem a proposta e contribuiu com todo o apoio necessário para que a oficina fosse realizada em horário de aula regular da disciplina de redação. Duas turmas foram contempladas, os 3º anos

A e B do turno matutino, com dez aulas em cada turma, totalizando 20 aulas. Somando as duas turmas, tivemos uma média de 40 alunos frequentes e 30 redações entregues (somando as redações iniciais/diagnósticas e as finais). Os estudantes foram bastante receptivos quanto ao processo de desenvolvimento da oficina de redação, pois tiveram acesso a conhecimentos específicos acerca da grade de correção das redações do Enem relacionados às cinco competências que são avaliadas durante a correção. Já na produção dos textos em si, alguns alunos tiveram resistência à escrita por fatores pessoais e/ou externos. Alguns estudantes alegaram que não participariam do Enem e, por isso, não produziriam o texto, já outros justificavam que não tiveram tempo de fazer porque trabalhavam no contraturno, e alguns apenas diziam que não iriam fazer porque não gostavam de escrever ou simplesmente, por não queriam fazer. Além disso, as ausências também configuraram problemas no momento da entrega dos textos. Compreendemos como fator externo as questões de faltas ocorrida em decorrência de viagens, problemas com transporte e problemas de saúde.

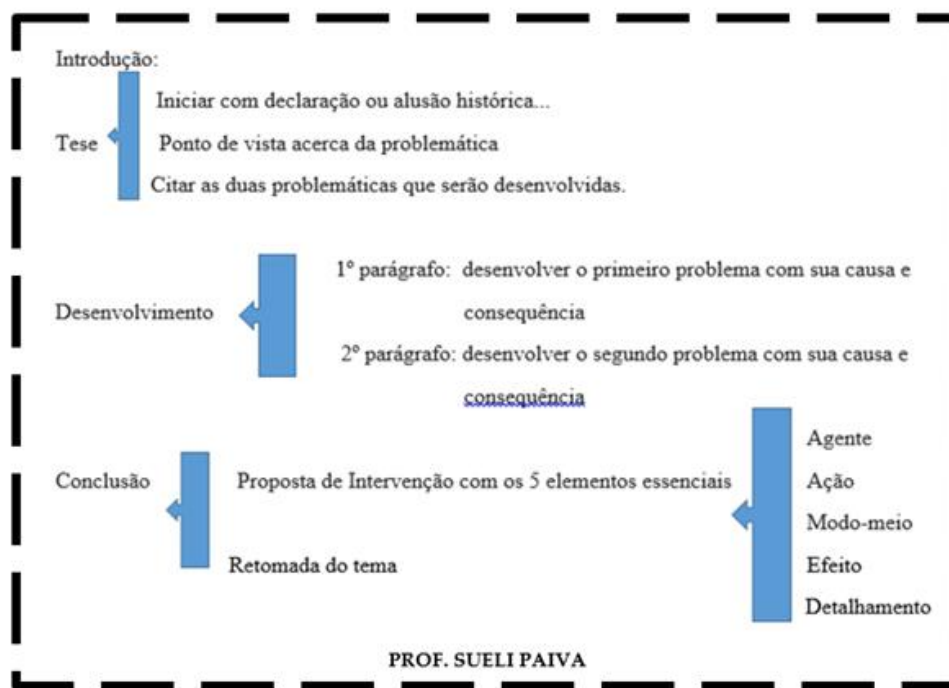
O estudo das competências foi dividido nos módulos de conteúdo conforme preconiza Dolz, Noverraz e Schneuwly (2008) com atividades diversificadas além da exposição do conteúdo e da temática. Na aula 1 (módulo 1), explicamos que a oficina aconteceria em etapas divididas em módulos e ainda entregamos kits contendo caderno grande de capa dura com 48 folhas, caneta preta e lápis mais borracha, para serem utilizados durante a oficina. Em seguida, os alunos realizaram a produção inicial/diagnóstica em uma folha modelo Enem (30 linhas) com o espaço para o nome, a turma e o tema da redação que foi: A importância no tratamento da desigualdade entre homens e mulheres no Brasil.

Na aula 2, já partimos para o módulo 2, no qual iniciamos o estudo das competências cobradas na correção do Enem. Nessa segunda aula, utilizamos o data-show e o auditório da escola para explicar o que é cobrado na competência I, que é o domínio da norma padrão da língua portuguesa através dos aspectos da estrutura sintática e dos desvios de escrita. Nessa aula, também distribuímos cópias de uma tabela de uso do hífen para ser colada no caderno que foi entregue no kit.

Na aula 3, ainda no módulo 2, falamos sobre a competência II, na qual os alunos/candidatos participantes do Enem devem estar atentos ao desenvolvimento completo do tipo textual, que é o dissertativo-argumentativo, a estrutura do texto no gênero Redação e sobre o tema a ser desenvolvido. Para isto, utilizamos cópias de um material com um esquema da estrutura da redação, desenhada enquanto uma possibilidade de construção textual para os alunos. As cópias foram entregues para serem coladas no caderno de cada estudante, e

explicamos como funciona esse esquema e porque é importante seguir essa estrutura. Segue abaixo o esquema utilizado em aula:

Figura 7: Esquema da estrutura da redação do Enem



Fonte: Elaborado pela própria autora.

A partir deste material, sugerimos aos alunos que a redação do Enem deve ser composta por três partes: Introdução (1 parágrafo de tese), desenvolvimento (2 parágrafos com argumentos e problemáticas acerca do tema) e conclusão (1 parágrafo com proposta de intervenção). A ideia de colar a cópia no caderno foi com o objetivo de que, em todas as redações futuras que forem produzidas, desde que sejam desse gênero textual, possam ter o material disponível para consultar o esquema.

Na aula 4, ainda no módulo 2, trabalhamos com a aula expositiva através do power point e seguimos na competência II, agora com os tipos de introdução que podem ser desenvolvidos, isso porque muitos alunos sentem mais dificuldades em iniciar a redação. Segue abaixo o material distribuído nesta aula:

Quadro 4: Tipos de Introdução

Tipos de Introdução

*Sabemos que todo tipo de texto é constituído por três partes: **introdução, desenvolvimento e conclusão**. Cada uma delas desempenha uma função para que esse tipo de texto alcance seu objetivo: apresentação e defesa de posicionamento crítico. É de nosso conhecimento, também, o quanto complexo é fundamentar nossa opinião, então, para que isso seja alcançado, um de nossos cuidados deve ser: apresentar um ponto de vista de forma clara, sem rodeios. O primeiro espaço de*

apresentação das nossas ideias é a **introdução**, é com ela que estabelecemos e nos fizemos defender determinado ponto de vista. Devemos nos atentar a essa função, porém, não podemos pensar que falaremos ali tudo que se relaciona com o assunto em questão. Se fizermos isso, não estaremos apresentando com clareza o objetivo de nosso texto, o que acarretará no não cumprimento da finalidade do texto argumentativo: apresentar e defender uma opinião. A fim de facilitar a produção de uma boa introdução, devemos tomar conhecimento dos possíveis recursos que podemos utilizar. Os tipos de introdução são:

Exemplificação

Esse recurso pode ser desenvolvido de duas formas: dados estatísticos e relatos de acontecimentos de conhecimento geral (fatos divulgados pelas mídias). Com a exemplificação, devemos tomar cuidado com dois aspectos: apresentar a fonte das informações e não omitir fatores que distorcerão o fato. É necessário que se comprometa em repassar a verdade, mesmo que ela seja questionada por você ao longo do texto. A escolha lexical, neste caso, será um grande aliado, uma vez que você pode descrever a situação em questão e, ao mesmo tempo, marcar sua opinião com palavras como: infelizmente, supostamente etc.

Alusão histórica

Introduzir um texto por alusão histórica é recortar um fato, um período histórico, um hábito antigo a fim de comparar com o presente. Essa comparação evidenciará uma permanência, ou não, de determinada situação e isso será base para a problematização do que o tema apresentou para discussão. Esse tipo de introdução permite que o autor apresente domínio de uma área de conhecimento de relevância, a história, o que contribui para o objetivo final de um texto dissertativo-argumentativo: defesa de um ponto de vista.

Definição

Iniciar um texto dissertativo-argumentativo conceituando um termo é se apresentar como um autor mais autoritário, o que, se realizado de forma adequada, é extremamente positivo para apresentação e defesa do ponto de vista. Podemos definir algo de diversas formas: dicionário, definição histórica, definição teórica e definição própria (que consiste em definir algo a partir de sua visão de mundo, suas experiências). A forma mais adequada é você quem definirá, uma vez que essa escolha dependerá do ponto de vista que será defendido ao longo do texto.

Citação

Esse recurso consiste em fazer referência a ideias de outros autores a fim de que o seu ponto de vista seja fortalecido, sua opinião será destaque mesmo quando você desconstruir a opinião do autor citado, uma vez que terá mostrado conhecimento crítico aos leitores. Uma das formas para desconstrução da ideia de outro autor é utilizar o recurso exemplificação; isso é possível quando se tem conhecimento de um dado estatístico, por exemplo, que comprove a não veracidade do que é defendido pelo autor citado. Além disso, é uma ótima forma de dar maior credibilidade ao texto, uma vez que você, o autor do texto, tem conhecimento de especialistas no assunto e no que se relaciona a ele. Há duas possibilidades de citação: a direta e a indireta. A primeira é quando é apresentado no texto a ideia com as palavras do próprio autor, exemplo: Segundo Marx, “A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes”. A citação indireta é quando, com as suas palavras, são apresentadas as ideias do autor que será citado. exemplo: “Sakamoto evidencia a necessidade de uma formação educacional em que o senso crítico e o bom senso sejam instigados nas crianças.

Fonte: Mundo Educação²².

Algumas partes ficaram em destaque para facilitar a compreensão sobre os tipos de introdução e para que os alunos percebam, à medida que forem escrevendo, com qual tipo de introdução ele tem mais facilidade de desenvolver um tema. Para exercitar o que foi explicado

²² Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/redacao/tipos-introducao-no-texto-dissertativo-argumentativo.htm>. Acesso em: 27 jul. 2024.

em aula, apresentamos a proposta de redação com o tema: A importância no tratamento da desigualdade entre homens e mulheres no Brasil. A proposta completa encontra-se em anexo dessa pesquisa, mas apresentaremos aqui os textos motivadores selecionados para o desenvolvimento da temática para nortear a produção final dos alunos e nos possibilitar a análise das redações que compõem o *corpus* deste trabalho.

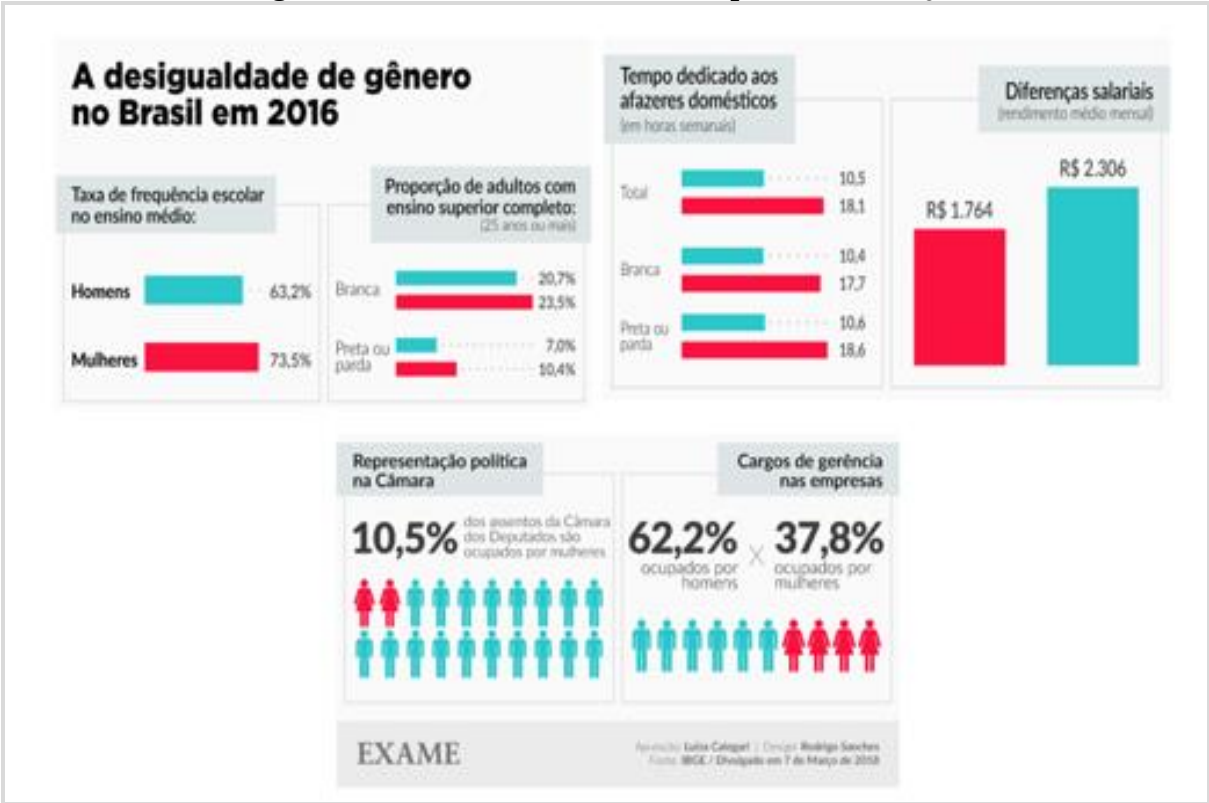
Figura 8: Proposta de produção textual

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e, com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: “A importância no tratamento da desigualdade entre homens e mulheres no Brasil”. Apresente uma proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de maneira coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Figura 9: Texto motivador 1 da Proposta de Redação



Fonte: Revista Exame, 2018²³.

²³ Disponível em: <https://exame.com/brasil/a-desigualdade-de-genero-no-brasil-em-um-grafico/>. Acesso em: 25 set. 2024.

Figura 10: Texto motivador II da Proposta de Redação

Texto II

Nossa sociedade diferenciou mulheres e homens em uma prática social e, em seguida, atribuiu maior valor às características masculinas. (...) O conceito de gênero vem para ajudar a entender que a desigualdade, ou seja, o fato de os homens estarem em posições superiores na sociedade (...), é uma construção social. Para que se equilibre a balança, isso precisa ser desconstruído, porque, se foi aprendido dessa forma, pode ser reaprendido de outra, que possibilite às mulheres desenvolverem seu pleno potencial e terem as mesmas oportunidades que os homens.

<https://educacaointegral.org.br/reportagens/igualdade-de-genero-pressupoe-uma-sociedade-justa-para-meninos-e-meninas>

Fonte: Educação Intergral, 2010.

Figura 11: Texto motivador III da Proposta de Redação

Texto III

Pensando em termos populacionais, as mulheres no Brasil não são uma minoria. Somadas, elas compõem 51,48% da população nacional. Podem votar, chefiar famílias, trabalhar em diversos campos, concorrer a cargos públicos, comandar empresas e até mesmo governar a nação. Mas há uma grande diferença entre o poder – teórico, e o conseguir – prático. A desigualdade de gênero ainda permeia todos os campos da sociedade brasileira, o que leva o Brasil a atualmente ocupar a 90ª posição em um ranking do Fórum Econômico Mundial que analisa a igualdade entre homens e mulheres em 144 países (...) Mulheres brasileiras têm menor remuneração, sofrem mais assédio, são mais sujeitas ao desemprego e estão sub-representadas na política.

Quando vozes corajosas, como a de Marielle Franco, ameaçam abalar as estruturas de poder, correm maior risco de serem silenciadas. O feminicídio é tão frequente, que o Brasil é o quinto país com maior taxa de assassinato de pessoas devido a sua condição de serem mulheres, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

<https://fundacaotidesetubal.org.br/desigualdade-de-genero-no-brasil-uma-realidade-perigosa/>

Fonte: Idesetubal, online.

Figura 12: Texto motivador IV da Proposta de Redação

Mulher deve ganhar salário menor porque engravida

Um deputado federal, disse em uma entrevista a alguns anos atrás que não é justo a mulher ganhar igual ao homem, já que ela engravida. "Eu sou liberal. Defendo a propriedade privada. Se você tem um comércio que emprega 30 pessoas, eu não posso obrigá-lo a empregar 15 mulheres. A mulher luta muito por direitos iguais, legal, tudo bem. Mas eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? "Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade..." Bonito pra c..., pra c...! Quem que vai pagar a conta? O empregador. No final, ele abate no INSS, mas quebrou o ritmo de trabalho. Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias, ou seja, ela trabalhou cinco meses em um ano", disse ele.

Em resposta ao jornalista, que perguntou qual seria a solução, o deputado continuou: "Por isso que o cara paga menos para a mulher! É muito fácil eu, que sou empregado, falar que é injusto, que tem que pagar salário igual. Só que o cara que está produzindo, com todos os encargos trabalhistas, perde produtividade. O produto dele vai ser posto mais caro na rua, ele vai ser quebrado pelo cara da esquina. Eu sou um liberal, se eu quero empregar você na minha empresa ganhando R\$ 2 mil por mês e a Dona Maria ganhando R\$ 1,5 mil, se a Dona Maria não quiser ganhar isso, que procure outro emprego! O patrão sou eu".

"Mas aí a mulher se ferra porque engravida?", questionou o entrevistador. "É liberdade, pô. A mulher competente... Ou você quer dar cota para mulher? Eu não quero ser carrasco das mulheres, mas, pô...", finalizou.

Fonte: Revista Crescer, 2015²⁴

Figura 13: Texto motivador V - Proposta de redação

Texto V



Disponível em: <https://www.pinterest.pt/santiagolima666/>

Fonte: Pinterest, online.

²⁴ Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/deputado-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque->. Acesso em: 25 set. 2024.

Os textos da coletânea foram selecionados através de sites de busca na internet porque apresentavam em sua constituição enunciados depreciativos em relação às Mulheres. Além disso, foram adaptados para suscitar a discussão acerca dos enunciados: “Eu não ia estuprar você porque você não merece”, “Tive quatro filhos, na quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher” e “Mulher deve ganhar menos porque engravida”, proferidos pelo ex-deputado Jair Bolsonaro.

O objetivo dos textos com os enunciados foi o de fomentar a discussão acerca da desigualdade de gêneros entre homens e mulheres proposta no tema da redação. Sendo assim, todos os cinco textos foram lidos e discutidos em sala de aula, e os próprios alunos trouxeram outros conhecimentos sobre o tema complementando a discussão. Foram mencionados casos, inclusive da própria família de alguns deles, em que suas mães sustentam a casa sozinhas e, por isso, não podem ficar desempregadas. Alguns casos de violência doméstica foram citados, aqueles que a mídia divulga com maior ênfase, e a Lei Maria da Penha foi lembrada por algumas alunas como apresentação de repertório sociocultural e de autoridade, além do machismo estrutural que envolve, por exemplo, a dificuldade em aceitar as mulheres trabalhando em função teoricamente masculina, a ligação da mulher com profissões de cuidadoras, enfermeiras, professoras e, claro, o mito de que elas não dirigem bem que é disseminado pela fórmula discursiva: “Mulher ao volante, perigo constante”.

Após o estudo dos textos motivadores, ficou como atividade para casa a produção da introdução da redação sobre o tema em estudo. No planejamento seria para produzir em sala sob orientação da professora da oficina, mas como os cinquenta minutos foram tomados com a discussão da temática e da importância de se desenvolver o tema de forma completa evitando tangenciamentos e cópias dos textos da coletânea, a atividade ficou para ser realizada em casa no caderno da oficina.

Na aula 5, ainda no módulo 2, fizemos uma aula expositiva acerca do Projeto de texto, que é avaliado na competência III, sobre a relevância do momento anterior à escrita, quando o aluno reflete sobre a temática e seleciona os argumentos que serão usados para a defesa do seu ponto de vista. A organização dos argumentos também é avaliada nesta competência, o que verifica a autoria do participante do processo seletivo.

O estudo da competência IV também fez parte desta aula. Para isto, utilizamos o *power point* para a aula expositiva acerca dos recursos coesivos que são indispensáveis para uma boa articulação entre as partes do texto. Distribuímos cópias de um quadro de recursos coesivos para ser colada no caderno. Nela, havia os elementos de ligação de ideias e a relação de sentido

que eles promovem no texto. Segue o quadro disponibilizado aos alunos em tamanho real, disponível em anexos.

Após a explanação acerca dos recursos coesivos de articulação necessários para uma boa produção textual, foi proposto que os alunos produzissem os dois desenvolvimentos a partir da introdução já realizada como atividade para casa da aula anterior. Assim, na aula 6, os alunos tiveram um tempo para pensar o repertório sociocultural relacionado ao tema *A importância no tratamento da desigualdade entre homens e mulheres no Brasil*, selecionar os argumentos e os recursos coesivos e desenvolver os dois parágrafos continuando a redação no caderno. Na aula 7, utilizamos o data-show e o auditório da escola campo para explicar a competência V para os alunos. Nessa competência, o foco é a conclusão com proposta de intervenção, dessa forma, preparamos um material para ser colado no caderno dos alunos. Segue, o material entregue aos alunos:

Quadro 5: Elementos essenciais da Proposta de Intervenção

Elementos essenciais na proposta de intervenção

Agente

O agente **responde à pergunta “quem?”** da sua proposta. Logo, você precisa definir o órgão responsável por realizar a ação escolhida. Alguns agentes são válidos e outros não, então é necessário destacar que os ministérios, secretarias, tribunais, conselhos, as organizações não governamentais e as empresas privadas são boas opções, todavia a mídia, a família e a escola só devem ser mobilizadas em caso de parcerias com os anteriormente mencionados.

Ação

A parte mais abstrata da sua proposta é a ação e **responde à pergunta “o quê?”**. Nela, você dirá o que deve ser feito, porém de maneira superficial, afinal é exatamente para explicá-la que existem o modo e o detalhamento. Assim, algumas sugestões de ação, a depender do problema que precisará ser atenuado, são: “investir em melhorias”, “ampliar as ações”, “aprimorar os métodos”, “criar medidas”, “enrijecer leis”, “elaborar projetos”, entre outras.

Modo/Meio

Se a ação é a parte abstrata, o modo é a concretização dela. Aqui, **você responderá à pergunta “como?”** e explicará o meio pelo qual a ação será realizada, de forma objetiva e

clara. Algumas ideias de modo são: “contratação de profissionais capacitados”, “colocação de câmeras e mais policiamento”, “inserção de disciplinas escolares que abordem a problemática”, “elaboração de projetos pedagógicos e intervenções artísticas”, “fiscalização do cumprimento das leis em vigor”.

Efeito

O efeito é a finalização da sua proposta e **responde à pergunta “para quê?”**. Dessa maneira, constitui-se como a finalidade da sua ação, o objetivo dela, e deve ser especificamente relacionada ao tema. Alguns efeitos podem ser: “mitigar o problema da...”, “reduzir os danos causados por...”, “aliviar o caos instaurado na sociedade pela...”, “amenizar, a longo prazo, os prejuízos gerados a partir de...”, “conscientizar a população sobre...”.

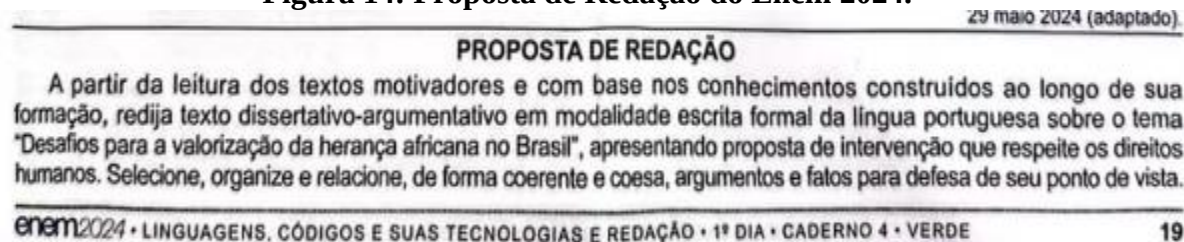
Detalhamento

Considerado como o mais difícil de entender e elaborar, o detalhamento é apenas um acréscimo aos elementos já mencionados na intervenção, pode ser um exemplo, uma explicação ou um segundo efeito – como consequência ao primeiro.

Fonte: Blog do Enem²⁵.

Na conclusão do texto, os participantes do Enem devem apresentar uma proposta de ação que ajudaria a solucionar a problemática relacionada ao tema, conforme figura abaixo:

Figura 14: Proposta de Redação do Enem 2024.



Fonte: G1 Educação, 2024²⁶.

Ademais, o estudante também deve atentar-se para o modo de execução da ação, do agente possibilitador da ação, no efeito da ação na sociedade e no detalhamento de um desses elementos. Além do estudo dos elementos essenciais na proposta de intervenção, também foi

²⁵ Disponível em: <https://blogdoenem.com.br/redacao-enem-conclusao/>. Acesso em: 25 set. 2024.

²⁶ Reprodução da Proposta de Redação do Enem.

explicado sobre a retomada da tese ao final, o que finaliza o projeto de texto de forma estratégica.

Na aula 7, os alunos tiveram acesso às Situações que levam a nota zero, como: Fuga ao tema, Cópia integral, Formas elementares de anulação (desenhos, círculos na numeração das linhas), Partes desconectadas (impropérios, assinaturas, mensagens políticas ou religiosas). Posteriormente, os alunos puderam finalizar a redação que já estava iniciada com a introdução e os desenvolvimentos e, na aula 8, foi entregue uma folha definitiva do texto final para os alunos “passarem a limpo” e entregarem a redação finalizada.

As redações foram avaliadas conforme a avaliação do Enem, ou seja, tendo em vista que, de acordo com o material de estudo disponibilizado aos corretores pelo INEP e também na internet, cada competência terá sua especificidade e valerá 200 pontos e como são cinco competências, o total chega a mil pontos. Explicitaremos o que cada uma delas avalia a seguir:

Quadro 6: Competências da Matriz de Correção da redação do Enem

Competência 1: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos.

Fonte: INEP, 2023²⁷.

É importante destacar que a correção de cada competência é norteadada por cinco ou seis níveis que valem de 0 a 200 pontos, e a soma das notas valem um total de 1000 pontos. Objetivando avaliar as notas das redações, construímos uma tabela que demonstra a evolução ou não de cada aluno nos textos iniciais (diagnósticos) e finais:

²⁷ Cartilha do participante.

Tabela 2: Demonstrativo de evolução da escrita

Estudante	Redação 1	Redação 2	Crescimento
AEM2	480	520	40
AEM4	600	700	100
AEM6	560	560	-
AEM7	440	480	40
AEM10	600	440	-160
AEM11	320	400	80
AEM13	360	480	120
AEM17	800	920	120

Fonte: Elaborado pela própria autora.

De um total de 34 textos produzidos pelos alunos (as) da Oficina de Redação, apenas 8 concluíram as duas etapas da produção textual e puderam ser comparados na tabela acima para fins de observação da evolução de cada um quanto à nota obtida nas suas redações. O levantamento aponta para um aumento de 120 pontos no texto melhor pontuado e uma queda de 160 pontos no texto com pior avaliação. Além disso, tivemos um texto que não modificou a nota de uma produção para outra. A análise entre as redações 1 e 2 diz respeito às notas dos participantes, mas é importante destacar que há movimentações em relação à visão da mulher na sociedade em todas as redações, visto que o primeiro texto foi produzido na primeira aula e o último ao final da Oficina, ou seja, após orientações e exposição dos conteúdos e discussão da temática.

A estratégia de discussão do tema sobre desigualdade de gêneros se deu por compreendermos a importância de falar sobre o tema com os adolescentes e jovens. Isso porque muitas vezes o machismo prevalece como algo hereditário nas famílias, de modo que é por meio da educação que poderemos romper com esse círculo de preconceito e

violência contra as mulheres a fim de tornar a sociedade um espaço mais seguro para elas, para nós.

3.2.1 Quem são esses “sujeitos”? Nossos filhos (as), alunos (as), amigos (as)?

Neste subtópico, dedicaremos-nos a dissertar acerca dos sujeitos aos quais pretendemos (trans)formar através da educação. No instante dessa escrita, a citação que ecoa em meus pensamentos só pode ser uma específica de Paulo Freire (2000), descrita na *Terceira carta da obra Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Ao tratar da indignação acerca do assassinato de um indígena da etnia Pataxó em Brasília, por um grupo de adolescentes, Freire fala sobre o modo como esses jovens são criados e o que pode influenciar as más condutas e a sede por causar dor e sofrimento em pessoas pertencentes a um grupo minorizado às margens da sociedade,

É possível que, na infância, esses malvados adolescentes tenham brincado, felizes e risonhos, de estrangular pintinhos, de atear fogo no rabo de gatos pachorrentos só para vê-los aos pulos e ouvir seus miados desesperados, e se tenham também divertido esmigalhando botões de rosa nos jardins públicos com a mesma desenvoltura com que rasgavam, com afiados canivetes, os tampos das mesas de sua escola. E isso tudo com a possível complacência quando não com o estímulo irresponsável de seus pais (Freire, 2000).

Enquanto professora, há uma década arrisco dizer que nunca li nada mais assertivo, e sinto que Paulo Freire trouxe à tona essa obra para que nós, professoras e professores, mães e pais, enfim agentes da educação, tenhamos um olhar mais atento acerca do que estamos incentivando a partir das nossas práticas e das nossas condutas em casa ou na escola.

Esses mesmos jovens que atearam fogo em um indígena, alegaram que estavam brincando e não imaginavam que o matariam, logo, o fato causou a reflexão no autor, à época, e hoje, em nós, de como eram suas brincadeiras durante a infância, a crueldade pelas quais eles eram capazes, o sofrimento que podem ter causado a animais e a destruição de parques e escolas. Freire (2000) afirma ainda que tudo isso, muitas vezes, deveria ocorrer com o incentivo e complacência dos pais e responsáveis.

Nesse contexto, podemos inferir que o machismo e a misoginia também são coisas aprendidas pelas crianças e jovens por acompanhar exemplos dos pais, por terem um crescimento em famílias que causam risos com falas machistas e preconceituosas nos almoços

de domingo, seja contra mulheres ou contra homossexuais, bem como no contexto escolar, na mídia, nas instituições religiosas, enfim, na sociedade em sua totalidade. Isso ocorre, pois “o sujeito se constitui, não é com fundamentação numa identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou por meio de técnicas de si” (Revel, 2011, P. 147). Nota-se, nessa constituição, que o machismo é construído socialmente nas próprias famílias e os adolescentes e jovens apenas reproduzem o que lhes é apresentado durante toda a vida.

Assim, cabe a nós, professoras e professores, irmos na contramão dessa realidade e apresentarmos valores como o respeito às diferenças, à diversidade, aos idosos e às mulheres, aquelas geram toda a sociedade, posto que é através do útero delas/nossos que uma família é constituída, logo, o respeito a elas/nós deve ser a base de uma sociedade respeitosa para com todos os cidadãos. Portanto, como mulher, mãe e professora, sinto-me na obrigação de elaborar práticas antimachistas e antimisóginas para direcionar minhas aulas de Língua Portuguesa a fim de contribuir com uma sociedade mais segura para mim, para minha filha de 15 anos e para as minhas alunas. Além disso, enquanto mãe de menino também, percebo isso na minha realidade pessoal, o quanto os filhos “homens” tendem a seguir os exemplos de “brincadeiras” que ferem, magoam e destroem o psicológico das mulheres da família (geralmente, as vítimas). Daí, a crescente de mulheres com depressão e distúrbios psicológicos como: ansiedade e síndrome do pânico.

A psiquiatra Luciana Cristina Gulelmo Staut (2023) publicou em plataforma dos Laboratórios Aché, *Cuidados pela Vida*, que, nas mulheres, os índices de quadros depressivos são maiores devido “às ligações a relações pessoais. Quando essas relações passam por mudanças, o corpo acaba sofrendo com alterações hormonais que podem desencadear um quadro de depressão”, assim, de acordo com a psiquiatra, a “depressão é uma doença que vai muito além do sentimento profundo de tristeza. Envolve também desesperança, insegurança, problemas no sono, na memória e mudanças no apetite que afetam bem mais as mulheres”.

Diante disso, aspectos emocionais são fatores contribuintes para casos de ansiedade e depressão pois, além das alterações hormonais, elas são expostas muitos mais aos sentimentos de tristeza e decepção, muitas vezes, ocasionadas pelas chamadas “brincadeiras” de pessoas de sua convivência, como os familiares mais próximos: pai, marido e filhos “homens”. Frente a esse quadro, é preciso muito mais do que esperar que

os jovens sejam conscientes na atualidade, é preciso agir contra essas práticas machistas e misóginas que permeiam e adoecem as mulheres diariamente na nossa sociedade.

Nesse contexto, direciono um chamado aos colegas de profissão para fazerem o mesmo. Sejam todos antimachistas e antimisóginos para levar o nosso aluno (a) a refletir e a ser crítico quanto a esses hábitos que propagam preconceito e misoginia, além da violência psicológica e do assédio sexual, muitas vezes encarado como “brincadeira” pelos homens, patrões, tios e etc., mas que ferem diariamente nossas filhas, alunas, amigas no corpo e na alma.

4. A ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: Como os acontecimentos públicos/políticos podem incidir no trabalho escolar

Todo homem, noite e dia, e ao longo de toda a sua vida, deve ocupar-se com a própria alma. (Foucault, 2019, p. 10)

O espaço escolar pode ser reconhecido como um lugar de tensões, insurgências, preconceitos e desigualdades. Como um espaço de contradições, nele podem ser construídas as melhores e as piores lembranças e experiências na vida de uma criança, um adolescente ou um jovem. Podemos compreender isso ao recorrer a Veiga-Neto (2013) para entender um pouco mais acerca da Governamentalidade e da Educação, um termo foucaultiano que Veiga-Neto (2013) trabalha ao tratar da escola enquanto espaço de fabricar novas subjetividades. O autor afirma que,

[...] ao invés de a escola ser vista como um lugar onde se ensinam e se aprendem “conteúdos” e ideologias, ela, bem mais do que isso, passa a ser entendida como, também e principalmente, uma instituição encarregada de fabricar novas subjetividades (Varela y Álvarez-Uriá, 1992; Menezes, 2011 *apud* Veiga-Neto, 2013, p. 25).

Essa visão do contexto educacional eleva a escola ao patamar de indispensável não só para a aprendizagem de conteúdos, mas principalmente para o crescimento humanitário, visto que as práticas de empatia, solidariedade e humildade são desenvolvidas nesse local e entre as pessoas que ali estão: estudantes, professores, equipe gestora, fazendo-os se ocuparem de si mesmo e de sua alma (Foucault, 2019, p. 10) nesse espaço coletivo. A ordem predisposta desses sujeitos da educação não é aleatória, dá-se pelo critério de relevância e não pela hierarquia dos profissionais. Nesse sentido, os sujeitos da educação são os alunos, e a instituição fabrica novas subjetividades nos espaços de ensino, ou seja, transformam o modo de ser e de agir em sociedade visando a tolerância e a participação plena do estudante no corpo social.

Entretanto, ao falar de instituições de ensino, precisamos retornar aos pressupostos do liberalismo e do neoliberalismo. Isso porque, de acordo com Veiga-Neto (2013, p. 26), no sistema neoliberal “a liberdade deve ser continuamente produzida e exercitada sob a forma de competição”, isto é, o individualismo passa a ser exercitado, e as situações de competição reiteram as desigualdades sociais, de gênero e de raça, contribuindo, assim, para que situações de *bullying*, por exemplo, sejam constantes nas escolas brasileiras. Nesse sentido, a competição favorece o consumo, mas não apenas o consumo de bens e produtos, e sim no sentido de pertencimento a um grupo, a uma instituição, a um status social (Veiga-Neto, 2013, p. 26). O desafio de professores e da equipe gestora passa a ser então o de não

priorizar os movimentos mecânicos (conteúdos), mas sim, a alma e o poder criativo dos alunos (Veiga-Neto, 2013, p. 27).

Diante disso, as discussões acerca de temas de relevância social são imprescindíveis na sala de aula, não só nas disciplinas de ensino da área de linguagens, mas em todas as áreas do conhecimento. Dessa forma, mudanças sócio-políticas, situações de violência, o desenvolvimento dos grandes centros urbanos e outros, precisam estar presente na construção do conhecimento e na formação (fábrica) de subjetividades.

Nesse sentido, durante o desenvolvimento da oficina de redação para alunos da rede pública de ensino, selecionamos um tema que envolve questões relevantes acerca da desigualdade de gêneros entre homens e mulheres, por compreendermos que esta é uma temática de grande relevância, vistos os crescentes números de violência doméstica e de feminicídios no Brasil.

Vale destacar que o tema dialoga com os enunciados misóginos do ex-presidente Jair Bolsonaro selecionados para esta pesquisa: “Eu jamais ia estuprar você porque você não merece (2003/2014)”, “Tive quatro filhos, na quinta dei uma fraquejada e veio uma mulher (2017)” e “Mulher deve ganhar menos porque engravida (2018)”. Não ignoramos o fato da existência de grandes números de violência contra a população LGBTQIA+, mas optamos pela discussão a partir do binarismo homem X mulher, visto que, na análise do discurso, entendemos que o discurso não é neutro, mas sim formado a partir das formações e memórias discursivas e reproduzido através dos atos de fala: ilocucionários, quando o sujeito se posiciona diante daquilo que ele diz, e o perlocucionário, quando ao dizer, produz-se uma ação.

Logo, os discursos opressores constituídos por enunciados que, de alguma forma, violentam as mulheres por meio da violência física, simbólica, psicológica, com o assédio moral e/ou sexual que são formulados por homens contra mulheres devem ser analisados e incluídos nas propostas de atividade em sala de aula considerando as condições de possibilidades de existência, já que só é possível falar negativamente sobre algo quando há, de fato, acontecimentos históricos que legitimam tais desigualdades. Exemplo disso seria a relação histórica da mulher ao pecado quando as escrituras bíblicas se referenciam unicamente a homens, ignorando o fato da existência das mulheres naquele tempo devido ao fato de que a Eva teria sido a responsável pela desgraça de Adão ao comer a maçã do conhecimento, instaurando a competição e o desmerecimento da mulher enquanto sujeito desde esse tempo.

4.1 A atuação da escola na constituição dos alunos

Ao mencionar a importância da constituição sócio-histórica dos discursos, torna-se necessário buscar uma linha de convergência entre o corpo e os enunciados, pois, segundo Foucault (2017, p. 64), “a genealogia, como análise de proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”, dessa forma, a atuação da escola na constituição da subjetividade dos alunos perpassa pelos construtos da linguagem (história) e do corpo enquanto espaço físico e individual do aluno, isso porque “todo homem, noite e dia, e ao longo de toda a sua vida deve ocupar-se com a própria alma” (Foucault, 2019, p. 10). Além disso, vale destacar que

[...] a genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início (Foucault, 2017, p. 63)

Assim, precisamos retomar a história não estabelecendo um princípio de continuidade, mas sim de descontinuidade, visto que, na atualidade, para a sociedade capitalista e neoliberal, importa se o corpo é útil e se produz. Dessa forma, a análise pautada na pesquisa da proveniência, realizada na escola-campo, agita o que parecia imóvel, mas fragmenta o que parecia unido (Foucault, 2017, p. 63-64) para instaurar um campo de oscilações e de congruências que serão responsáveis por provocar a reflexão e, posteriormente, a mudança de hábitos e/ou atitudes de uma comunidade.

Logo, a proveniência busca “descobrir todas as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar nele [no grupo] e se formar uma rede difícil de desembaraçar”, ou seja, o machismo e a misoginia podem se tornar cada vez mais naturalizada na sociedade. Por isso, a escola não deve permanecer estática, baseando o ensino em posicionamentos retrógrados e coloniais, mas despertar para as propostas de ensino que visam a movência do corpo discente para abrir-se ao novo, ao diferente, ao justo e igualitário.

As relações de poder estão presentes em todos os espaços, promovendo conflitos e/ou mobilizações de pensamentos. Isso porque "onde há poder há resistência e, no entanto, (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder" (Foucault, 2009 [1976], p. 105). Ao referenciar a citação de Foucault (2009), podemos estabelecer a percepção do espaço escolar enquanto espaço em que são construídas a todo tempo

relações de poder e de resistência. Isso porque a heterogeneidade discursiva é preponderante nesse espaço. Assim, a diversidade de formações discursivas se encontra em um local de resistir, de pensar criticamente, conforme a BNCC postula, de criar possibilidades de produções discursivas e de pensamentos.

Todavia, os estereótipos e a construção das desigualdades são demonstrados, muitas vezes, no próprio material disponibilizado pelo governo para os alunos de forma gratuita que é o livro didático. Para exemplificar essa questão citaremos o embate entre o livro didático e a realidade apresentada de acordo com Guacira Lopes Louro (1997, p. 70), em que afirma que ao se tornarem objetos de investigação científica por representarem gênero, grupos étnicos e classes sociais, os livros didáticos apresentam “a concepção de dois mundos distintos (um mundo público masculino e um público doméstico feminino), ou para a indicação de atividades “características de homens e atividade de mulheres” (Guacira Lopes Louro, 1997, p. 70). Essa análise nos mostra que o machismo pelo qual lutamos contra é exercido e reforçado nos materiais didáticos, e isso implica um problema, pois “uma ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, os cruzamentos das fronteiras, as trocas, as solidariedades, e os conflitos são comumente ignorados ou negados” (Guacira Lopes Louro, 1997, P. 70).

Resta-nos, enquanto profissionais da educação, favorecer esses embates discursivos, propondo a nossos alunos (as) reflexões que envolvam contextos de desigualdades, sejam eles de gênero, de classes sociais ou de grupos étnicos fazendo-os, inclusive, discordar de textos que evidenciam e favoreçam estereótipos. A escola, enquanto suporte institucional (Foucault, 2010, p. 17), é onde os alunos (as) podem encontrar legitimidade para ouvir, dialogar e questionar fatos, pois o “saber é aplicado em uma sociedade, (...) valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” à sociedade. O poder do discurso, nesse sentido, é o de reconhecê-lo e redistribuí-lo conforme os processos de exclusão propostos por Foucault (2010) enquanto vontade de verdade e de saber. Dessa forma, promover discussão acerca da problemática de enunciados que depreciam a mulher torna-se imprescindível, pois é através da linguagem que poderemos intervir nesse contexto de exclusão e violação dos corpos femininos.

4.2 Práticas de intervenção educacional a partir do trabalho com a violência de gênero em redações dissertativas-argumentativas (redação do ENEM)

“O chão da escola” é um termo utilizado para mencionar a realidade do espaço educacional que muitas vezes está distante das teorias construídas por profissionais

pesquisadores que nunca ou pouco pisaram lá. É por esse motivo que a pesquisa-ação que vai mobilizar as análises se passam nesse local, onde os estudantes se encontram na maioria das vezes carentes de perspectivas de futuro. Desse modo, vale destacar o quanto as nossas linhas interpretativas e práticas foram modificadas durante o período em que a Oficina de Redação foi realizada e o quanto a realidade da equipe escolar promoveu a mobilização e a busca por meios em que as duas partes fossem afetadas de forma positiva.

A realidade do espaço escolar apresenta tensões, estresses diários não só em relação ao professorar, mas também quanto aos problemas que a escola enfrenta desde a estrutura que, por muitas vezes é precária, até a equipe gestora que, em alguns casos, convive com desentendimentos entre si nas relações interpessoais. Além disso, não se tem o direito ao lanche servido aos alunos e nem mesmo a um café na sala dos professores no horário do intervalo que, teoricamente, seria o momento dos professores irem ao banheiro e encher sua garrafinha de água para continuar o turno; contudo, tornou-se o momento de reuniões com a equipe gestora para tratar de outros fatores estressantes como a violência nas escolas, brigas de alunos, cobrança de notas que precisam ser fechadas, presença de alunos no sistema (SIAP) que estão atrasadas. Enfim, um intervalo que seria para um breve relaxamento tornou-se mais um momento de estresse coletivo.

Nessas condições, podemos considerar que o professor de escola pública trabalha com alunos carentes e, por isso, é indispensável para o profissional da educação que seja pesquisador ou não lançar o olhar para a plebe, ou seja, para o nosso público que está à margem da sociedade. Logo, as nossas pesquisas sempre terão um cunho político que vislumbre a formação integral dos nossos estudantes para tornarem-se cidadãos participantes na sociedade cientes de seus direitos e responsabilidades, mas que tenham também oportunidades de crescimento intelectual e profissional.

Os documentos oficiais para a educação básica propõem que o trabalho com os textos seja permeado pela busca da interpretação textual aliada aos elementos linguísticos e gramaticais. Por conseguinte, devemos formar o nosso aluno visando a construção do senso crítico acerca dos problemas sociais, pois além de interpretar os temas e assuntos, eles precisarão apresentar uma proposta de solução para minimizar as problemáticas presentes no corpo social.

Dessa forma, ao selecionarmos o tema *A importância no tratamento da desigualdade entre homens e mulheres no Brasil*, esperamos contribuir socialmente com os jovens na formação do senso crítico acerca das diferenças entre os dois sexos quando falamos em direitos

e privilégios e não apenas na perspectiva biológica. Na obra *Gênero, Sexualidade e Educação*, Guacira Lopes Louro (1997, p. 22) afirma que

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas [...], mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

É na história, pois, que as desigualdades também são alimentadas e reproduzidas. Nossa pesquisa pretende, nesse sentido, promover a reflexão acerca das fórmulas discursivas que suscitam e legitimam violências contra mulheres. Isso porque tais violências psicológicas e físicas são respaldadas pelos construtos de que a mulher é o sexo frágil, incapaz e indefesa, concordando com o que Guacira Lopes Louro (1997, p. 22) diz sobre o fato de que “é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros”. Nessa lógica, ao direcionarmos as discussões acerca da temática da redação trabalhada com os jovens concluintes do ensino médio, esperamos que os alunos reflitam e posicionem-se diante de injustiças, desigualdades e violências. Por isso, selecionamos enunciados opressores pronunciados pelo ex-deputado federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da república Jair Bolsonaro, para que os estudantes percebam a violência simbólica contida e perpetuada por esses enunciados, dada a grande repercussão desse acontecimento discursivo presente no cenário político brasileiro.

A discussão do tema em sala de aula promoveu um debate com participação profícua dos estudantes, afetando-os ao ponto de, em alguns momentos, mencionaram casos de violência contra mulheres de sua família, o abandono dos pais e a força das mulheres em trabalhar em até três turnos para sustentar sozinhas seus filhos. A partir dessa mobilização das memórias discursivas dos alunos, tornou-se perceptível que as relações de poder permeiam as relações sociais entre os gêneros, pois “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder” (Guacira Lopes Louro, 1997, p. 41).

Proporcionamos aos alunos, nessa constituição, momentos de reflexão sobre a desigualdade entre homens e mulheres e construímos uma ponte de convergência entre os enunciados machistas e misóginos do ex-presidente Bolsonaro aos crescentes números de violência contra mulheres e feminicídios. Assim, os alunos perceberam que há uma relação discursiva importante, pois, se um deputado, durante o seu exercício, afirma que não estupraria uma mulher por ela ser feia, faz-se ser compreendido que na sua concepção, caso fosse bonita, o estupro seria permitido/validado.

Nesse contexto, relacionamos os textos motivadores também ao problema da empregabilidade e capacidade profissional das mulheres atualmente, que, por serem conhecidas como o sexo frágil, seriam impedidas de assumir cargos que exigem força braçal específicos no mercado de trabalho. Outrossim, a diferença salarial entre homens e mulheres também foi discutida, pois em muitos casos as mulheres exercem a mesma profissão e recebem cerca de quinhentos reais a menos de salário, conforme dados da Revista Exame (2018, online)²⁸ em que se aponta para uma média salarial de 2.306,00 reais para homens e 1.764,00 reais para mulheres. Dessa forma, considerar que “dar uma fraquejada e vir uma mulher” (Bolsonaro, 2017, online) relaciona, inclusive, a existência de mulheres à ejaculação fraca, logo, pois, elas são frágeis e, por isso, na prática, devem receber salário menor do que o dos homens realizando a mesma atividade profissional²⁹. De acordo com Guacira Lopes Louro (2017, p. 67)

[...] a linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos [...].

Nessa condição, torna-se urgente a discussão de determinadas simbologias que determinam a capacidade física ou intelectual das mulheres expressas em qualquer ambiente, seja ele familiar, escolar ou político, pois crianças, adolescentes e jovens do sexo masculino podem espelhar-se nessas ações que promovam violências simbólicas contra elas e, posteriormente, podem praticá-las contra suas irmãs, mães, namoradas ou esposas, alimentando, assim, um círculo vicioso de práticas que diminuem as qualidades, atributos e comportamentos das mulherxes.

Diante disso, o trabalho interventivo na escola-campo com as redações implica, pois, o debate e discussão do tema em sala de aula e espera-se que as reflexões e os posicionamentos tomados oralmente no contexto escolar sejam incluídos no desenvolvimento da produção textual para posterior análise e verificação de interpretação dos dados, seleção e organização de argumentos e, especialmente, se os alunos conseguem transpor para o texto sua vontade (ou não) de atuação contra a problemática apresentada pelo tema, o que é um dos requisitos do texto dissertativo-argumentativo avaliado na competência 5 da avaliação na redação do Enem.

²⁸ Texto motivador 1 da proposta de redação em anexo.

²⁹ Texto motivador IV da proposta de redação em anexo.

4.3 Práticas de escrita de si: O conhecimento de si e o processo de subjetivação dos alunos

O filósofo Michel Foucault (2019) em seus estudos sobre a ética e a escrita de si na obra *A Hermenêutica do sujeito*, apresenta-nos a perspectiva do cuidado de si passando pelo governo de si mesmo antes mesmo do governo dos outros em que “a necessidade de cuidar de si está vinculada ao exercício do poder” (Foucault, 2019, p. 34). Nessa constituição, “ocupar-se consigo está, porém, implicado na vontade do indivíduo de exercer o poder político sobre os outros e dela decorre” (Foucault, 2019, p. 35). Vejamos que o cuidado de si está intrinsecamente ligado ao fazer político e ao poder-saber, pois é nas relações de pertencimento que o sujeito se insere em um espaço e toma-o para si conforme Foucault (2019, p. 53) afirma que na expressão

[...] ‘ocupar-se de si mesmo’, quer designar na realidade, não certa relação instrumental da alma com todo o resto ou com o corpo, mas, principalmente, a posição, de certo modo singular, transcendente, do sujeito em relação ao que o rodeia, os objetos de que dispõe, como também aos outros com os quais se relaciona, ao seu próprio corpo e, enfim, a ele mesmo.

Nessa perspectiva, percebemos, então, que os sujeitos-aprendizes da nossa pesquisa devem, além de ocupar-se consigo mesmo, estar atentos ao que os rodeia porque as práticas de linguagem exercidas ao seu redor podem modificá-los em relação a si mesmos, e isso não será de forma negativa, visto “que a verdade não possa ser atingida sem certa prática ou certo conjunto de práticas totalmente especificadas que transformam o modo de ser do sujeito, modificam-no tal como está posto, qualificam-no transfigurando-o” (Foucault, 2019, p. 44).

Dessa forma, as práticas de subjetivação dos jovens podem transformar-se ao se assistir a um pronunciamento de um líder nacional, em que ele, no passado, “tripudiou” de mulheres de sua convivência - por trabalharem juntos na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, a deputada Maria do Rosário - e sua própria filha adolescente. Nesse contexto, os enunciados do ex-presidente podem incitar práticas de linguagem machistas e misóginas por causarem um processo de identificação. Verificaremos a seguir, se houve reverberações desses enunciados machistas e misóginos nas redações produzidas pelos alunos da escola-campo, pois consideramos que, se os sujeitos se movimentam, eles podem também desconstruir a mentalidade machista. Isso posto, veremos se as reverberações se apresentam como forma de conformar, legitimar o machismo ou de forma a criticar e a resistir a esse poder hegemônico.

Para isso, a fim de realizar análise nas perspectivas foucaultianas, estabeleceremos regularidades enunciativas para efeito de unidade e de como as instâncias tocam na questão da mulher. Ao ler e interpretar o *corpus* de pesquisa (redações), percebemos que as instâncias mais

recorrentes na escrita dos alunos foram: 1. Religião; 2. Gênero; 3. Família; 4. Emprego; 5. Política. Assim, selecionamos excertos das redações para fins de análise que serão desenvolvidas neste capítulo e as redações na íntegra estarão em anexo ao final dessa pesquisa.

De acordo com Foucault (1999, p. 47) “as palavras agrupam sílabas e as sílabas, letras, porque há, depositadas nestas, virtudes que as aproximam e as desassociam, exatamente como no mundo as marcas se opõem ou se atraem umas às outras”, logo, utilizaremos as palavras como representação da prática da escrita de si dos alunos participantes da Oficina de Redação, aplicada na escola campo e, não o faremos aleatoriamente, faremos uma seleção de trechos que apresentem regularidades enunciativas que coadunam com a temática proposta e demonstrem, além da compreensão da temática – ou não -, as subjetividades que se relacionam à violência contra as mulheres na atualidade a partir dos processos discursivos incitados pela sequência enunciativa do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Pensando nisso, separamos as produções textuais dos estudantes em três núcleos temáticos de regularidades para discussão e análise discursiva e linguística, pois acreditamos que a seleção lexical tem papel relevante no processo de subjetivação. Ao realizar essa etapa de separação/seleção do *corpus* de pesquisa, percebemos que algumas regularidades se complementam. São elas: Violência/Assédio/Família, posto que, não raramente, quando aparece o tema da família, a violência doméstica e assédio psicológico são citados. Do mesmo modo, percebemos que Gênero/Religião estão presentes nos mesmos contextos de discussão e, por último, Política/Emprego demonstram estar interligados, visto que as raras políticas públicas de inclusão e igualdade de oportunidades para a Mulher no mercado de trabalho podem ser resultado da mínima representação feminina no Congresso Nacional. Será demonstrado na tabela abaixo que obtivemos 35 redações produzidas pelos alunos da Oficina de Redação e a quantidade de cada núcleo temático (NT):

Tabela 3: Regularidades

Núcleo Temático 1	Núcleo Temático 2	Núcleo Temático 3	Excertos
Violência/Assédio/Família	Gênero/Religião	Política/Emprego	Total
09	12	14	35

Fonte: Elaborado pela própria autora.

A partir desse quantitativo de materialidade linguística, analisamos como os enunciados depreciativos do ex-presidente podem incidir na constituição subjetiva desses alunos e materializar-se em textos escritos durante a Oficina de Redação. Iniciaremos, pois, no núcleo

temático 1 de regularidades que envolvem a violência, o assédio e a família por considerar que tais dispositivos estão relacionados à sequência enunciativa do ex-deputado e ex-presidente Jair Bolsonaro, “Eu jamais ia estuprar você, porque você não merece (2003/2014); “Tive quatro filhos, na quinta dei uma fraquejada e veio uma mulher (2017); e “Mulher deve ganhar menos porque engravida”. Como exposto na metodologia, os excertos de redações selecionados de acordo com as regularidades serão identificados por códigos, haja vista a necessidade de identificação dos textos completos em anexo considerando a proteção da identidade dos sujeitos alunos autores dos textos. Nesse sentido, cada excerto terá um código e pode ser que haja fragmentos textuais com o mesmo código em núcleos temáticos diferentes, pois, durante o processo de seleção das sequências enunciativas, percebemos essa possibilidade.

Para a efetiva compreensão do leitor e conforme destacamos no capítulo 1, p. 36 desta pesquisa, apresentamos como exemplo desse código o excerto AEM11/R2 NT1 que significa Aluno do Ensino Médio 11 (identificação da redação completa em anexo), Redação 2 (considerando que alguns alunos produziram 2 textos, um antes da orientação de acordo com as competências cobradas na redação do Enem e um depois, ao final da oficina), e Núcleo Temático 1 (indicando que esse excerto faz parte do núcleo temático 1 que é composto por regularidades referentes a violência, o assédio e a família.

Ao enunciar que não estupraria Maria do Rosário porque ela não merecia, é possível perceber que essa violência não está totalmente excluída do repertório de ações violentas do enunciador, visto que, possivelmente, exista quem mereça ser. Assim, as sequências enunciativas coletadas das redações que dialogam com a violência envolvem a violência de gênero que afetam, principalmente, as famílias, pois compreendemos que a violência doméstica é algo que vem crescendo assustadoramente no Brasil, e não só~a nós, adultos (pais, mães, professores e etc), mas os jovens (estudantes) também acompanham as notícias diariamente acerca do número de feminicídios, que muitas vezes ocorrem dentro das suas casas. Nesse sentido, esse conhecimento é demonstrado nos seguintes enunciados dos textos que serão apresentados conforme a escrita original dos alunos, por isso, os textos apresentarão os desvios gramaticais:

Enunciado AEM11/R2 NT1

“Nos tempos de hoje se a | mulher ocupa um cargo onde se encontra mais | homens ela é assediada, e no fim das contas | é considerada há errada da história, e tem que | ficar calada por motivos que não covém” (ANEXO I, p. 4).

O primeiro enunciado de AEM11/R2 NT1 traz a questão do assédio enquanto preocupação social, isso porque, de acordo o estudante, a impunidade e a culpabilização da vítima ainda são recorrentes, pois, a mulher, muitas vezes, é considerada “a errada da história”, provavelmente por vestir uma roupa curta ou sair sozinha à noite, por exemplo e, por isso, precisa “calar-se”, o que configura o silenciamento das vítimas de assédio. Vale destacar que o assédio moral tal qual o realizado por Jair Bolsonaro à Maria do Rosário, ex-deputada, não foge a essa constituição, visto que se trata de violência simbólica que referencia um desejo de fazê-lo, no caso, o estupro (violação sexual). Caso não existisse o vídeo disponível no *Youtube*, Maria do Rosário, a vítima, teria que se calar tal qual milhões de mulheres no país, sob risco de ser culpabilizada pelo assédio moral sofrido em cenário político.

Ademais, o estudante AEM11R2NT1 aponta para a problemática do assédio em locais em que predominam a presença de profissionais do sexo masculino, isso porque a mulher fica à mercê de atitudes criminosas de desrespeito, descrédito e importunação sexual por representar a minoria e, muitas vezes, não poder se pronunciar/denunciar sob risco de perder o emprego. O problema maior desse discurso de inferioridade é que ele será reproduzido pelos alunos - meninos e meninas - quando estes tornarem-se adultos e exercerem sua profissão em diferentes empresas, pois, segundo Foucault (2010, p. 48), o discurso “nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos”, sendo que essa verdade é construída pelo machismo e pela misoginia e, nesse contexto, a inferioridade da mulher vem desde a concepção, atrelando-a ao pressuposto de que é resultado de ejaculação fraca, por exemplo, quando Bolsonaro afirma que “deu uma fraquejada e veio uma mulher”.

Nos próximos dois fragmentos, serão observados elementos acerca da violência ligados à desigualdade social e à escravidão, temas essenciais para a formação social dos nossos estudantes.

Enunciado AEM7R2 NT1

“Portanto a pior desigualdade que existe e a | violencia contra as mulheres, desde o Brasil | colonial escravas e muitas mulheres em vários | segmentos da pirâmide social sofreram e ainda | sofrem com esse tipo de violência” (ANEXO I, p. 5).

Enunciado AEM5R1NT1

“Em primeiro lugar é importante destacar que a socie-|-dade brasileira é extremamente machista, por causa das es-|-truturas culturais antigas. De acordo com o filósofo Kant ‘o | homem é aquilo que a educação faz dele’, ou seja, ele vai | agir conforme foi criado. Sendo assim, os homens só estão a cima | das mulheres por causa da estrutura familiar antiga que a so-|-cidade utiliza. Além disso, a falta de empatia acaba gerando

violên-|-cia contra as mulheres, que lutam pela equidade de gêneros” (ANEXO I, p. 6).

AEM7R2NT1 traz um importante repertório sociocultural ao afirmar que, independente da classe social que a mulher ocupa, ela pode ser vítima de violência. O estudante também faz referência ao Brasil Colonial quando mulheres escravizadas eram utilizadas para além dos afazeres domésticos, pois, serviam sexualmente os seus senhores, inclusive para gerar filhos. Ao mencionar o período histórico colonial do país, percebemos o quanto “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (Foucault, 2010, p. 53), isso porque, apesar de a Lei Áurea instituir a liberdade a todos os escravos brasileiros em 1888, o discurso permanece escravizando as minorias, sejam as mulheres, os indígenas, os negros, os pobres e etc. Para além disso, é preciso observarmos quais os sentidos deslizam da palavra “colonial” no enunciado de AEM7R2NT1, pois, de acordo com o Dicionário *online* Aulete Digital, o termo “colonial”, refere-se ou é inerente à colônia ou a colonos (regime colonial, tradição colonial); possui colônia ou possessão (império colonial); tem ou apresenta condições de colônia (território colonial). Logo, a referência a Brasil Colonial pode estar ligada ao significado 2, o que possui colônia ou possessão, devido à subserviência e subordinação imposta ao sexo feminino que permeia a sociedade desde esse período e que foi marcada pela violência sexual e física contra as mulheres escravas. Outrossim, o termo “tradição” também demarca subjetividade a partir da noção de patriarcado, que é um termo importante para a construção da estrutura social no Brasil.

O aluno AEM5R1 NT1, apesar de mencionar a luta pela equidade de gêneros, fazendo referência ao direito ao voto e a tantas outras conquistas femininas, cita o machismo estrutural como base/estrutura desse poder proveniente do patriarcado que alimenta a hegemonia masculina. Por machismo estrutural compreendemos ainda como preconceito cultural que favorece os homens em detrimento das mulheres, e que está enraizado nas instituições e na sociedade manifestando-se em diversas áreas, como na violência, no assédio, nas desigualdades de direitos e na diferença salarial. Nesse contexto, o mesmo estudante apresenta a constituição subjetiva enquanto elemento de perpetuação dos discursos opressores, já que “os homens só estão acima das mulheres por causa da estrutura familiar antiga que a sociedade utiliza” e, já que eles foram criados assim, vão continuar agindo conforme foram criados. Nessa lógica, Foucault (2017, p. 65) afirma que “a genealogia, como análise da proveniência, deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”, verificamos, então, que o corpo da mulher vem sendo arruinado historicamente desde a antiguidade e, mesmo que

haja processos descontínuos da linguagem, a manutenção desse projeto de arruinar o corpo da mulher será sempre um objeto de desejo e poder dos homens. Entretanto, o uso da palavra “empatia”, pelo estudante AEM5R1 NT1, ameniza a camada de preconceito e machismo presente no enunciado contrariando o devido questionamento acerca dessa dominação e perpetuação do poder heteronormativo.

O repertório sociocultural será demonstrado nos fragmentos abaixo, visto que apresentam o caso nacionalmente conhecido da morte de Eliza Samúdio, cometido pelo goleiro Bruno, que atuava no Flamengo, e a questão histórica relacionada ao patriarcalismo.

Enunciado AEM8R1 NT1

“Como consequência dessa concepção de soberania por parte | da população masculina, ao decorrer dos anos houve um | crescimento dos casos de feminicídio. Exemplo disso foi o | caso da Eliza Samúdio, que em 2010 foi assassinada e as pro-|vas dizem que foi seu marido, o goleiro Bruno. Diante disso é | preocupante a forma em que as mulheres estão cada vez | mais vulneráveis a todo tipo de violência” (ANEXO I, p. 7).

Enunciado AEM1R1 NT1

“Durante muito tempo, a mulher foi excluída da participação efetiva nos espaços públicos do trabalho fora do âmbito doméstico e da possibilidade de desenvolvimento científico e intelectual por meio de educação formal, além de estarem submetidas ao poder dos homens de sua família, em geral seus pais e maridos” (ANEXO I, p. 8).

Apesar de inconsistente, a informação acerca do repertório sociocultural³⁰ apresentado sobre o parentesco entre Eliza Samúdio e o goleiro Bruno - pois eles eram amantes e não casados-, o aluno AEM8/R1NT1 aponta para uma problemática crescente que é o feminicídio e não menos importante, haja vista que esse tipo de crime costuma ser praticado pelo marido da vítima. Isso posto, vale destacar que o estudante aponta para o problema como resultante da concepção de soberania da sociedade masculina e afirma que as mulheres estão cada vez mais vulneráveis a esses crimes, apesar de toda uma luta feminista por direitos e por igualdade. Além disso, a afirmação de que “as mulheres estão submetidas ao poder dos homens de sua família que, em geral, são seus pais e maridos”, do estudante AEM1R1NT1 revela que o costume de considerar a mulher frágil, fraca, de pouco raciocínio, faz com que haja a exclusão dela de espaços ocupados por homens, o que corrobora o que o estudante AEM6R1NT1 disse ao afirmar que há um círculo “vicioso” nesse comportamento.

³⁰ Termo cunhado para demonstrar o uso de citações legítimas, pertinentes e produtivas na redação do Enem.

Jablonka (2013, p. 38) afirma que para ensinar o código da virilidade dos homens aos jovens, chamados pelo autor de "pré-adultos", após a Primeira Guerra Mundial, "era preciso conformar o garoto aos principais estereótipos masculinos: a bravura, a honra, a lealdade, a vontade de dominação e o complexo de superioridade em relação às mulheres". Por consequência, o fato mencionado pelo estudante AEM6R1NT1, de que *as mulheres estão submetidas ao poder de seus pais e maridos*, é uma realidade que foi ensinada aos homens e vem sendo perpetuada e legitimada pelos discursos opressores e violentos contra as mulheres.

A violência de gênero novamente é citada nos dois fragmentos abaixo e, inclusive, a ocorrência dela durante o período pandêmico (2020 a 2022):

Enunciado AEM3R1 NT1

"Para alcançar a igualdade de gênero é preciso dizer que mulheres são mais propensas a sofrerem violência sexual e doméstica dos homens" (ANEXO I, p. 9).

Enunciado AEM15R1NT1

"Outro fator importante que causa a desigualdade de gênero, certamente é o aumento da violência contra as mulheres. Cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual durante a pandemia da Covid 19 (...) Haja vista que o problema continua após o período mais agravante da doença, e vem se alastrando cada vez mais" (ANEXO I, p. 10).

O enunciado do aluno AEM3R1NT1 nos traz uma questão importante: "é preciso dizer que as mulheres estão mais propensas a sofrerem violência sexual e doméstica dos homens". Essa afirmação nos intriga no sentido de pensar o porquê de elas serem mais propensas e quais condições de possibilidade permitiram que esse enunciado ocorresse em uma redação durante a oficina. Refletimos, assim, sobre as condições sócio-históricas do aparecimento desse enunciado. A mulher está mais propensa por que é frágil, por que é considerada pouco racional e de menor intelecto devido ao círculo vicioso apontado pelo estudante anterior? Os homens estão nesse lugar de representação de força e poder sobre o corpo da mulher devido ao modo como foram criados?

A crença de que as mulheres são frágeis perpassa pelos enunciados construídos historicamente e alimentados pelos discursos opressores como o de Jair Messias Bolsonaro quando disse que ao dar uma "fraquejada", teve uma filha mulher, construindo, assim, o pensamento de que as mulheres são o resultado de uma suposta ejaculação fraca. É preciso também repensar essa verdade, pois "o cuidado de si está vinculado ao exercício do poder" (Foucault, 2010, P. 34). Acerca do cuidado de si, Revel (p. 138) o resume como sendo "um

conjunto das experiências e das técnicas que elaboram o sujeito e o ajudam a transformar-se em si mesmo”. Outrossim, o cuidado de si pode ajudar a prevenir as violências simbólicas e físicas por meio da constituição subjetiva que instigamos em nossos alunos ao promover a reflexão sobre as desigualdades de gênero transformando-os em cidadãos proativos pelo bem e pela igualdade de todos exercendo, assim, o exercício do poder-saber construindo-se a si mesmo.

O estudante AEM15R1NT1 traz a questão da violência contra a mulher durante a pandemia da Covid 19, a qual aumentou significativamente e chegou a 17 milhões de mulheres que sofreram com algum tipo de violência doméstica nesse período em que o isolamento social se tornou questão de vida ou morte. Nesse cenário, as condições históricas que marcam o aumento dessa violência seriam a presença constante dos casais nos lares associado ao estresse por questões financeiras. Além disso, segundo dados da Fiocruz (2021)

Entre os fatores associados ao aumento do risco de perpetração da violência estão a baixa escolaridade, maltrato infantil ou exposição à violência na família, uso nocivo do álcool, atitudes violentas e desigualdade de gênero, sendo a maior parte dos casos infligida pelos próprios parceiros - globalmente, 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos por um parceiro masculino. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a violência pode afetar negativamente a saúde física, mental, sexual e reprodutiva das mulheres, além de aumentar a vulnerabilidade ao HIV. As Nações Unidas definem a violência contra as mulheres como "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada" (Portal Fiocruz, 2021, online).

De acordo com dados da Fiocruz (2021), a violência contra as mulheres é caracterizada por atos de coação, ameaças que venha a causar danos ou sofrimentos físicos, mentais ou sexuais nas mulheres. Logo, os textos apresentados no grupo 1 de regularidades acerca da violência, assédio e família, vêm ao encontro do que é a preocupação das Nações Unidas quando se trata de violência contra as mulheres. Nesse enfoque, dados da OPAS- Organização Pan-Americana da Saúde- chamam a atenção para a vulnerabilidade das mulheres, nesse cenário, inclusive para HIV. Como fatores de risco para o aumento das violências contra o sexo feminino, a Fiocruz (2021) aponta para o uso do álcool, a baixa escolaridade e a *desigualdade de gênero*. Percebemos, assim, que a temática que apresentamos para discussão e argumentação durante a Oficina de Redação promove a reflexão acerca da existência e dos riscos que as mulheres correm a partir dos processos discursivos que incitam ou legitimam tais violências, pois, no contexto familiar em que a exposição da mulher enquanto produtora de conhecimento, cultura e força, será possível reduzir as desigualdades entre os dois gêneros masculino e feminino.

Nessa constituição subjetiva entre os dois gêneros, apresentaremos a seguir os enunciados dos textos dos estudantes que participaram da Oficina de Redação os quais demonstraram em sua construção regularidades envolvendo questões de Gênero e Religião. Foi possível compreender, a partir da leitura do *corpus*, que a relação entre o dispositivo da religião ou elementos simbólicos que as representem estão intrinsecamente ligadas aos comportamentos machistas e misóginos. Isso pode ser percebido através da Bíblia, documento que rege e direciona comportamentos e crenças desde o início da humanidade, por exemplo no trecho em que Deus diz à mulher (Eva), após ela comer do fruto do pecado, “multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua concepção; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará” (Gênesis 3. 16). Observamos aqui que a dominação do homem sobre a mulher é um projeto instituído desde o início dos tempos para que um dos gêneros obtenha o poder de dominação, enquanto o outro exerça o papel de dominado.

Segundo Bourdieu (2018, p. 56), “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais”, ou seja, os enunciados depreciativos que subjugam e desvalorizam a mulher desde o início dos tempos, agora, em um contexto político, podem tornar essas ações naturais na interpretação dos sujeitos, legitimando, então, as violências existentes. Isso porque “o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder” (Bourdieu, 2018, p. 63), justificando, assim, a necessidade da manutenção da hegemonia masculina na sociedade.

Apresentaremos a seguir o núcleo temático 2 (NT2) de regularidades:

Enunciado AEM12R1NT2

“Não é de hoje que homens e mulheres são tratados | diferentes durante toda a vida. Desde cedo pais ensinam as criança que meninos Brincam com carrinhos, e as | meninas, com Bonecas. Isso já acontece a muito tempo, que | o homem irá crescer para ter propriedade e a mulheres para ser mãe e cuidar de casa. Quando o homem cresci | aprendi quanto mais mulheres eles tiverem, melhor será | visto pelos outros, já mulheres aprendi que deve se preservar ao máximo e nunca ser vulgar” (ANEXO I, p. 1).

Enunciado AEM11 R2 NT2

“Não é de hoje que ouvimos das dificul-|dades das mulheres no mercado de trabalho, vale | ressaltar que a comunidade LGBTQI+ também é | dificultoso por causa dos estereótipos imposto para | manutenção da desigualdade. Como resultado, pessoas são duramente humilhadas, | espancadas e, em casos extremos, são mortas, vítimas | da discriminação por não se encaixarem no padrão norma-|-tivo proposto pela maioria” (ANEXO I, p. 4).

Enunciado AEM4 R2 NT2

“É de conhecimento geral que a inferioridade feminina está baseada no | conceito de que a mulher é fraca, submissa e passiva. Mesmo estando | na segunda década do século XXI, ainda há, em todo o mundo, pessoas| que acreditam que as mulheres são inferiores aos homens. No Brasil, 19% | dos homens acreditam na inferioridade feminina, e algumas mulheres | concordam com eles. Segundo uma pesquisa feita pela Ipsos, 14% das | mulheres entrevistadas relataram que se consideram inferiores aos | homens” (ANEXO I, p. 11).

Esse primeiro grupo de excertos do NT2 apresenta, em sua constituição subjetiva, alguns pontos relevantes a se discutir acerca das desigualdades de gênero. No enunciado AEM12 R1 NT2, percebemos que o aluno relata a perspectiva histórica da sociedade machista e patriarcal ao usar os termos “Não é de hoje” e “a muito tempo”, demonstrando, assim, que as mulheres vêm sendo criadas para o trabalho da casa desde o início dos tempos. Ao afirmar que “meninos brincam com carrinhos e meninas brincam com bonecas”, o estudante demonstra o conhecimento acerca do machismo estrutural presente na sociedade, bem como o conhecimento de que essas diferenças são alimentadas desde a infância durante o início das atividades recreativas em suas casas e com suas famílias, o que se relaciona com a premissa de que meninos usam azul e meninas usam rosa, enfatizada desde que o bebê é um feto no útero de sua mãe.

O aluno enfatiza, ainda, que o homem é educado para obter posses, propriedades, e a mulher para obedecer e cuidar dos filhos. Ora, não é novidade que a procriação da espécie seja um papel relevante para a fêmea, mas a novidade aparece quando o jovem diz que o homem é criado para “ter muitas mulheres” e que isso lhe trará respeito e admiração dos outros, “enquanto as mulheres são criadas para se preservar” não podendo parecer “vulgar”. Mas é importante pensar em que o estudante toma como *vulgar*, seria o real sentido da palavra conforme o dicionário que a conceitua enquanto adjetivo de dois gêneros: sujeito reles, sem nenhum valor; baixo, ínfimo, ordinário; ou como substantivo masculino: o vulgo, o populacho; o que é de costume. Notamos nesse uso da palavra *vulgar* que independente sendo usada como adjetivo ou como substantivo, seu uso referenciando as mulheres, indicam menosprezo e desrespeito à figura feminina. Diante disso, e retomando a preservação das mulheres, vejamos que essa conta não fecha no sentido de que, se elas se preservam, como eles poderiam ter quantas mulheres quiserem? Essa questão nos faz refletir acerca da violação sexual, pois, enquanto o machismo apresenta a prerrogativa de que os homens precisam reafirmar sua masculinidade “tendo” muitas mulheres, teoricamente elas precisam se preservar (manter sua “pureza” para encontrar um bom casamento). Notamos um poder singular nessa constituição

subjetiva a partir da ideia de que essa imposição machista pode agravar as violências sexuais contra as mulheres, ocorrendo, inclusive, contra crianças e mulheres idosas.

O verbo “ter” em: “aprendi quanto mais mulheres eles *tiverem*”, do enunciado AEM12 R1 NT2, nessa construção sintática, pode significar posse, objeto a ser possuído, logo, a mulher se torna objeto de desejo e de poder para esses homens. A objetificação do corpo da mulher passa a ser, nesse contexto, um degrau que os homens devem subir para manter a sua masculinidade intacta.

O enunciado do estudante AEM11R2NT2 introduz a problemática da violência ligada ao grupo LGBTQIAP +, isso porque a causa incide na constituição subjetiva desse aluno, nota-se que, para ele, importa falar da violência contra a população homoafetiva tanto quanto da violência contra mulheres. Além disso, esse estudante chama a atenção para o padrão heteronormativo, que é a ideia de que a heterossexualidade é a norma social, e que apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos são considerados corretos, impondo-se à sociedade um modo de agir que fere o direito à segurança das minorias.

Por seu turno, o enunciado AEM4R2NT2 relembra os pré-conceitos de inferioridade feminina, conceito diretamente ligado aos pressupostos bíblicos em que a mulher deve ser submissa ao homem. Além disso, o estudante relata que há ainda a legitimação do machismo que parte das próprias mulheres ao concordar com discursos opressores. Salientamos, nesse contexto, que, ao dizer que as mulheres são resultado de “fraquejada”, Bolsonaro reproduz o discurso bíblico de que a mulher é inferior, é fraca, é frágil. Vale destacar ainda que esse estudante apresenta uma contradição ao afirmar, já no início do enunciado, que há uma inferioridade feminina. Desse modo, ele já confirma o que ele critica logo depois em seu texto. Sob um viés discursivo, a contradição deve ser entendida enquanto um princípio enunciativo a partir do qual o sujeito não controla os sentidos do que enuncia. O sujeito em questão quis denunciar o contexto de opressão da mulher, mas, ao empregar verbos no afirmativo, ele acaba por reforçar essa opressão. Nesse sentido, ao afirmar que “No Brasil, 19% dos homens acreditam na inferioridade feminina, e algumas mulheres concordam com eles”, o estudante inclui-se nessa estatística dos 19% que acreditam na inferioridade feminina, contradizendo a crítica feita no mesmo comentário em “ainda há em todo o mundo pessoas que acreditam na inferioridade feminina”.

“A desigualdade entre homens e mulheres é algo hereditário | que vem evoluindo de forma negativa nos dias de hoje (...) nos dias atuais as mulheres são vistas como | peso ou objeto sendo que elas estudam mais que | os homens” (ANEXO I, p. 12).

Enunciado AEM2R1NT2

“A desigualdade de gênero é um problema antigo, porém atual. | Desde os primórdios da humanidade, a maioria dos povos | caminhou para o desenvolvimento de sociedades patriarcais | em que homem detinha o poder de decisão | sobre a família. Esse modelo foi transportado do âmbito familiar privado | para o ambiente público fazendo com que sistemas políticos | desenvolvessem-se pelo comando masculino” (ANEXO I, p. 13).

Enunciado AEM13 R1 NT2

“Em pleno século XXI ainda é grande a discriminação | por parte da sociedade masculina, onde os homens | dizem ter uma certa superioridade em relação as | pessoas do sexo feminino. | Onde muitas vezes acabam fazendo comentários pre -|- conceituosos é até mesmo críticas em relação ao | espaço que a mulher ocupa na sociedade. Dizendo que | lugar de mulher e na cozinha é não em uma | cadeira de escritório” (ANEXO I, p. 14)

A descontinuidade histórica faz-se presente nos enunciados acima. Em AEM2R2 NT2, o estudante apresenta a “hereditariedade” enquanto fator de permanência da desigualdade, com isso, vale mencionar que se é hereditário, é biológico e inquestionável, o que justificaria a desigualdade entre os dois gêneros. Devemos ainda considerar que o estudante é um sujeito que se constitui nesse lugar de interpretação e, por isso, emprega essa palavra e não outra em seu lugar. No enunciado AEM2R1NT2, o estudante faz um percurso histórico social da condição da mulher a partir do patriarcalismo ao apresentar uma antítese quando menciona “antigo/atual”, termos opostos no mesmo período para comprovar que a desigualdade desde os primórdios continua sendo um problema para as mulheres, já que, atualmente, a subjugação no contexto familiar faz-se presente também no ambiente público, o que é comprovado pelo grande número de homens que comandam a sociedade em detrimento do número ínfimo de mulheres exercendo cargos políticos. Outrossim, ao afirmar que, mesmo as mulheres estudando mais, elas não representam as chefias no mercado de trabalho, faz-nos pensar que talvez elas se esforçam muito para estudar exatamente pelo fato de que já são muito subjugadas quanto às suas habilidades laborais. Em AEM13R1NT2, o estudante retoma o quanto as mulheres são estigmatizadas ao trabalho doméstico e que o seu lugar nunca será em uma “cadeira de escritório”, o que dialoga com o enunciado do ex-presidente ao afirmar que “mulher deve ganhar menos porque engravida”, ou seja, o lugar dela deve ser em casa cuidando dos filhos. Logo, na ânsia de demonstrar eficácia e capacidade de estar à frente de empresas, as mulheres buscam reduzir os riscos de serem demitidas porque são férteis e podem sim engravidar durante

o período em que estiver trabalhando nas empresas, através do estudo, da dedicação e da busca pelo conhecimento.

Enunciado AEM9R1NT2

“(…) Ainda existe a diferença salarial entre jogadores | e jogadoras, com as mulheres recebendo, muitas vezes, menos remuneração mesmo jogando em níveis profis-|-sionais similares. (...) as jogadoras são frequentemente su-|-bestimadas e têm menos oportunidades de se desenvolver no esporte. Além disso, (...) muitas mulheres desistem de | atuar na mídia esportiva porque a participação feminina nessa área não é | valorizada devidamente, resultando em remuneração inferior, falta de respeito | e exposição a piadas e comentários sexistas. Como resultado, a sociedade tende | a reforçar estereótipos negativos de gênero, contribuindo para a perpetuação da | desigualdade de gênero” (ANEXO I, p. 15).

Enunciado AEM14 R1 NT2

“Apesar de ainda vermos tanta desigual-|-dade, não só salarial mas como na forma de tratamento em qualquer | situação, inquestionavelmente as próprias | mulheres contribuem para isso, se deixan-|-do ser pisada pelo patriarcado já | implantado em suas mentes desde que nasceram, enraizadas em sua educa-|-ção” (ANEXO I, p. 16).

Os enunciados dos estudantes AEM9 R1 NT2 e AEM14 R1 NT2, apresentam a desigualdade de gêneros exposta pela desigualdade salarial, estereótipos e legitimação do preconceito de gênero. As mulheres que atuam no futebol, esporte que supervaloriza jogadores da seleção masculina enquanto direciona pouquíssimos investimentos à seleção feminina, são vítimas não apenas da desigualdade, mas do machismo reverberado através dos comentaristas e torcedores que fazem piadas sexistas e preconceituosas. Além disso, o segundo estudante aponta para o poder do patriarcado implantado, ou seja, enraizado na nossa sociedade acerca de como a mulher deve se comportar. Porém, o que nos chama a atenção no enunciado AEM14R1NT2 é o fato de que, se a educação enraizou o patriarcado em nossas mentes, a própria educação tem poder para reverter esse quadro.

Enunciado AEM16R1NT2

“Tendo em vista que a desigualdade | de gênero é, uma construção social, des-|-de que nacemos, o homem sempre | foi superior a mulher, tanto quanto | na representação política, entre outros.
Em virtude da desigualdade entre | homens e mulheres, justifica-se com | base em características físicas e hor-|-monais, se não fosse pelas mulhe-|-res fortes e corajosas nem um de | nós estaríamos aqui” (ANEXO I, p. 17).

Enunciado AEM3R1NT2

“A desigualdade de gênero no Brasil surge ainda na | infância enquanto o homem é preparado para trabalh-|-ar fora e encontrar a casa organizada, a mulher ainda é | vista como a principal responsável pelas tarefas domésticas | e por cuidar dos filhos” (ANEXO I, p. 9).

Os enunciados acima ressaltam “características físicas e hormonais” relacionadas à inferioridade da mulher, além disso, o enunciado AEM16R1NT2 também concorda com a premissa de que a desigualdade de gênero é algo construído e perpetuado na sociedade. O universo da política é mencionado como exemplo de locais em que os homens são maioria e detêm o poder. Relacionamos esse enunciado ao que Bolsonaro faz à Maria do Rosário, pois a agressão verbal e o assédio moral foram pronunciados na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, ou seja, em um cenário político de referência e importância nacionais. Foi nesse espaço de exclusão das mulheres - embora haja uma lei de incentivo à participação da mulher na política- que Bolsonaro ameaça uma mulher ao estupro, e diz que apenas não o fará porque ela é feia e não satisfaz o “tipo” dele.

No enunciado AEM3R1NT2, há a retomada da questão patriarcal em que o homem é criado para ser o provedor e a mulher para cuidar da casa e dos filhos. Em 2017, o ex-presidente Michel Temer afirmou em um pronunciamento em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, que ela é a responsável por identificar a oscilação dos preços no supermercado e que se as crianças são bem educadas é resultado do bom desempenho da mulher como mãe e dona de casa. À época, esse pronunciamento causou repercussão no cenário nacional, tendo em vista a negligência com a qual o ex-presidente da república Michel Temer tratou as constantes evoluções no mercado de trabalho trazendo mulheres com cargos de chefia e tantas outras conquistas femininas no Brasil e no Mundo. Essa questão da mulher responsável pelo trabalho doméstico é tão relevante que no ano de 2023 o tema da redação do Enem foi: *Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil*. Logo, é preciso que os jovens reflitam acerca da obrigatoriedade estrutural e patriarcal do trabalho de cuidado ser exclusivamente de mulheres.

As próximas análises de enunciados de estudantes concluintes do Ensino Médio apresentarão trechos que incidem na constituição subjetiva dos alunos apontando para a questão da política e emprego, NT3:

Enunciado AEM4R1NT3

“A legitimação da desigualdade entre homens e mulheres, | em grande medida, justifica-se com base em características | físicas, diferenças hormonais, assim, a mulher é considerada mais fraca, | menos ágil, menos racional, portanto, apta a atividades menos complexas, | possuidora do instinto maternal e, por isso, apta a ser cuidadora dos demais| por vocação, como uma missão que não carece ser reconhecida e |retribuída” (ANEXO I, p. 18).

Enunciado AEM17R2NT3

“Na esquete de humor satírica ‘Emprego’, publicada pelo canal | Porta dos Fundos no Youtube, uma personagem diz estar acostu-|-mada a ‘ganhar 30% a menos do que qualquer homem no mês-|-mo cargo’ em uma entrevista de emprego. Mesmo que de forma irônica | o vídeo denuncia uma situação conspícuo no Brasil, em que mu-|-lheres são tratadas injustamente no mercado de trabalho e além dis-|-so, são subrepresentadas na política” (ANEXO I, p. 19).

A questão de gênero é aplicada na sociedade com objetivo de diferenciar homens de mulheres, de acordo com o trecho desenvolvido por AEM4R1NT3, corroborando a crença social de que o trabalho de cuidado é exclusivo da mulher devido à vocação a partir do instinto maternal. A construção social de que o trabalho de cuidadora deve ser exclusivo das mulheres, vem do machismo estrutural que afirma que a mulher é fraca para trabalhos braçais que, teoricamente, seriam designados aos homens. Isso é legitimado pelo ex-deputado Jair Bolsonaro quando ele afirma em público, durante uma entrevista, que “teve uma fraquejada e, por isso veio uma mulher”, novamente demonstrando que a incapacidade e a fragilidade das mulheres a acompanham desde a concepção.

Outrossim, o trabalho de cuidado enquanto missão das mulheres não deve ser reconhecido tampouco retribuído, logo, percebemos que os estudantes, independentes do sexo, continuam mantendo esse comportamento machista tal qual os ex-presidentes Michel Temer (2017) e Jair Bolsonaro (2017) enunciavam anos atrás. Isso seria apenas uma representação de um todo que desqualifica as mulheres para outras funções que não sejam as de cuidado: mães, avós, enfermeiras, cuidadoras e etc.

Já no enunciado AEM17R2NT3, o estudante apresenta um repertório sociocultural de humor, *Porta dos Fundos*, o qual faz uma espécie de denúncia acerca da diferença salarial entre homens e mulheres. Vale destacar que esse programa de humor apresenta grande visibilidade entre os jovens, ou seja, a reflexão sobre a temática já é algo que interessa aos meios de comunicação. Além disso, o estudante fala da subrepresentação das mulheres na política no Brasil, demonstrando conhecimento e percepção da realidade de um jovem estudante de escola pública.

Enunciado AEM18R2NT3

“Em uma primeira análise deve-se ressaltar, a ausência | de comprimento de medidas governamentais no combate a desigualda | de de gênero. Nesse sentido, o gênero feminino vem sendo agravado | em seus direitos sendo oprimido pela sociedade, onde muitas vezes | dizem que a mulher não tem capacidade de exercer funções políticas | como os homens. Que infelizmente é comum no Brasil” (ANEXO I, p. 20).

Enunciado AEM11R1NT3

“Atualmente o Brasil em cada ano que | passa o sistema tenta calar todos mas um dos | maiores exemplos disso acontece com a cor de pele | pois fizeram um estudo que homens e mulheres | com o mesmo emprego a mesma idade esta | sendo prejudicado em seus empregos pois são | de cores diferentes, um homem branco ganhando mais | que uma mulher, uma mulher branca recebendo | mais que uma mulher negra” (ANEXO I, p. 4).

O estudante AEM18R2NT3 traz à tona a escassa ação do governo quando se trata da desigualdade de gêneros, afirmando que isso reforça a opressão e o não cumprimento dos direitos iguais aos cidadãos independente do gênero. Porém, o que esperar enquanto políticas públicas de combate à desigualdade de gênero se até mesmo um ex-presidente da república legitima ações de violência simbólica e física contra mulheres em cenário político enquanto era deputado federal? E até mesmo durante campanha presidencial em 2018 ao afirmar que as “mulheres devem ganhar menos porque engravida” e, assim, levariam prejuízos às empresas nas quais trabalham. Além disso, corrobora-se a premissa de que as mulheres são consideradas incapazes de exercer função na política aqui no país.

Entretanto, devemos questionar o que esse aluno (a) estaria tomando por “capacidade” e por “função política”, quais seriam as bases de sentido refletidas nesse enunciado? Por “capacidade” consideramos alguns possíveis sentidos para o substantivo feminino: 1. Espaço interior de um corpo vazio; 2. Grandeza desse espaço (com relação ao que pode conter); 3. Aptidão, competência; 4. Talento; 5. Pessoa entendida; 6. Probidade; 7. Faculdade que torna apto; 8. Possibilidade legal. Então, podemos inferir que o autor do texto tenha considerado os sentidos: 3 (aptidão, competência); 4 (talento); 5 (pessoa entendida), ou seja, a mulher não teria condições de assumir cargos políticos por determinados fatores que, acredita-se, faltar na figura feminina. Não obstante, a “função política”, mencionada pelo aluno (a), pode estar atrelada à função de deputados e presidente da república, cargos de importância e imponência no cenário político, logo, se a mulher não tem competência, não poderia realizar função política e nem atuar nas frentes partidárias, o que nos faz refletir acerca da baixa representatividade da mulher na política e do quanto isso é cada vez mais comum no Brasil, visto que os incentivos para que mulheres atuem no cenário político são reduzidos.

No enunciado AEM11R1NT3, o estudante aborda a questão da interseccionalidade presente discussão, visto que há ainda a ocorrência de que mulheres negras recebem menos por realizar o mesmo trabalho que uma mulher branca. Sobre a interseccionalidade mencionada pelo aluno (a), a compreendemos como “ferramenta analítica que considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre

outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (Collins e Bilge, 2020, p. 16-17). Nesse contexto, podemos perceber que o estudante é atravessado pela questão interracial tanto quanto pela questão de gênero, logo, considerou relevante levantar essa questão que molda a sociedade racista tanto quanto a machista. Para Collins e Bilge (2020, p. 16-17), “a interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas”, assim, para resistir, é preciso compreender como a complexidade humana pode atravessar os sujeitos no corpo social.

É importante ressaltar que o estudante menciona um repertório “pois fizeram um estudo”, sem apresentar quem fez o estudo ou mesmo qual estudo foi este, tornando o repertório sem legitimação por falta da fonte de pesquisa. A subjetividade construída por este estudante demonstra que ele já percebe as desigualdades raciais e consegue argumentar relacionando a questão racial à questão de gênero abordada na discussão.

Enunciado AEM17R1NT3

“Em primeira análise, o Brasil fez sim avanços consideráveis em questões feministas, sendo, por exemplo, um dos primeiros países a eleger uma presidente mulher. Porém, tais avanços não necessariamente se traduzem em maior igualdade na prática – como foi constatado pelo IBGE em 2018 em uma pesquisa que dizia que homens recebem cerca de 50% a mais que mulheres da mesma idade” (ANEXO I, p. 21)

Enunciado AEM7R2NT3

“Hoje em dia muitos empregos não paga as mulhe-|-res pelo o mesmo valor que os homens por acha | que a mulher e o estigma do sexo frágil, e | a diferença salarial e muito diferente tendo em | vista que muitas mulheres sofrem com isso, a | maioria faz protestos para propor que precisa dos | direitos de igualdade entre homens e mulheres” (ANEXO I, p. 22)

Nos dois enunciados acima há a menção ao universo da política. No primeiro, AEM17 R1NT3 relembra das conquistas feministas na atualidade, visto que o Brasil elegeu uma mulher para ser a presidenta da república, Dilma Rousseff. Porém, também menciona a diferença salarial entre homens e mulheres sendo de 50% em uma pesquisa do IBGE no ano de 2018. Esse repertório legítimo promove a reflexão acerca dos dados estatísticos apresentados nas redações, visto que a diferença de 50% não é um dado real das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), logo, observamos que os alunos são levados a apresentar dados irreais apenas para atingir uma boa nota na competência II do Enem que visa a apresentação de repertório sociocultural, legítimo e pertinente ao tema. Ademais, a ideia de que as mulheres possuem o estigma de sexo frágil fortalece a desigualdade salarial, tendo em vista que Bolsonaro afirmou em campanha que não contrataria mulheres devido ao prejuízo que elas levam às empresas porque engravidam, logo, há uma legitimação nesse quadro tanto de

inferioridade marcado pela fragilidade da mulher, já que é resultado de “fraquejadas sexuais (Bolsonaro, 2017) quanto de culpabilização por prejuízos devido à licença-maternidade - direito garantido constitucionalmente no Brasil.

Enunciado AEM19R1NT3

“A sociedade diferencia homens e mulheres | pelos trabalhos, muitas vezes ocorre de | uma mulher ter o mesmo cargo na | empresa que o homem mais ganhar menos | so por ser uma mulher”

Muitos fatos tem ocorrido e sendo | discutido pela diferença do salario de uma | mulher que engravida e até alguns casos | a empresa afasta as gestantes, diminui os seus salarios, mas uma coisa que elas tem direi-|-to é da licença maternidade. Perante a lei | do artigo 23, a declaração universal dos direi-|-tos humanos mulheres e homens tem direito sem alguma discriminação pelo salário igual | pelo trabalham igual” (ANEXO I, p. 23)

Enunciado AEM13R2NT3

A desigualdade entre homens e mulheres é uma das | maiores desigualdades de gêneros no Brasil, as desigualdade | de poder refere-se ao acesso às oportunidades econômica, poli-|-tico é social, e a diferencia entre os salários é muito | grande. as mulheres ganham menos que os homens | e estão, em numero menor em relação a posição de | chefia ou em cargos elitistas é também trabalham mais | no ambientes doméstico, cuidar da casa e da família. | Já os homens trabalham em serviços produtivos no | ambiente publico (ANEXO I, p. 24).

Novamente, nos enunciados acima, há o argumento da diferença salarial entre homens e mulheres que realizam a mesma função, entretanto, o estudante AEM19R1NT3, enfatiza os direitos das mulheres gestantes, pois, em um dos enunciados do ex-presidente da república Jair Bolsonaro, é mencionado que as mulheres perdem seus empregos ou mesmo nem chegam a ser contratadas por causa da licença maternidade que, segundo Bolsonaro, traz prejuízos aos empregadores. Esse estudante traz um repertório legítimo acerca da lei de igualdade de direitos presente na Constituição de 1988.

As oportunidades no âmbito econômico, político e social são apresentadas como em menor escala pelo estudante AEM13R2NT3, quando afirma que também há uma desigualdade de poder, o que nos leva a pensar acerca das relações de poder apresentadas por Michel Foucault, em Microfísica do Poder (2017), pois, o poder é uma prática social que se transforma constantemente, e que pode ser observado em instituições como escolas, prisões e o Estado, logo, o acesso ao Governo torna-se uma luta de forças entre os sujeitos na estrutura social. Acerca da luta e resistência, Foucault (2017), afirma que

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar; ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e

transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social (Foucault, 2017, p. 18).

Nesse contexto, é importante lembrar que o poder está em pontos transitórios, ou seja, na escola, nas residências, no cenário político, o que podemos relacionar ao jogo de relação de poder exercido por Jair Bolsonaro ao enunciar para a Deputada Maria do Rosário que não a estupraria porque ela não merece, insultando-a com gritos e acusações realizadas em espaço público, na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, em 2003. Ora, o espaço político já é, majoritariamente, um espaço masculino, logo, quando um homem, deputado, decide agredir verbalmente uma deputada mulher nesse espaço, ele, obviamente, sabe que está em vantagem em relação a ela, que nesse espaço da Câmara dos Deputados, estaria sem apoio feminino igualitário.

Cabe relacionar aqui, outros ambientes transitórios como diz Foucault (2017), como por exemplo, ambiente doméstico e empresas, onde ocorrem agressões verbais e até físicas devido à resistência feminina em relação à força e ao poder masculino. Nessa constituição, Foucault (2009, p. 05) afirma que, “para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações”. Nesse sentido, é preciso, primeiramente, rastrear e identificar onde ocorrem as oposições entre homens e mulheres, para, assim, atentarmos-nos a elas em busca de compreender como o poder age entre si.

Excerto AEM13R1NT3

“Em pleno século XXI ainda é grande a discriminação | por parte da sociedade masculina, onde os homens | dizem ter uma certa superioridade em relação as | pessoas do sexo feminino. Onde muitas vezes acabam fazendo comentários pre-|-conceituosos é ate mesmo criticas em relação ao | espaço que à mulher ocupa na sociedade, dizendo que | lugar de mulher e na cozinha é não em uma | cadeira de escritório. O gênero feminino é muito criticado e até mesmo | oprimido pela sociedade” (ANEXO I, p. 14)

Enunciado AEM20R1NT3

“Outro ponto importante, e a carência de mulheres em car-|-gos de liderança. Apesar de serem a maior parcela no em-|-sino superior, as mulheres ainda sofrem discriminações sobre | sua capacidade em posições de comando. Isso acontece por causa | de resquícios de uma sociedade patriarcal, onde a mulher era vista | como inferior ao homem” (ANEXO I, p. 25)

A opressão sofrida por mulheres para não exercerem cargos importantes em empresas ou mesmo na política é novamente citada nos enunciados dos estudantes AE13R1 NT3 e AEM20R1NT3, ao afirmar que existem comentários preconceituosos e discriminatórios em relação aos cargos que a mulher ocupa na sociedade, visto que, para a sociedade patriarcal, um

escritório não é lugar para uma mulher, mas sim para um homem. Outrossim, os enunciados relembram da máxima de que “lugar de mulher é na cozinha”, corroborando o pronunciamento do ex-presidente Michel Temer, em 2017, ao mencionar que, “se os preços no supermercado flutuam, quem percebe é a mulher”, sugerindo que as compras da casa, tal qual o trabalho doméstico e a criação dos filhos são de inteira responsabilidade delas.

Enunciado AEM21R1NT3

“É notório que no Brasil as mulheres são vista inferiores | aos homens, essa ideia é criada desde a Antiguidade | no qual eram tratadas dessa maneira. Sabe-se que | há uma grande dificuldade na hora de entrar no mer-|-cado de trabalho, há ainda a diferença salarial e assim | também a ideia de que ela é somente dona de casa” (ANEXO I, p. 26)

Enunciado AEM3R1NT3

Já em profissões entendidas como ‘masculinas’ a | participação da mulher não só é menos valorizada, quase| sempre com remuneração mais baixa, como também discrimi-|-nada. Já passou da hora das famílias se darem conta|de que a criação com mais igualdade é mais positiva, tanto| para as meninas, como para os meninos. Por exemplo, ao assumir tarefas domésticas, a criança desenvolve uma série de habilidades importantes: trabalho cooperativo, organização” (ANEXO I, p. 9)

Enunciado AEM22R1NT3

“[...] vale apontar a preferência das empresas na | contratação de homens. Na séria advogada extraordinária, ocor-|-re a demissão de mulheres por falta de estrutura na empresa. | Porém, todos os homens continuam com seus contratos. Se-|-gundo o empresário, mulheres são instáveis no ambiente de | trabalho” (ANEXO I, p. 26)

A dificuldade em entrar e permanecer no mercado de trabalho, além do reforço de que a mulher é criada para ser dona de casa, aparecem no enunciado do estudante AEM21 R1NT3. A antiguidade mencionada, nesse caso, pode referir-se aos preceitos bíblicos de que a “mulher sábia edifica o lar”, “a mulher foi criada a partir da costela de Adão”, “a mulher deve ser submissa ao homem”. Perceba que em todos esses discursos bíblicos, levam a mulher a ser o ser secundário, a que dá o apoio, a que acolhe, a que cuida, dialogando com a temática do ENEM 2023 sobre os *Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil*.

No enunciado de AEM3R1NT3, há o chamamento para a responsabilidade dos pais na criação dos filhos em “Já passou da hora das famílias se darem conta de que a criação com mais igualdade é mais positiva, tanto para as meninas, como para os meninos”. A igualdade aqui aparece enquanto direito adquirido constitucionalmente, no entanto, o que se percebe é que as famílias permanecem com a educação machista em voga, delegando os trabalhos domésticos apenas para as meninas, enquanto os meninos ficam a cargo de jogar bola, jogar videogame e

encontrar a casa sempre limpa e cuidada. O estudante, nesse enunciado, demonstra preocupação com o desenvolvimento de habilidades importantes para as duas partes, que seriam “a cooperação” e a “organização”, habilidades essenciais para o convívio em sociedade.

O estudante AEM22R1NT3 apresenta um repertório fílmico para mencionar uma situação de machismo e misoginia em que todas as mulheres de uma empresa são demitidas por alegação de que há falta de estrutura/recursos na empresa, porém todos os contratados homens permaneceram no trabalho. Nota-se nesse enunciado que o pensamento neoliberal predomina em todo o mundo, visto que é um filme estrangeiro, podendo aliar-se ao pensamento/enunciado de Jair Bolsonaro de que as funcionárias mulheres darão prejuízos às empresas porque engravidam, logo, precisam se afastar do trabalho por algum tempo. Ademais, o estudante afirma que, no filme, o diretor da empresa alega que as mulheres são instáveis, contribuindo para o fortalecimento de que as mulheres são frágeis, incapazes e desequilibradas laboralmente para constituírem-se membros de uma empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Patriarcado é o sistema, misoginia é a indicação de sua existência, machismos são seus atos. Na linguagem, no simbólico onde circulam informação e poder, encontramos evidências de todos. (Burigo, 2016, p. online)

O masculino e o feminino são sistemas simbólicos atravessados por relações de poder em que se torna evidente a presença do patriarcado que define, teoricamente, o que as mulheres devem e podem fazer na sociedade. Essas relações de poder permeiam todos os espaços, sejam eles públicos ou privados. Como espaço público, podemos citar instituições como: escolas e igrejas, e, enquanto espaço privado, podemos mencionar as casas, o ambiente doméstico em si e as famílias que os constituem.

Nesse contexto de subordinação, o poder heteronormativo é quem dita as regras a serem seguidas pelas mulheres. Àquelas que ousam enfrentar situações de dominação são direcionados discursos opressores carregados de machismo e misoginia em uma sociedade pautada no patriarcalismo e alimentada pelas desigualdades de gênero.

Logo, o binarismo homem X mulher, passa a ser uma arena de lutas nas quais o lado considerado mais fraco e frágil fisicamente é colocado no cenário social de dominação e violência elevando a níveis impensáveis os dados estatísticos em relação à morte de mulheres – o feminicídio -, bem como o número de denúncias e ações policiais para conter maridos, namorados, pais que surram e mutilam os corpos e cerceiam a liberdade de suas esposas, namoradas e filhas todos os dias no Brasil.

A inquietação diante dessa realidade faz com que, a cada dia que nasce, nasça também o desejo de lutar e de resistir. Lutar por um país mais seguro para nossas filhas e netas para que possam andar na rua sem medo de serem estupradas simplesmente pelo fato de estarem de shorts ou de saia. Para que nossas filhas e netas possam deitar a cabeça no travesseiro e dormir tranquilas certas de que os homens da casa não irão apossar de seus corpos cansados durante o silêncio da noite. Para que nossas filhas e netas possam seguir a profissão que desejarem e serem valorizadas e respeitadas na sua área de trabalho. Para que possam ser remuneradas tal qual os homens que realizarem a mesma função em uma empresa. Para que possam agir no cenário político sem obstrução de medidas e cerceamentos de seus discursos e sem interrupções de suas falas.

Para tudo isso, é necessário considerar os discursos violentos que permeiam a sociedade e que são direcionados às mulheres do país. Seria, então, meramente combater e resistir a esse poder de dominação apenas com medidas protetivas e atendimentos em delegacias que

culpabilizam a vítima? Compreendemos que a luta vai muito além disso, é preciso educar a sociedade para lidar com a igualdade de gêneros. É preciso fazê-la entender que o falar pressupõe um fazer, e que os discursos que oprimem, subjagam e condenam mulheres todos os dias no Brasil, precisam ser combatidos, levados à discussão e considerados como um crime.

Sob esse prisma, é urgente que os discursos opressores contra mulheres que circulam nas esferas públicas e privadas sejam repensados e discutidos em ambientes educacionais para levantar o diálogo e a compreensão a partir dos meios e das propostas de atividades que coloquem a linguagem enquanto propulsor de mudanças ou de manutenção da hegemonia masculina. Falamos aqui em ambientes educacionais para tratar o problema em sua base, ou seja, diretamente com as crianças e jovens que podem estar consumindo essas violências dentro de suas próprias casas.

Diante disso, a proposta de intervenção realizada na escola campo mencionada na introdução dessa tese, objetivou o direcionamento de temas considerados problemáticos para a sociedade em geral, isso porque, se as mulheres correm perigo, toda uma sociedade também corre, pois são elas que, além da força da procriação e a sabedoria e inteligência, detêm o poder de modificar e/ou construir um novo cenário de vivências saudáveis e tranquilas.

Nessa pesquisa de doutorado, tivemos como objetivo investigar os sentidos do discurso do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e analisá-los em contexto escolar. Analisamos as condições de produção dos enunciados considerados polêmicos do ex-presidente que foram proferidos enquanto era ainda um deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, tais enunciados são: “Eu não ia estuprar você porque você não merece (2003/2014)”, pronunciados em 2003 pela primeira vez na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro contra Maria do Rosário, também Deputada Federal no mesmo período e repetido em 2014 em uma entrevista ao confirmar que não estupraria Maria do Rosário porque ela é feia e não fazia o tipo dele.

Problematizamos ainda o enunciado de 2017 em que o ex-deputado afirma em uma entrevista que “Tive quatro filhos e na quinta tive uma fraquejada e veio uma mulher (2017)” ao se referenciar ao fato de ter tido cinco filhos, os quatro primeiros homens e, por último uma mulher. Além disso, analisamos a afirmativa de que “Mulher deve ganhar menos porque engravida (2018)”, proferida pelo candidato à presidência da república em 2018, durante a campanha, referindo-se ao prejuízo que as funcionárias mulheres promovem às empresas que as contratam por causa da licença-maternidade.

Como segundo objetivo construímos uma linha de convergência entre os enunciados polêmicos do ex-presidente aos crescentes números de violência contra a mulher no Brasil que

demonstraram que nos anos seguintes aos enunciados machistas de Jair Bolsonaro, o número de violência contra mulheres cresceu muito, seja de agressões físicas, psicológicas e feminicídios. Nesse cenário, os dados apresentados do Anuário de Segurança pública comprovam essa afirmação para os anos de 2019 a 2022.

Enquanto terceiro objetivo analisamos a produção de texto do gênero dissertativo-argumentativo de alunos concluintes do Ensino Médio para investigar em que medida esses enunciados do ex-deputado e ex-presidente podem suscitar/legitimar/promover violências contra as mulheres, visto que, enquanto figura pública de relevância nacional, as suas falas e seus pensamentos legitimam e reproduzem violências contra mulheres.

Como quarto e último objetivo, percebemos no processo de escrita de si, as incidências da subjetivação dos alunos que estabelece um ponto de contato entre a atualidade e a memória que incita o estudante a escrever sobre as desigualdades de gênero, isso, pois, os estudantes foram levados a refletir e a escrever sobre a desigualdade de gêneros na atualidade, verificando, assim, que os estereótipos de frágil e de incapaz permeiam ainda o universo feminino devido à manutenção que o machismo e a misoginia promovem a partir desses discursos opressores que circulam em todos os meios de comunicação.

Para isso, no primeiro capítulo, intitulado *O Discurso e o Ensino: Uma Análise Crítica das Desigualdades no Contexto Escolar*, examinamos o papel do discurso na reprodução das desigualdades sociais no ambiente escolar. Com base nas teorias de Michel Foucault, o capítulo abordou como a educação pública no Brasil, influenciada por políticas neoliberais, transformou-se em um instrumento para a produção de corpos dóceis e mão de obra barata, negligenciando a formação crítica e cidadã dos estudantes. O capítulo discutiu também sobre os desafios impostos pelas diretrizes curriculares, como os PCN's e a BNCC, que, embora preconizem uma formação integral, acabam reforçando uma educação tecnicista, limitadora e excludente.

No segundo capítulo, *O Discurso de Ódio no Cenário Político: Violência Simbólica e suas Implicações*, investigamos como os discursos de ódio proferidos por figuras públicas no cenário político brasileiro contribuem para a legitimação da violência simbólica e física contra as mulheres. A partir das análises de Judith Butler e Michel Foucault, o capítulo explora como os atos ilocucionários e perlocucionários presentes nos discursos de políticos, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, produzem efeitos devastadores na sociedade, reforçando estereótipos misóginos e incitando a violência de gênero. O capítulo também abordou a relação entre

discurso e poder, destacando como o espetáculo midiático contribui para a disseminação e normalização de discursos violentos.

Na sequência, o terceiro capítulo, *As Mulheres como Alvo: Ataques Públicos e Privados*, o foco recai sobre as formas de manipulação e violência psicológica que afetam as mulheres, tanto em espaços públicos quanto privados. O conceito de "Gaslighting" é central neste capítulo, mostrando como a manipulação emocional e a distorção da realidade são utilizadas para desestabilizar e controlar as mulheres, levando-as a duvidar de sua própria sanidade e capacidade. O capítulo traz à tona relatos de violência doméstica e abuso psicológico, incluindo casos de figuras públicas, e discute a perpetuação desses abusos dentro da estrutura patriarcal da sociedade brasileira.

Assim, a abordagem do tema *Desigualdade salarial entre homens e mulheres* realizada na escola-campo demonstrou que a pesquisa-ação, pensada e elaborada com intuito de levantamento de dados para a pesquisa que são as redações dos alunos, “atravessou” todos os participantes durante o período da oficina, visto que a subjetividade dos alunos, suas histórias, suas memórias foram emergindo à medida que o tema mobilizava sentimentos e emoções que cada um traz dentro de si, os quais se reverberaram na produção escrita desses participantes da oficina.

Durante o tratamento do *corpus* de pesquisa, no quarto capítulo, analisamos o quanto discursos opressores que trazem carga de violência simbólica de gênero podem incidir na escrita dos estudantes e percebemos que, além de incidir na produção textual, é possível promover a reflexão acerca das desigualdades entre homens e mulheres de uma forma geral: no trabalho, em casa, na escola, nas igrejas. Isso porque, em cada ambiente e instituição, a mulher ocupa um papel específico designado a partir das atribuições que lhes são dadas desde a antiguidade direcionadas pelos escritos bíblicos que a apresentam como o ser secular - em segundo plano-, logo, com segunda importância na estrutura social.

Fazer com que os alunos e as alunas percebam esse contexto de patriarcado, machismo e misoginia presentes em suas casas, nos meios em que convivem e, principalmente, compreenderem que essa subjugação é reforçada por discursos que circulam em cenários importantes para a sociedade, como o cenário político, torna-nos satisfeitos com o projeto inicial, pois, a violência simbólica é tão presente na vida das mulheres que elas já nem sabem o que é viver sem ela, não sabem o que seria um relacionamento saudável em que devem ser respeitadas e cuidadas, ao invés de apenas cuidar.

Portanto, a intervenção realizada na escola demonstrou que o trabalho do professor de língua portuguesa vai muito além do que ensinar gramática ou corrigir os textos dos alunos. Por meio da linguagem, podemos modificar realidades e mobilizar a estrutura social para um mundo melhor. Por meio da linguagem podemos ainda dizer o que nos incomoda e o que nos constitui. Por meio da linguagem podemos enfim perceber as relações de poder e resistência que são construídas no corpo social. E é, acima de tudo, por meio da linguagem que nos percebemos enquanto sujeitos na sociedade e pertencentes a uma determinada ideologia.

Dessa forma, as práticas discursivas, associadas às práticas de escrita de si realizadas pelos alunos das terceiras séries do ensino médio da escola-campo e participantes da Oficina de redação, foram desenvolvidas e demonstraram que o falar pressupõe um fazer em contextos políticos e domésticos, tendo em vista que as mulheres são comumente subjugadas em sua capacidade física e intelectual. O projeto, desenvolvido em sala de aula, promoveu a discussão não só acerca da desigualdade salarial, mas em todos os espaços que as mulheres ocupam.

Promovemos essa discussão nas turmas de terceira série do ensino médio, por meio de textos selecionados que envolviam situações do cotidiano e que demonstravam as desigualdades vividas pelas mulheres em relação aos homens. E, com o objetivo de mencionar situações ocorridas em cenário político, inserimos enunciados proferidos pelo ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro (2003/2014 - 2017 – 2018) enquanto era deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, e que apresentavam em sua constituição depreciação contra mulheres, o que configura em misoginia. Selecionamos, então, enunciados que, após a divulgação em rede nacional, acabaram tornando-se um acontecimento no país, isso porque foram legitimados por cidadãos brasileiros de todas as partes do país, e, logo, foram redistribuídos às mulheres brasileiras.

Michel Foucault (2010, p. 9-10) afirma que “em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos cuja função é afastar poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e evitar sua pesada e temível materialidade”, entretanto, é possível compreender que a produção dos discursos seja sim controlada e selecionada, porém, ela é redistribuída conforme necessidade da manutenção do poder hegemônico, ou seja, a manutenção da dominação masculina e da subjugação da força e do poder feminino. Comprovamos isso por meio das análises realizadas nas redações, tendo em vista que ora os estudantes criticam a forma como os homens são criados – para trabalhar fora e ser o provedor, ser macho, não demonstrar

emoções -, ora legitimam tais enunciados que depreciam a mulher – que precisa ser feminina e cuidar do seu lar -.

Logo, enquanto professora de linguagens, e futura professora formadora de outros professores, pretendo continuar com a pesquisa e ação em ambientes escolares para atingir a parcela da população que precisa (re)construir seu modo de ver, de falar e de agir em prol de uma sociedade igualitária e justa para todos, especialmente, para as mulheres. A música apresentada na epígrafe *Maria, Maria*, de Fernando Brant, interpretada por Milton Nascimento, não é figurativa nessa tese e tem lugar de acontecimento, fala do lugar da mulher solo, com 3 filhos para criar o dos esforços dela para que os filhos frequentem a escola, ou seja, é sujeito histórico, uma representação da mulher do Brasil que sustenta suas famílias em lutas diárias e, por isso, precisam ser respeitadas.

Por fim, vale destacar que, visando à projeção de continuidade deste projeto de prática de escrita, pretendemos, em uma futura pesquisa de pós-doutorado, elaborar uma proposta com modelo de aplicação aos professores ou de material instrucional que contribua com a práxis pedagógica e educacional, considerando a subjetividade dos alunos no processo de escrita, mesmo quando o processo for baseado na didatização textual a partir de modelos “engessados” de texto, com vistas a uma prática antimachista e antimisógina no contexto escolar.

A partir daqui, pretendo, em uma outra fase de pesquisa ação, aliar os conhecimentos adquiridos com os estudos para a tese de doutorado, vislumbrar novas oportunidades de elevar as práticas docentes na educação básica para uma prática que objetive uma sociedade mais justa e igualitária em que “ao invés de protegermos nossas filhas, eduquemos nossos filhos” para a vida, para o respeito e para o convívio social saudável e seguro para as mulheres.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **A exceção e o excesso**. Nilcéia Vadati (Trad.). 5ª ed. Revista Outra Travessia. 2005.

_____. **O que é um dispositivo?** Universidade Federal de Santa Catarina. 2005. 49 p.

Agostinho, L. D. (2021). **Diagrama ou dispositivo? Foucault entre Deleuze e Agamben**. *Cadernos De Ética E Filosofia Política*, 1(30), 6-19. <https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v1i30p6-19>

Anuário Brasileiro de Segurança Pública / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006)- . – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p. Dados disponíveis em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf> <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/ministra-atribui-violencia-contra-mulher-aumento-do-odio-no-brasil.shtml>, publicado em 20 de julho de 2023 na página da Folha de S. Paulo por Mariana Holanda e Matheus Teixeira.

AZEVEDO, Cristina. Agência Fiocruz de Notícias. FIOCRUZ, 2023. <https://portal.fiocruz.br/noticia/homicidios-de-mulheres-no-brasil-aumentam-3146-em-quase-quatro-decadas> publicado em 20/03/2023, acesso em 10 de agosto de 2024.

AZZARITI, Mônica. Silêncio. **Silenciamento e Tortura**: Violência e Sentidos. Percursos Linguísticos. v 5. n. 11. UERJ. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/10359/8178> acesso em 22 de novembro de 2022 às 22h 36.

ARRAES, Jarid. **Adesivos misóginos são a nova moda contra Dilma**. Vermelho: A esquerda bem-informada. Revista Fórum. 2015. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2015/07/01/adesivos-misoginos-sao-a-nova-moda-contra-dilma/> Publicado em: 01/07/2015 12:16, acesso em 24/01/2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Ensino Médio**. MEC/SEF. Brasília, 2000, 241 p.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Difel. 1989. 159 p.

BURIGO, Joanna. **Em meio à crise, o patriarcado contra-ataca**. Carta Capital. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/em-meio-a-crise-o-patriarcado-contra-ataca/> acesso em 19/01/2025, às 10h 12.

BUTLER, Judith. **Uma política do performativo**. Unesp. 1ª edição. São Paulo, 2021. 284 páginas ISBN-13: 978-6557110577.

CBN GOIÂNIA. **Mais da metade dos lares de Goiânia têm mulheres como chefe de família**. Publicado em 25 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/cbn-goi%C3%A2nia-1.213644/mais->

da-metade-dos-lares-de-goi%C3%A2nia-tem-mulheres-como-chefes-de-fam%C3%ADlias-1.2497257 acesso em 25 de nov. de 2022, às 19h 11.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. tradução de Francisco Morás. Vozes. Rio de Janeiro, 2013. 174 p.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Terraviva. Geocites - Projeto Periferia. 2003. 169 p.

Dicionário Priberam. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/habilidade_pesquisa_realizada_em_23/07/2024, às 10h 40.

DOLZ, Joaquim. NOVERRAZ, Michèle. SCHNEUWLY, Bernard. **Sequências Didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento**. 2008.

DYNIWICZ, Luciana. **Diferença salarial entre homens e mulheres**. UOL Economia. Dados disponíveis em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/08/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-vai-a-22-aponta-ibge.htm>

DUARTE, Catarina. **Ponte Jornalismo**. 2024. Disponível em <https://ponte.org/81-das-vitimas-de-feminicidio-nunca-haviam-registrado-denuncia-contra-seus-agressores/> , acesso em 10/09/22.

FERNANDES, Cleudemar. **Fazer sangrar... Violência “Metafórica” em tramas discursivas**. In: A violência na contemporaneidade: do simbólico ao letal. Intermeios. São Paulo, 2017, p. 15-25.

FIGUEIRA-BORGES, Guilherme. **Discurso, Intervenção e livro didático no Ensino Aprendizagem de Língua Portuguesa**. REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê PIBID UEG (2020 – 2021): desafios e experiências na educação básica em tempos de pandemia. ISSN 1984-6576. E-202228. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/12804&sa=D&source=docs&ust=1737728573317375&usg=AOvVaw2AK3S_CpEGrGg1gUagZT_Y , acesso em 24/01/2025.

FIOCRUZ. PORTAL FIOCRUZ. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-no-contexto-da-covid-19> acesso em 24 de janeiro de 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 20º ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Vozes. Petrópolis, 1987, 288p.

_____. **Microfísica do Poder**. 6ªed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Paz e Terra. Rio de Janeiro/São Paulo, 2017. 431 p.

_____. **Definir o Discurso**. In: A Arqueologia do Saber. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.97.

_____. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20ª ed. Edições Loyola. 2010. 79 p.

_____. **O sujeito e o poder**. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. Michel Foucault. Uma trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da Hermenêutica. 2. ed. Revista Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos / Paulo Freire. – São Paulo: Editora UNESP, 2000, 63p.

GALIAZZI, M. C. **Educar pela pesquisa**: ambiente de formação de professores de ciências. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

GREGO, Maurício. **Piada de Bolsonaro sobre sua filha gera revolta nas redes sociais**. Revista Exame. Publicado em 06 de abril de 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha>, acesso em 18 de novembro de 2022 às 18h 13.

INEP. **Cartilha do Participante Enem 2020**. Disponível em www.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_cartilha_do_participante.pdf acesso em 04 de julho de 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2021.

JABLONKA, Ivan. **A infância ou a viagem rumo à virilidade**. In: História da Virilidade. Vol. 2. org: Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. trad. João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Editora Vozes. 2013.

KOCH, Ingedore Villaça. **Escrever e argumentar**. Contexto. São Paulo, 2016. 240 p.
KRIEG-PLANQUE, Alice. A noção de “Fórmula” em Análise do Discurso. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírío Possenti. Parábola Editorial. São Paulo, 2010, 137p.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Editora Planta. Londrina 2004, 324p.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Editora Elefante. Primeira edição. São Paulo, 2021. 348p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 4ª ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 2001.

MACEDO, Jorge. **Adesivos com ofensas contra a presidente Dilma serão investigados. Política**. CORREIO BRASILIENSE. Publicado em 03 de março de 2015. Acesso em 18 de novembro de 2022, às 17h 38.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MORAES, Paula Louredo. **Determinação do sexo em bebês.** *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/biologia/determinacao-sexo-bebes.htm>. Acesso em 24 de janeiro de 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Editora da UNICAMP, 2007.

Portal CEPMG. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/historico/> pesquisa realizada em 23/07/2024. Informação do Portal de notícias G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/05/23/governo-oficializa-implantacao-de-10-novos-colegios-militares.ghtml> pesquisa realizada em 23/07/2024.

PRIBERAM. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Habilidade. 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/habilidade> acesso em 30 de junho de 2022.

PROPOSTA DE REDAÇÃO. G1 Educação. Reprodução da Proposta de Redação do Enem 2024. Publicado em 03/11/2024, 14h01. Disponível em: [//g1.globo.com/educacao/enem/2024/noticia/2024/11/03/tema-da-redacao-do-enem-2024-e-desafios-para-a-valorizacao-da-heranca-africana-no-brasil.ghtml](https://g1.globo.com/educacao/enem/2024/noticia/2024/11/03/tema-da-redacao-do-enem-2024-e-desafios-para-a-valorizacao-da-heranca-africana-no-brasil.ghtml)

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault.** 1ª ed. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2011. 202 p.

REVISTA CRESCER. **Menino ou menina? Ciência descobre detalhe surpreendente sobre como é definido o sexo do bebê.** Globo.com. Publicado em 14 de abril de 2021. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Curiosidades/noticia/2018/12/menino-ou-menina-ciencia-descobre-detalhe-surpreendente-sobre-como-e-definido-o-sexo-do-bebe%20html> acesso em 25 de nov. de 2022 às 19h 22.

SANTOS, Leonor Werneck. Riche, Rosa Cuba. Teixeira, Claudia Souza. **Análise e produção de textos.** 1. ed. 1ª reimpressão. Contexto. São Paulo, 2013. 190 p.

SANTOS, Sueli Paiva dos. **Ressonâncias do discurso do Presidente Michel Temer proferido em 2017 em homenagem ao Dia da Mulher:** Misoginia e Feminismo em contradições. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Goiás (UEG). 2020. Disponível em: <https://www.bdt.d.ueg.br/handle/tede/784>

SEARLE, John R. *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language.* Cambridge; Cambridge University Press, 1969.

SELIGMAN, M. **Florescer:** Uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

TABELA DE RECURSOS COESIVOS. Scribd. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/72032071/Quadro-de-Elementos-Coesivos-Sequenciais> acesso em 06 de dez. 2022 às 17h54.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Governamentalidade e Educação.** *Revista Colombiana de Educación*, N.º 65. Segundo semestre de 2013, Bogotá, Colombia.

Violência e perspectiva relacional de gênero [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina; organização, Kathie Njaine... [et al]. — Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 45 p.

APÊNDICES

Apêndice I: Quadro de recursos coesivos

RELAÇÃO DE SENTIDO	ELEMENTOS DE LIGAÇÃO DE IDEIAS
Prioridade, relevância	Em primeiro lugar, acima de tudo precipuamente, principalmente, primordialmente, sobretudo.
Tempo (Frequência, duração, ordem, sucessão, anterioridade, posteridade)	Então, enfim, logo, logo depois, imediatamente, logo após, a princípio, pouco antes, pouco depois, anteriormente, posteriormente, em seguida, afinal, por fim, finalmente, agora, atualmente, hoje, frequentemente, constantemente, às vezes, eventualmente, por vezes, ocasionalmente, sempre, raramente, não raro, ao mesmo tempo, simultaneamente, nesse ínterim, nesse meio tempo, enquanto, quando, antes que, depois que, logo que, sempre que, desde que, todas as vezes que, cada vez que, apenas.
Semelhança, comparação, conformidade	Igualmente, da mesma forma, assim também, do mesmo modo, similarmente, semelhantemente, analogamente, por analogia, de maneira idêntica, de conformidade com, de acordo com, segundo, conforme, sob o mesmo ponto de vista, tal qual, tanto quanto, como, assim como, bem como, corno se.
Condição, hipótese	Se, caso, eventualmente, desde que, contanto que, a não ser que, salvo se, como, conforme, segundo, de acordo com, em conformidade com consoante, para, em consonância.
Alternância	Ou, ora...ora, já...já, seja...seja, quer.
Explicação	Pois, porque, por, porquanto, uma vez que, visto que, já que, em virtude de.
Fazer concessão	Apesar de, embora, ainda que, se bem que, por mais que, por menos que, por melhor que, por muito que, mesmo que.
Propósito, intenção, Finalidade	Com o fim de, a fim de, com o propósito de

Lugar, proximidade, distância	Perto de, próximo a ou de, junto a ou de, dentro fora, mais adiante, além, acolá, lá, ali, algumas preposições e os pronomes demonstrativos.
Resumo, recapitulação, conclusão	Em suma, em síntese, enfim, em resumo, portanto, assim, dessa forma, dessa maneira, por isso, assim sendo, por conseguinte, consequentemente então, deste modo, desta maneira, em vista disso, diante disso.
Causa, consequência e explicação	Assim, de fato, com efeito, que, já que, uma vez que, visto que, por conseguinte, logo, pois (posposto ao verbo), então consequentemente, em vista disso, diante disso, em vista do que, de (tal) sorte que, de (tal) modo que de, (tal) maneira que..., por consequência, como resultado, tão...que, tanto...que, tamanha(o)...que, tal ... que..., decorrente de, em decorrência de, consequentemente, com isso, que, porque, pois, como, por causa de, já que, uma vez que, porquanto; na medida em que, visto que.
Contraste, oposição, restrição, ressalva	Pelo contrário em contraste com, salvo, exceto, menos, mas, contudo, todavia, entretanto, embora, apesar, ainda que, mesmo que, posto que, conquanto que, se bem que, por mais que, por menos que, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto, não obstante, senão, opor-se, contrariar, negar, impedir, surgir em oposição, surgir em contraposição apresentar em oposição, ser contrário.
Afirmação	Consistir, constituir, significar, denotar, mostrar, traduzir-se por, expressar, representar, evidenciar.
Causalidade	Causar, motivar, originar, ocasionar, gerar, propiciar, resultar, provocar, produzir, contribuir, determinar, criar.
Finalidade	Visar, ter em vista, objetivar, ter por objetivo, pretender, tencionar, cogitar, tratar, servir para, prestar-se para.

**Palavras de
transição**

Palavras responsáveis pela coesão do texto por estabelecem a inter-relação entre os enunciados (orações, frases, parágrafos), são preposições, conjunções alguns advérbios e locuções adverbiais. Inicialmente (começo introdução) desde já (começo introdução) a princípio, a priori (começo), em primeiro lugar (começo)além disso (continuação), do mesmo modo (continuação), acresce que (continuação), ainda por cima (continuação), bem como (continuação), outrossim (continuação), enfim (conclusão), dessa forma (conclusão), em suma (conclusão), nesse sentido (conclusão), portanto (conclusão), afinal (conclusão),logo após (tempo), ocasionalmente (tempo), posteriormente (tempo)atualmente (tempo), enquanto isso (tempo), imediatamente (tempo), não raro (tempo), concomitantemente (tempo), igualmente (semelhança, conformidade), segundo (semelhança, conformidade), conforme (semelhança conformidade) assim também (semelhança, conformidade), de acordo com (semelhança, conformidade), daí (causa e consequência), por isso (causa e consequência), de fato (causa e consequência), em virtude de (causa e consequência), assim (causa é consequência) naturalmente (causa e consequência), então (exemplificação esclarecimento), por exemplo (exemplificação, esclarecimento) isto é (exemplificação esclarecimento), a saber (exemplificação, esclarecimento), em outras palavras (exemplificação esclarecimento), ou seja (exemplificação esclarecimento) quer dizer (exemplificação esclarecimento), rigorosamente falando (exemplificação, esclarecimento).

Apêndice II: TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS E LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Seu filho (a) _____

está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “DISCURSOS QUE LEGITIMAM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CONTEXTOS POLÍTICOS: PRÁTICAS DISCURSIVAS DE ANÁLISE, ENFRENTAMENTO E INTERVENÇÃO”. Meu nome é Sueli Paiva dos Santos, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Catalão, UFCAT. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar que seu filho (a) faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação seu filho (a) não será penalizado(a) de forma alguma. **Mas se aceitar que seu filho (a) participe, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável antes da assinatura do documento, e caso haja dúvidas posteriores, entrar em contato via e-mail paivasueli79@gmail.com e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62) 98524-5918 para que suas dúvidas sejam esclarecidas de pronto.** Ao persistirem as dúvidas sobre os direitos de seu filho (a) como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Catalão, ou seja, CEP/UFCAT, pelo telefone (64)3441-7609 e pelo e-mail: secretaria.cep.ufcat@gmail.com.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil, Resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS – nº 466 de 2012 e a de nº 510 de 2016 e Comunicado – 26/02/2021 SEI/MS-0019229966, é necessário que consideremos o período pandêmico de Coronavírus - Covid-19 e suas variantes, haja vista o cuidado com a saúde dos pesquisados e do pesquisador.

Deste modo, antes que haja a informação do teor da pesquisa é fundamental que seja explicitado que:

- A sequência didática e coleta de dados ocorrerá em ambiente escolar durante as aulas de redação nas turmas de 3º ano A e B.
- Durante a análise dos textos e fragmentos os alunos terão sua identidade preservada através de códigos como EFR1 (Estudante Feminino Redação 1) e EMR2 (Estudante Masculino Redação 2)
- O aluno (a) terá acesso às aulas da Oficina de Técnicas de Redação para o Enem, após a leitura deste termo e seu consentimento e
- É importante que você, responsável pelo participante desta pesquisa, guarde em seus arquivos uma cópia deste documento.

O projeto *Discursos que legitimam a violência contra a Mulher em contextos políticos: Práticas Discursivas de Análise, Enfrentamento e Intervenção* tem como objetivo conhecer, através da linguagem escrita, as práticas discursivas de violência contra as mulheres a partir de enunciados polêmicos machistas que se ligam à constituição do sujeito-aluno em sala de aula, no caso. Quero saber como estes enunciados afetam os seus saberes e suas práticas como cidadãos.

De modo que eu possa executar o projeto, preciso de seu apoio para que seu filho (a) possa participar da Oficina Técnicas de Redação para o Enem e redija as duas redações (diagnóstica e final). Os dois textos serão digitalizados, corrigidos conforme os critérios de correção do Enem e devolvidos aos estudantes. **O projeto é direcionado aos estudantes da 3ª série do Ensino Médio, haja vista a necessidade de preparação especial para o processo seletivo do ENEM, logo, os estudantes da 1ª e da 2ª série do Ensino Médio não terão acesso ao conteúdo das aulas.**

O aluno (a) deverá se sentir à vontade para participar desta pesquisa, pois, é importante que fique bem evidente o interesse em armazenar os dados da pesquisa, em arquivo físico ou digital, em banco de dados pessoal, por um período de 5 anos após o término da pesquisa. Deste modo, o responsável pelo participante da pesquisa autorizará previamente o armazenamento e uso dos dados para submissão de uma futura aprovação do CEP. Uma destas justificativas é a necessidade de manter material para estudos futuros com base na Educação Básica. **Os resultados serão tornados públicos, sejam favoráveis ou não. A instituição educacional receberá uma cópia da pesquisa, em material físico, e uma cópia em "pdf", além do link do repositório, local de armazenamento da tese, para que professores, alunos e demais profissionais da educação da escola tenham acesso à pesquisa finalizada e publicada. Se possível, haverá estratégias de divulgação na instituição.** Os alunos não terão a obrigação de produzir as redações ou responder ao questionário de impressões. No entanto, a participação me auxiliará no planejamento de ações futuras, assim que finalizar a tese em curso, já que nesta formação doutoral, me comprometo a divulgar o meu estudo na rede acadêmica e de ensino. Isso auxiliará na organização de possíveis reflexões dos profissionais da educação com o intuito de preparar melhor os jovens para a cidadania, o respeito e a diversidade.

Os seus dados ficarão sobre a minha guarda, como pesquisadora responsável pelas redações de seus filhos (as). Um ponto primordial é que a pesquisa beneficia academicamente o fortalecimento de professores como pesquisadores de suas próprias práticas. Essa pesquisa conterà a participação de seu filho (a), caso você queira e assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Esta pesquisa garante aos estudantes o atendimento imediato, integral e gratuito pelos danos potenciais que por ventura possam ocorrer durante a pesquisa, previstos ou não custeados, integralmente, pela pesquisadora durante o período das aulas da oficina, além do benefício de conhecer técnicas de redação alinhadas ao ENEM, de conteúdo temático atual. Além disso, se for necessário, haverá o atendimento para tirar dúvidas via WhatsApp no número (62) 98524-5918, diretamente com a pesquisadora, durante o período do curso. É importante que fique bem claro, que os deslocamentos com transporte para a pesquisa e os materiais são de meu próprio gasto, como pesquisadora, com o consentimento também da instituição pública de ensino Lyceu de Goyaz, para aplicação do projeto da Oficina de Redação que compõem o instrumento de coleta de dados. Combinaremos os horários das aulas com a professora regente, através de aplicativos dos nossos aparelhos de comunicação individual, e ficarei à sua disposição, sem que haja nenhum ônus aos alunos e/ou os pais ou responsáveis. **Além disso, todas as despesas decorrentes da participação na pesquisa serão ressarcidas pela pesquisadora, inclusive o material utilizado pelos alunos durante o curso que será entregue no primeiro dia de aula da oficina em um kit contendo: caderno de capa dura, caneta preta e lápis com borracha, bem como as despesas do lanche na confraternização final da oficina.**

Justificamos a pesquisa devido à importância da relação entre o discurso e a ação, pois os enunciados acionados nos discursos políticos que envolvem violência contra a mulher podem legitimar outros casos de violência seja ela verbal ou física.

O aluno tem a liberdade de recusar a escrever a redação ou responder o questionário de impressões ou retirar o seu consentimento, caso lhe cause desconforto emocional ou constrangimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, já que os resultados serão tornados públicos, sejam favoráveis ou não.

Dessa forma, com base no Documento Riscos com pesquisa envolvendo seres humanos disponível em: <https://cep.ufv.br/wpcontent/uploads/2021/02/Tabela-de-riscos.pdf> (com adaptações), podemos considerar dentro dos níveis de riscos mínimos que os alunos poderão estar sujeitos a: a) Cansaço, desconforto, aborrecimento, constrangimento, alteração do comportamento constrangimento durante o processo de elaboração da redação; b) alterações na autoestima e acionamento de memórias traumáticas provocadas pela evocação de memórias relacionadas ao tema abordados na redação; c) stress, quebra de sigilo e anonimato (a despeito de todos os cuidados tomados pela pesquisadora para manter o mesmo). O aluno será prontamente ouvido e atendido caso seja acometido por algum desses sentimentos/riscos com atendimento especializado com profissional da área da psicologia custeado pela pesquisadora, caso necessário. Entretanto, caso o estudante decida a qualquer momento da elaboração da pesquisa que não permite mais que seu texto seja utilizado ele poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável através do e-mail paivasueli79@gmail.com ou pelo telefone (62) 98524-5918 e solicitar a retirada do seu texto do trabalho.

Além disso, caso haja descumprimentos de minha parte, há o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Outro ponto fundamental é que haverá a garantia de sigilo de sua privacidade. Todavia, se houver de sua parte, o interesse em incluir o nome de seu filho (a) na tese, a partir das análises de dados, sinta-se à vontade. Assine dentro do parêntese, na opção que desejar:

() Permito a identificação do meu filho (a) através de uso de seu nome nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a identificação do meu filho (a) através de uso de seu nome nos resultados publicados da pesquisa.

As redações digitalizadas comporão o que chamamos de *corpus* de análise para a pesquisa. Portanto, preciso da concessão de uso, principalmente da escrita dos alunos. É importante que coloque a sua assinatura dentro do parêntese que lhe convier, de modo a permitir detalhes desta pesquisa. A sua assinatura assegura direitos ao estudante em relação ao uso dos dados:

() Permito a divulgação/publicação do conteúdo das redações realizadas no Projeto Oficina de Redação para o Enem.

() Não permito a divulgação/publicação do conteúdo das redações realizadas no Projeto Oficina de Redação para o Enem.

Tenho o interesse em armazenar os dados da pesquisa, em arquivo físico ou digital, em banco de dados pessoal, por um período de 5 anos após o término da pesquisa. Deste modo, preciso de sua autorização prévia para submeter, novamente, para uma futura aprovação do CEP. Uma destas justificativas é a necessidade de manter material para estudos futuros com base na Educação Básica, principalmente para questionar acerca dos pressupostos teóricos que envolvem a Educação Brasileira. Os resultados serão tomados públicos, sejam favoráveis ou não, havendo, se possível, estratégias para divulgação. Preciso, neste caso, que assine no parêntese a sua autorização, para a guarda do material coletado, para uso em minhas pesquisas futuras:

() Declaro ciência de que os textos coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras e, portanto, autorizo a guarda do material em banco de dados pessoal de Sueli Paiva dos Santos, por 5 anos após o término da pesquisa;

() Declaro ciência de que os textos coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras, mas não autorizo a guarda do material em banco de dados pessoal de Sueli Paiva dos Santos, por 5 anos após o término da pesquisa;

Goiás, de de

Agora preciso que você assine na linha abaixo autorizando a participação de seu filho (a) na Oficina Técnicas de Redação para o Enem e consentindo a análise dos textos produzidos por ele (ela) na presente pesquisa.

Assinatura dos pais/responsáveis

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

Apêndice III: TALE



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Olá, meu nome é **Sueli Paiva dos Santos** e gostaria de te convidar a ser voluntário (a) de uma pesquisa que estou fazendo, que tem como título “DISCURSOS QUE LEGITIMAM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CONTEXTOS POLÍTICOS: PRÁTICAS DISCURSIVAS DE ANÁLISE, ENFRENTAMENTO E INTERVENÇÃO”. Nesta pesquisa o objetivo é conhecer, através da linguagem escrita, as práticas discursivas de violência contra as mulheres a partir de enunciados polêmicos machistas que se ligam à constituição do sujeito aluno em sala de aula, no caso. Quero saber como estes enunciados afetam os seus saberes e suas práticas como cidadãos. O projeto é direcionado aos estudantes da 3ª série do ensino médio apenas devido à necessidade de preparação especial para o processo seletivo do ENEM, logo, os estudantes da 1ª ou da 2ª série não terão acesso ao conteúdo das aulas. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é ***o crescente aumento de violência doméstica e feminicídios no Brasil***. Para essa pesquisa adotaremos o(a) seguinte (s) procedimento (s) ***A aplicação da oficina de técnicas de redação para alunos concluintes do ensino médio com a produção de duas redações (diagnóstica e final) que será avaliada conforme os critérios de correção do Enem e as cópias digitalizadas tornar-se-ão corpus de análise para a pesquisa***. Para participar dessa pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um outro documento complementar a este que é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Sendo assim, preciso dizer que você poderá estar sujeito a: a) Cansaço, desconforto, aborrecimento, constrangimento, alteração do comportamento constrangimento durante o processo de elaboração da redação; b) alterações na autoestima e acionamento de memórias traumáticas provocadas pela evocação de memórias relacionadas ao tema abordados na redação; c) stress, quebra de sigilo e anonimato (a despeito de todos os cuidados tomados pela pesquisadora para manter o mesmo). Entretanto, será prontamente ouvido e atendido caso seja acometido por algum desses sentimentos/riscos com atendimento especializado com profissional da área da psicologia custeado pela pesquisadora, caso necessário durante o período da oficina. Além disso, é garantido ao responsável por você, e a você, caso deseje, em retirar o consentimento deles e o seu assentimento e interromper sua participação a qualquer momento da pesquisa. Você não terá nenhum custo em participar da pesquisa, mas também não receberá qualquer ganho financeiro em troca. Tenho algo importante a dizer a você, tal como o seu direito a solicitar indenização para reparação de danos provenientes de sua participação nesta pesquisa, e ainda ressarcimento pelos gastos na sua participação tais como ***investimento em materiais escolares como caderno, caneta, lápis com borracha e xerocópias dos materiais de estudo***. A sua privacidade será respeitada, a sua identidade será preservada e trataremos com sigilo e confidencialidade, as suas informações durante todas as fases da pesquisa. Se você quiser participar da pesquisa, mas tiver qualquer dúvida, pode me ligar no telefone **(62) 98524-5918**. Aceitando em participar da pesquisa você estará ***contribuindo para com pesquisas no âmbito discursivo que visam compreender a relação entre o dizer e o fazer violência***. Ao participar da pesquisa, você ***ajudará a realizar a coleta de dados para minha pesquisa de doutorado***. Se tiver dúvidas sobre seus direitos pode ligar também no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Catalão, no telefone (64)3441-7609. Os

resultados estarão a sua disposição assim que for finalizada a pesquisa. Os dados e instrumentos que indiquem sua participação utilizados na pesquisa ficarão guardados comigo durante cinco anos, e após esse tempo serão destruídos. Esse documento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma ficará comigo e a outra com você. Assinale se você entendeu tudo o que vai acontecer durante a pesquisa, as coisas boas e as ruins que podem acontecer se você participar.

Sim ()

Não ()

Eu entendi que posso desistir de participar da pesquisa em qualquer momento e não vou sofrer qualquer castigo por isso.

Sim ()

Não ()

Eu autorizo a publicação das informações que eu fornecer de modo exclusivo a esta pesquisa.

SIM ()

Não ()

Fui informado (a) dos objetivos da pesquisa, de modo claro e detalhado e pude esclarecer minhas dúvidas.

Goiás, de de

Agora preciso que você assine seu nome na linha abaixo e faça um “X” na sua escolha de participação.

Assinatura: _____

Concordo ()

Não concordo ()

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável ou membro da equipe

ANEXOS

ANEXO I – REDAÇÕES

AEM12RINT2

01 Não é de hoje que homens e mulheres são tratados
02 diferentes durante toda a vida. Desde cedo pois vemos
03 as crianças que meninas brincam com bonecas, e as
04 meninos, com bonecos. Isso já acontece a muito tempo, que
05 o homem via crescer para ter propriedades e a mulher
06 para ser mãe e cuidar de casa. Quando homem criou
07 aprendi quanto mais mulheres eles tiveram, melhor sua
08 vida pelo outro, já mulher aprendi que dele se
09 preservar ao máximo e não nunca ser vulgar.
10 As mulheres ganham menos do que homens, também
11 estão menos numas em posição de chefe. No século
12 os vários direitos foram conquistados, mulheres são
13 consideradas mais fracas, menos ágil, menos racional.
14 Desigualdade de gênero é um problema antigo, po
15 iem atual. Durante muito tempo, a mulher foi exclu
16 ida da participação efetiva nos espaços públicos.
17 É importante para acabar com as desigualdades
18 entre homens e mulheres que governo em parceria
19 ministério da educação crie com pontos de cons
20 ciência acerca da necessidade da igualdade entre
21 gêneros. E ser trabalhadas nas escolas de educação
22 infantil ao ensino médio. Com isso, mulheres
23 terão seus direitos garantidos e respeitados pela
24 população masculina.
25

01	Desigualdade
02	
03	A desigualdade entre homens e mulheres no Brasil
04	já acontece há anos. O movimento feminista tenta
05	há anos combater a desigualdade entre homens e mulheres
06	economicamente, há muito tempo, as mulheres não tinham
07	direito de votar ou de trabalhar. Hoje, as mulheres
08	recebem menos exercendo o mesmo cargo no mesmo
09	emprego, trabalhando no mesmo turno. Em alguns
10	lugares do Brasil, mulheres recebem menos salário
11	apenas por engravidar. A importância no tratamento
12	contra a desigualdade é colocando salários de forma
13	justa para ambos, não apenas com salários, mas também
14	na forma em que as mulheres mulheres são tratadas tratadas
15	em ambiente de trabalho, no Brasil já registraram casos
16	de assédio não somente no próprio emprego,
17	como nas ruas ou até em casa. Algumas das
18	destas desigualdades já foram resolvidas, porém, ainda
19	existe o preconceito.
20	O respeito deve vir de casa, se os pais não
21	terem a educação educação dentro de casa,
22	não será possível ter uma sociedade na qual respeito
23	ao próximo independentemente do gênero.
24	As mulheres precisam ter os direitos que merecem,
25	ter a liberdade de escolher o que querem fazer,
26	ser e falar.
27	

01	nos últimos anos, a desigualdade de gênero tem se tornado um
02	assunto crescente. Além de ser um debate humano básico, a igual
03	dade entre os sexes foi considerada um dos pilares para o cons
04	trução de uma sociedade livre. Até que dia não existia
05	igualdade entre homens e mulheres, mas é por conta de um mulher
06	que dois outros assuntos se tornam um campo mais livre.
07	Mulheres ganham menos, estão em menos números em posições
08	de chefia ou em cargos superiores, trabalham mais no ambiente
09	doméstico e exercem mais trabalhos remunerados. A desigualdade
10	de gênero também está refletida nos vários preconceitos por muitos
11	mulheres pelo mundo, de acordo com dados levantados pelo ONU
12	mulheres, um terço das mulheres não realização física ou mental
13	em suas vidas. A mulher é considerada mais fraca, menos ágil
14	e menos racional, isso acontece justamente por não serem mulheres
15	e acaba dando menos oportunidades para as mulheres.
16	Essa desigualdade pode ser reduzida dando mais liberdade e
17	oportunidade para as mulheres, porém também logo debates, campanhas
18	discussões, entre outras, são para fortalecer e incentivar as mulheres.
19	É importante salientar sobre um assunto pois, as mulheres vivem
20	e moram por tratados mulher e vivem mais bem compreendidas.
21	Seu que organizou mais fortemente para combater uma desigualdade.
22	
23	

01 Primeiramente a desigualdade de gênero no Brasil
 02 sempre foi bem complicada, desde muitos anos atrás
 03 as mulheres já tinham um tratamento diferente, pois
 04 a mulher sempre carregou um fardo muito grande
 05 pela sociedade. Por ser tratada com o estigma de
 06 ser frágil.
 07 Quem disse, uma das principais desigualdade
 08 que ocorre é no mercado de trabalho, pois as mu-
 09 lheres recebem menos que o salário dos homens.
 10 Apesar que mais mulheres tinham concluído o
 11 nível superior e diploma na faculdade, por um
 12 fardo, as mulheres não são obrigadas, por
 13 outro fardo, tem menos inserção no mercado
 14 de trabalho e na vida pública.
 15 Portanto a pior desigualdade que existe é a
 16 violência contra as mulheres, desde o Brasil
 17 colonial sacaram e muitas mulheres em vários
 18 segmentos da pirâmide social sofreram, e ainda
 19 sofrem com esse tipo de violência.
 20 Assim, para tentar combater toda essa desigual-
 21 dade uma das opções que poderia ajudar é, es-
 22 colher representantes que tenham planos para
 23 enfrentar a desigualdade de gênero.
 24

01 A Constituição Federal de 1988 no art. 5º, inciso I afirma
 02 que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", no
 03 entanto, esses direitos não estão sendo cumpridos efetivamente no
 04 Brasil. O que se nota é uma sociedade extremamente machista
 05 bem como uma falta de empatia com o gênero feminino logo
 06 a necessidade de ações conjuntas para resolver esse problema
 07 tico.

08 Em primeiro lugar, é importante destacar que a socie-
 09 dade brasileira é extremamente machista, por causa das es-
 10 truturas culturais antigas. De acordo com o filósofo Kant, "o
 11 homem é aquilo que a educação faz dele", ou seja, ele foi criado
 12 conforme foi criado. Sendo assim, os homens são vistos a cima
 13 das mulheres por causa da estrutura familiar antiga que era
 14 criada utilitária.

15 Além disso, a falta de empatia acaba gerando a violência
 16 contra as mulheres, que lutam pela equidade de gêneros.
 17 Sobre isso, o filósofo Roman Kuznetsov no seu livro "O poder da
 18 empatia", sustenta que, "as contradições de que pensamos, não
 19 somos eminentemente autoritários". Nesse modo para que
 20 não haja misoginia, a empatia se torna indispensável.

21 Portanto, o Brasil precisa de medidas que reduzam a
 22 desigualdade entre gêneros. Por isso, a sociedade precisa pro-
 23 mover melhorias, por meio da educação, a fim de que haja
 24 igualdade entre homens e mulheres. Dessa forma, será pos-
 25 sível a efetuação dos direitos citados na Constituição.

01 Na sociedade brasileira há um grande índice de desigual-
 02 dade de gênero. Com o intuito de diminuir essa desarmonia so-
 03 cial, foi criada o 5º art. da Constituição Federal de 1988 que declara
 04 que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações". En-
 05 tentando a igualdade que é garantida não está sendo executada,
 06 com isso a diferença salarial e até mesmo o feminicídio
 07 vem aumentando.
 08 De início vale ressaltar que a sociedade feminina está
 09 lutando para uma igualdade salarial há anos. Com base
 10 nisso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 11 (IBGE) a diferença salarial entre homens e mulheres vem
 12 em tendência de queda até 2020, porém em 2022 houve um au-
 13 mento. Apesar das lutas, não teve uma mudança conside-
 14 rável e as mulheres continuaram sendo desvalorizadas.
 15 Como consequência dessa concepção de valorização por parte
 16 da população masculina, ao decorrer dos anos houve um
 17 crescimento das casos de feminicídios. Exemplo disso foi o
 18 caso da Eliza Samudio, que em 2010 foi assassinada e os pro-
 19 curadores dizem que foi seu marido o golador Bruno. Diante disso é
 20 preocupante a forma em que as mulheres estão cada vez
 21 mais vulneráveis a toda tipo de violência.
 22 Portanto, em busca da equidade de gênero, é evidente a
 23 importância de leis mais valerosas por parte da poder(es)
 24 legislativa, a fim de que essa igualdade seja existente de
 25 fato, como é dito na Constituição. Por parte da sociedade
 26 é necessário a mudança nessa cultura machista, que comi-
 27 ça com a educação dentro de casa. Também mais empatia
 28 e respeito pelas mulheres por parte dos homens.
 29

01	A desigualdade de gênero é um problema con-
02	tingo, porém atual, o homem utiliza de sua for-
03	ça física para dominar as relações sociais, a mais
04	vis dos povos com base para o desenvolvimento
05	de "Sociedades patriarcais" em que o homem
06	detinha o poder de mundo e decisões sobre o
07	seu família
08	Ante o tempo, a mulher foi exclus-
09	da da participação efetiva nos espaços públicos, no
10	trabalho fora do âmbito doméstico e da pos-
11	sibilidade de desenvolvimento científico e intelectu-
12	al por meio da educação formal, além de
13	estarem submetidas ao poder de homens de sua
14	família, em geral seus pais e maridos. Isso
15	acarretou um problema que urge por so-
16	lução.
17	O relatório recomenda medidas urgentes para
18	melhorar a igualdade das condições de trabalho
19	e reformular os papéis de gênero, incluindo por
20	meio a igualdade de remuneração por tra-
21	balho de igual valor; abordar as causas pro-
22	fundas da segregação ocupacional e setorial;
23	reconhecer, reduzir e redistribuir as tarefas
24	da igualdade.
25	

01	
02	A desigualdade de gênero no Brasil surge ainda na
03	infância. Enquanto o filho homem é preparado para trabalh
04	ar fora e emendar a rede organizada, a mulher ainda é
05	vista como a principal responsável pelas tarefas domésticas
06	e por cuidar dos filhos.
07	Já em profissões entendidas como "masculinas" a
08	participação da mulher não só é menos valorizada, quase
09	sempre com remuneração mais baixa, como também discrimi
10	nada. Já passou da hora das famílias se darem conta
11	de que a criação com mais igualdade é mais positiva, tanto
12	para os meninos, como para as meninas. Por exemplo, as assun
13	ções domésticas, a criação deve ser uma série de habi
14	lidades importantes: trabalho cooperativo, organização
15	o que tem que melhorar? Para alcançar a igualda
16	de de gênero é preciso entender que mulheres não são mais
17	propensas a sofrerem violência sexual e doméstica dos
18	homens. Por isso é preciso criar leis que atendam o dom
19	da de vítimas de crimes como esses.
20	Sociedades que buscam a igualdade de gênero preci
21	sam criar meios de proteger mulheres e meninas de discrim
22	inações de gênero. Criando leis a respeito de casos de
23	feminicídios, violência doméstica, sexual, física e verbal e
24	a desigualdades trabalhistas.

01 De acordo com a Constituição Federal, "todos têm o direito à se-
 02 gurança e a viver em harmonia", mas nota-se a desigual-
 03 dade social entre homens e mulheres continua e acaba
 04 criando uma sociedade extremamente machista. Com isso, aumentar-
 05 se a violência contra o gênero feminino no país.
 06 Em primeiro lugar, vale lembrar que a sociedade machista vem
 07 desde os primórdios em que as mulheres atia dívida de 30 não
 08 tinha sequer o direito a voto. A educação que elas receberam acaba
 09 criando mulheres machistas que não lutam por elas mesmas. Tem-
 10 po disso, é que apenas 1,5% das mulheres ocupam ou foram ocupantes
 11 na Câmara dos Deputados segundo o IBGE de 2016.
 12 Outro fator importante que causa a desigualdade de gênero, cert-
 13 mente é o aumento da violência contra as mulheres. Cerca de 17 mi-
 14 lhões de mulheres sofrem violência física, psicológica ou sexual durante
 15 o período da Pandemia da Covid-19, segundo uma pesquisa pelo Fórum Brasileiro de Se-
 16 gurança Pública. Há nota que o problema continua após o período mais apre-
 17 vantoso da doença, e vem se agravando cada vez mais.
 18 Por tanto, diante de todos esses fatores, negativos, relacionados a desigual-
 19 dade de gênero faz-se necessário que haja mudanças para acabar
 20 com determinados fatos de discriminação contra o gênero feminino. Por
 21 consequente, o governo deve tomar uma posição e, consequentemente mudar
 22 a discriminação nos dias atuais. Pode-se resolver com isso criando lin-
 23 guagem as mulheres contra as agressões antes que elas aconteçam, e
 24 criando valor ao que se constitui como a "Mãe da Pátria". Outra suges-
 25 tão é ignorando a mulher mamucada de trabalho sem discrimi-
 26 nação ou até mesmo exclusão. Para que assim se consiga obter
 27 a igualdade de gênero e possa viver em um país onde as per-
 28 soas desfrutem dos seus direitos as bem comunitária so-
 29 cial.
 30

01	de acordo com uma pesquisa feita no site eform, a desigualdade de gê
02	no ocorre quando há privilégio de um gênero em detrimento de outro ou outros
03	Atualmente no Brasil a diferença salarial e a inferioridade a mulher, se
04	tamamos alguns dos maiores problemas, isso é por que as mulheres
05	se sentem mais excluídas e menos respeitadas.
06	Em primeira análise, a diferença salarial pode ser considerada uma
07	das barreiras mais importantes no mercado de Trabalho pelas mulheres.
08	Além disso, de acordo com alguns estudos feitos, cerca de 79,5% da frequência
09	de das no ensino médio são das mulheres, sendo das a maioria. Em fev
10	rairo de 2021, a agência de empregos Potho constatou que mulheres mesmo
11	supondo os mesmos cargos e realizando tarefas iguais às dos homens,
12	chegam a ganhar 2% menos do que eles. Em funções como gerente e
13	diretor, essa diferença é de 24%.
14	É de conhecimento geral que a inferioridade feminina está baseada no
15	conceito de que a mulher é fraca, submissa e passiva. Mesmo estando
16	na segunda década do século XXI, ainda há, em todo o mundo, pessoas
17	que acreditam que as mulheres são inferiores aos homens. No Brasil, 69%
18	dos homens acredita na inferioridade feminina, e algumas mulheres
19	concordam com eles. Segundo uma pesquisa feita pela Ipsos, 14% das
20	mulheres entrevistadas relataram que se consideram inferiores aos
21	homens.
22	Portanto, é preciso que o governo trabalhe a conscientização de mulheres
23	quanto às leis brasileiras que garantem a igualdade de salários
24	e denuncie qualquer prática ao contrário, em qualquer tipo de merca
25	do de trabalho. É necessário também que as mulheres sejam mais
26	respeitadas e valorizadas.
27	

01	a desigualdade entre homens e mulheres é algo hereditário
02	que vem oriundo de uma negatividade nos dias de hoje. Por
03	exemplo no salário mensal, homens e mulheres tem que
04	ser tratados iguais.
05	Entretanto nos dias atuais as mulheres são vistas de
06	forma diferente, como um peso ou defeito, sendo que elas
07	estudem bem mais que homens segundo a Professora Sueli
08	Paiva e o seu orientador Guilherme Figueira-Borges
09	mas de 40,5% das mulheres termina o ensino médio,
10	e isso é bem acima dos homens.
11	Por isso, o Ministério da Educação pretende com o
12	secretário da Educação Básica fazer melhorias
13	ou adaptações nas leis. Podem também fazer debates,
14	campanhas, eventos entre outros e assim reduzir os
15	danos causados pela sociedade nos tempos atuais.
16	Por fim, as mulheres devem ser tratadas como
17	deverem com respeito, seriedade e ser levada
18	a sério, ter o mesmo salário que os homens,
19	até porque elas são pessoas da mesma
20	forma.
21	

01 a desigualdade de gênero é um problema antigo, porém até
 02 desde os primórdios da humanidade, a maioria das pessoas
 03 caminhava para o desenvolvimento de sociedades patriarcais,
 04 em que homens detinham o poder de mando e decisão
 05 sobre a família.
 06 Esse modelo foi transportado do âmbito familiar privado
 07 para o âmbito público, fazendo com que sistema político
 08 desenvolvesse-se pelo comando masculino. Durante muito tempo
 09 a mulher foi excluída da participação efetiva nos espaços
 10 públicos.
 11 Assim, o trabalho doméstico e da possibilidade de
 12 desenvolvimento científico e intelectual por meio da educação
 13 foram além de estarem subalternizados (isso ainda ocorre)
 14 ao poder de homens e ~~da~~ de sua família, em geral
 15 seus pais e maridos. Isso acarretou um problema
 16 que surge por inclusão: a desigualdade fundamentada
 17 pelo gênero.
 18 Essa citação apresenta uma intensa visão pessimista que
 19 vemos ter em que conceitua o termo gênero. Gênero é
 20 uma espécie de performance do que é ensinado e
 21 esperando do comportamento do homem e das mulheres
 22 na sociedade.
 23

01 A importância no tratamento da desigualdade em
 02 os homens e mulheres no Brasil, isso é bem
 03 importante, porque os mulheres cada dia estão
 04 ocupando seu espaço no Brasil. No caso de trâm-
 05 pto tem uma época em que os mulheres não
 06 podia dirigir, só os homens. Agora isso mu-
 07 do, qualquer uma pode dirigir, e ter o seu pró-
 08 prio carro. No trabalho os homens ganhavam
 09 muito mais do que os mulheres, os que não ta-
 10 biam ganhavam menos em casa cuidando do lar.
 11 Agora, agora tem um espaço, uma igual-
 12 dade entre os homens.
 13
 14

01	A Constituição Federal de 1988 reconhece a igualdade entre homens e mulheres
02	como um princípio fundamental do país. No entanto, apesar desse reconhecimento, pouco
03	se fala no Brasil sobre a importância de tratar a desigualdade entre homens e mulheres.
04	Infelizmente, essa desigualdade é perceptível no futebol feminino e na contratação de
05	mulheres para programas esportivos, onde as condições oferecidas muitas vezes são
06	inferiores às oferecidas aos homens.
07	Em primeiro plano, é importante ressaltar que o futebol feminino sofre a falta de
08	investimento financeiro, patrocínio e recursos. Ainda existe a diferença salarial entre jogadores
09	e jogadoras, com as mulheres muitas vezes recebendo menos remuneração mesmo em níveis profis-
10	sionais similares. Além disso, o futebol feminino sofre com a falta de visibilidade e reconhecimento
11	por parte da mídia e dos fãs do futebol. Com consequência disso, as jogadoras são frequentemente su-
12	destimadas e têm menos oportunidades de se desenvolverem no esporte.
13	Além disso, a falta de mulheres em programas esportivos também pode ser
14	apontada como um fator que promove o problema. Muitas mulheres desistem de
15	atuar na mídia esportiva porque a participação feminina nessa área não é
16	valorizada devidamente, resultando em remuneração inferior, falta de respeito
17	e exposição a críticas e comentários negativos. Como resultado, a sociedade tende
18	a reforçar estereótipos negativos de gênero, contribuindo para a perpetuação da
19	desigualdade de gênero.
20	Portanto, o Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte e dos re-
21	setorizados Estaduais e Municipais do esporte, deve criar programas de financiamento para
22	atletas e atletas de futebol feminino, oferecendo recursos financeiros para infraestrutura, equipamentos
23	individuais e outras necessidades relacionadas ao esporte. Além disso, cabe ao Ministério das Comunicações
24	estabelecer parcerias com empresas e organizações para criar redes, patrocínios e outras in-
25	iciativas que promovam a inclusão de mulheres na mídia esportiva, valorizando o trabalho
26	de jogadoras, comentaristas, apresentadoras e outras profissionais que atuam nessa área.
27	Dessa forma, haverá uma diminuição na desigualdade entre homens e mulheres
28	no futebol feminino e nas mídias esportivas.
29	

01 53,48% da população nacional é feminina
 02 contudo estamos no 9 lugar de países com
 03 taxa de feminicídio.
 04 Assim da para ver como a sociedade
 05 ainda age de forma estiva e desenf-
 06 nada.
 07 ~~Ho~~ Percentualmente cominhamos de forma
 08 regradada, embora significativa, para que
 09 as mulheres tenham mais poder, independen-
 10 cia, autonomia e um lugar de respeito
 11 na sociedade.
 12 Apesar de ainda termos tanta desigual-
 13 dade, não só salarial como também
 14 na forma de tratamento em qualquer
 15 situação, inquestionavelmente as próprias
 16 mulheres contribuem para isso, se descom-
 17 do ser pisada pelo patriarcado já
 18 implantado em suas mentes desde que
 19 nasceram, enraizadas em sua educa-
 20 ção, inclusive a única alternativa é
 21 longo prazo é a educação, a mãe ser
 22 que deixem as leis de proteção contra
 23 a mulher ainda mais vigorosas e que
 24 as campanhas de conscientização sejam
 25 realmente presentes nas vidas de todos,
 26 andando com a educação para aí sim
 27 finalmente não precisarmos discutir
 28 sobre o assunto e sim lembrarmos
 29 que isso é a realidade...
 30

01 Vendo em vista que a desigualdade
 02 de gênero, é uma construção social, de
 03 de que nascemos, o homem sempre
 04 foi superior a mulher, tanto quanto
 05 na representação política entre outros.
 06 Para conscientizar a população que
 07 a mulher tem que ter o mesmo di-
 08 reito que o homem, inclusive se pa-
 09 ssaram muito tempo e agora as
 10 mulheres estão sendo mais campan-
 11 tes, e correndo atrás dos seus di-
 12 reitos.
 13 Com vista da desigualdade entre
 14 homens e mulheres, justifica-se com
 15 base em características físicas e hor-
 16 monais, se não fossem as mulhe-
 17 res fortes, e corajosas nem estari-
 18 mos aqui.
 19 Portanto, é necessário a atuação
 20 do Ministério do Desenvolvimento
 21 Social (MDS) com a colaboração
 22 com o Congresso Nacional, sem
 23 deixar a igualdade vai ser jus-
 24 ta entre homens e mulheres.
 25

01	de acordo com uma pesquisa feita no site <u>o fem</u> , a desigualdade de gê-
02	neros ocorre quando há privilégio de um gênero em detrimento de outro ou outros
03	Atualmente, no Brasil a diferença salarial e a inferioridade a mulher, so-
04	temos alguns dos maiores problemas. Isso faz com que as mulheres
05	se sintam mais excluídas e menos respeitadas.
06	Em primeira análise, a diferença salarial pode ser considerada uma
07	das barreiras mais enfrentadas no mercado de Trabalho pelas mulheres.
08	Além disso, de acordo com alguns estudos feitos, cerca de 73,5% da frequência
09	trabalho no ensino médio são das mulheres, sendo elas a maioria. Em fe-
10	vereiro de 2021, a agência de empregos <u>o fême</u> constatou que mulheres mesmo
11	assumindo os mesmos cargos e realizando tarefas iguais às dos homens,
12	chegam a ganhar 21% menos do que eles. Em funções como gerente e
13	diretor, essa diferença é de 24%.
14	É de conhecimento geral que a inferioridade feminina está baseada no
15	conceito de que a mulher é fraca, submissa e passiva. Mesmo estando
16	na segunda década do século XXI, ainda há, em todo o mundo, pessoas
17	que acreditam que as mulheres são inferiores aos homens. No Brasil, 19%
18	dos homens acreditam na inferioridade feminina, e algumas mulheres
19	concordam com eles. Segundo uma pesquisa feita pela <u>o fême</u> , 14% das
20	mulheres entrevistadas relataram que se consideram inferiores aos
21	homens.
22	Portanto, é preciso que o governo trabalhe a conscientização de mulheres
23	quanto às leis brasileiras que garantem a igualdade de salários
24	e denuncie qualquer prática ao contrário, em qualquer tipo de merca-
25	do de trabalho. É necessário também que as mulheres sejam mais
26	respeitadas e valorizadas.
27	
28	

01	Na esquete de humor satírico "EMPREGO", publicada pelo canal
02	Paulo das Funchas no YouTube, uma personagem diz estar assetu-
03	mada a "gambela 30% o número de que qualquer homem no mes-
04	mo cargo" em uma entrevista de emprego. Mesmo que de forma irônica
05	a vídeo denuncia uma situação cômica no Brasil, em que mu-
06	lheres são tratadas injustamente no mercado de trabalho e, além dis-
07	so, são sub-representadas na política.
08	Em primeira análise, o Brasil faz algumas considerações em ques-
09	tão feministas, sendo, por exemplo, um dos primeiros países
10	países a eleger uma presidente mulher. Porém, tais avanços não re-
11	fletiram-se totalmente em maior igualdade na prática, como foi
12	constatado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em
13	2018, numa pesquisa que diz que homens recebem cerca de 50% a
14	mais que mulheres da mesma idade.
15	Em segunda análise, o país tem baixos índices de participação fe-
16	minina na política - com apenas 14,6 dos assentos do congresso
17	ocupados por mulheres, segundo a Organização das Nações Unidas
18	(ONU) em 2020 - em contraste, mulheres representam 51,8% da po-
19	pulação. A partir disso, pode-se concluir que as mulheres são sub-
20	representadas na política brasileira.
21	Portanto, indubitavelmente, medidas são importantes para tan-
22	tar a desigualdade de gênero no Brasil. Cabe ao Legislativo Fede-
23	ral, por meio do Congresso Nacional, criar leis que garantam
24	um percentual proporcional de assentos do congresso para mulhe-
25	res, com o intuito de que assim, sejam legisladas melhores e mais
26	justas práticas que assegurem os direitos iguais de mulheres e
27	homens por todo Brasil. Assim, paradoxalmente, a situação
28	mostrada na esquete de humor ficou apenas na ficção.
29	
30	

01 A Constituição Federal de 1988, documento jurídico mais
 02 importante do país, prevê em seu artigo 5º, V, direito à igualdade como
 03 inerente à todos indivíduos brasileiros. Consequentemente, tal prerrogativa
 04 não tem se refletido nem sempre na prática, quando se observa
 05 a desigualdade de gênero, especialmente, desta maneira, a igual
 06dade jurídica social não é importante. Diante disso, fez-se uma
 07 lista dos fatores que promovem essa questão.

08 Em uma primeira análise, deve-se reconhecer a existência
 09 do preconceito dos machos contra as mulheres, a desigualdade
 10 de gênero, nesse sentido, a mulher feminina não recebe o mesmo
 11 em relação à educação, saúde, emprego, etc., sendo muitas vezes
 12 menos valorizadas do que os homens, a desigualdade de gênero política
 13 como os homens, que normalmente é comum no Brasil.

14 Além disso, é fundamental apontar as diferenças culturais entre os
 15 gêneros no Brasil. Sendo a diferença de FFI entre homens e
 16 mulheres, diante de tal contexto, é notório que causa impactos
 17 na sociedade, dificultando a vida feminina. Logo, é um problema
 18 que não cessa a continuar.

19 Também, portanto, a necessidade de se combater as
 20 desigualdades. Para isso, a secretaria nacional de políticas para
 21 mulheres, por intermédio de uma comissão, trabalha a garantir
 22 o cumprimento das leis de igualdade de gênero. Porém
 23 tornando-se a efetividade das medidas adotadas na constituição
 24 federal.

Não é novidade que se vive labor em desigualdade de gê-
 neros no Brasil e, principalmente, no mercado de trabalho,
 esse problema pode ser datado até a década de 70, onde as
 mulheres tiveram menor participação no campo de trabalho bra-
 sileiro. Com decorrer do tempo, mulheres no mundo todo
 enfrentaram diversos desafios e resistências para implementar
 políticas de melhor e mais justa inclusão feminina no
 mercado de trabalho. Entretanto, o Brasil parece estar em
 estado de estagnação em relação ao assunto.

Em primeira análise, o Brasil fez sim avanços consi-
 deráveis em questões feministas, sendo, por exemplo, um
 dos primeiros grandes países a eleger uma presidente mulher.
 Porém, tais avanços não necessariamente se traduzem em
 maior igualdade na prática – como foi constatado pelo
 IBGE em 2018, numa pesquisa que diziu que homens
 recebem cerca de 50% a mais que mulheres da mesma idade –.

Em segunda análise, é importante ressaltar que o Brasil
 tem baixos índices de participação feminina na política –
 com apenas 14% dos assentos no congresso ocupado por mu-
 lheres, segundo a ONU em 2020 – em contraste, as mu-
 lheres representam 51,8% da população brasileira.

Portanto, indubitavelmente, medidas são necessárias
 para resolver esse problema. Cabe ao Legislativo Federal,
 por meio do Congresso Nacional, criar leis que assegurem
 um percentual de assentos proporcional para mulheres,
 com vistas de que assim, sejam legisladas melhores
 e mais justas políticas que assegurem os direitos iguais
 de mulheres e homens por todo Brasil.

01 Primeiramente a desigualdade de gênero no Brasil
 02 sempre foi bem complicada, desde muitos anos atrás
 03 as mulheres já tinha um tratamento diferente, pois
 04 a mulher sempre carregou um fardo muito grande
 05 pela sociedade. Por ser tratada com o estigma de
 06 ser frágil.
 07 Além disso uma das principais desigualdade
 08 que ocorre é no mercado de trabalho, pois as mu-
 09 lheres recebem menos que o salário dos homens.
 10 Apesar que mais mulheres tinham concluído o
 11 nível superior e diploma na faculdade, por um
 12 lado, as mulheres são mais sexualizadas, por
 13 outro lado, tem menor inserção no mercado
 14 de trabalho e na vida pública.
 15 Portanto a pior desigualdade que existe é a
 16 violência contra as mulheres, desde o Brasil
 17 colonial escravos e muitas mulheres em vários
 18 segmentos da pirâmide social sofreram, e ainda
 19 sofrem com esse tipo de violência.
 20 Assim para tentar combater toda essa desigual-
 21 dade uma das ações que poderia ajudar é es-
 22 colher representantes que tenham planos para
 23 enfrentar a desigualdade de gênero.
 24
 25

01	é desigualdade entre homens e mulheres desde
02	antiguidade até os dias atuais, como nos
03	Estados Unidos, nos estudos mostra que em 2009
04	a diferença era de 25% e em 2021 a
05	porcentagem foi de 20%, a razão de
06	diferença.
07	A sociedade diferencia homens e mulheres
08	pelo trabalho, muitas vezes ocorre de
09	uma mulher ter o mesmo cargo de
10	uma empresa que o homem mais ganhar menos
11	do que um homem.
12	Muitas vezes tem ocorrido e sendo
13	discriminada pela diferença de salário de uma
14	mulher que engravidou e até alguns casos
15	a empresa oferece os benefícios, diminui o
16	seu salário, mas em caso que ela tem direito
17	é o da licença maternidade. Porém a lei
18	do artigo 23, a declaração universal dos
19	direitos humanos, mulheres e homens tem direito
20	sem qualquer discriminação o salário igual
21	pelo trabalho igual.
22	Essas ocorrências devem ser suspensas
23	de uma outra forma, mulheres devem ser vistas
24	como os homens com o mesmo potencial
25	e não ser discriminada pelo algum cargo
26	e não ser discriminada por ser uma mu-
27	lher trabalhadora e trabalhadora.
28	

01 A desigualdade entre homens e mulheres é uma das
 02 maiores desigualdades de gênero no Brasil; as desigualdades
 03 de poder refletem-se no acesso às oportunidades, econômicas, polí-
 04 ticas e sociais, e a diferença entre os salários é muito
 05 grande: as mulheres ganham menos que os homens
 06 e estão em número menor em cargos de direção e pesquisa de
 07 nível superior em áreas científicas e tecnológicas. Além disso,
 08 as mulheres têm mais responsabilidades domésticas, cuidar da casa e da família.
 09 Já os homens trabalham em serviços voluntários no
 10 ambiente público, e com a total desigualdade com o
 11 gênero masculino, o que gera um mal-estar, e acaba
 12 gerando protestos realizados pelas mulheres visando com-
 13 seguir a igualdade de gênero em toda a sociedade.
 14 Diante desses fatos negativos, é necessário que
 15 sejam feitas mudanças para acabar com todas as
 16 discriminações contra o gênero feminino. É obrigatório que
 17 o governo tome uma posição e consequentemente mudar
 18 as desigualdades presentes no dia a dia.
 19 Pode sancionar leis para acabar com a desigualdade
 20 de direitos das mulheres, e a inclusão da mulher
 21 no mercado de trabalho sem qualquer tipo de
 22 discriminação, para que assim consigamos igualdade
 23 de gênero.
 24

01 O artigo 5º da Constituição Federal prevê a igualdade entre
 02 homens e mulheres. Apesar disso a equidade entre gêneros ainda não
 03 foi alcançada, exemplo disso são as desigualdades enfrentadas pelas
 04 mulheres, como a falta de representatividade em cargos de
 05 liderança e a disparidade salarial. É imprescindível que esse tema
 06 seja tratado e combatido de forma estrutural por políticas públicas
 07 e pela educação.
 08
 09 A princípio, a desigualdade entre homens e mulheres é algo
 10 que trás muitos problemas à sociedade e, sem dúvida, a desigual-
 11 dade salarial é um deles. De acordo com o IBGE, as mulheres
 12 recebem 30% a menos que os homens no Brasil. Isso ocorre
 13 devido a fatores históricos que limitavam a inserção da mu-
 14 lher no mercado de trabalho.
 15
 16 Outro ponto importante, é a carência de mulheres em con-
 17 gregos de liderança. Apesar de terem se tornado a maior parcela na en-
 18 sina superior, as mulheres ainda sofrem discriminações sobre
 19 sua capacidade em posições de comando. Isso acontece por causa
 20 de resquícios de uma sociedade patriarcal, onde o homem era visto
 21 como superior ao homem.
 22
 23 Portanto, é necessário que o governo federal crie uma política
 24 pública que incentive empresas por meio de incentivos fiscais, a con-
 25 tratar mulheres, assim e garantir equidade salarial, assim. Tam-
 26 bém é necessário a atuação das Secretarias de Educação
 27 em promover palestras que tragem o tema, a importância
 28 da pluralidade de gênero nas lideranças,
 29 entre outras ações, para que haja um entendimento
 30 sobre isso e incentive meninas a terem a vontade de ocu-
 31 par posições de liderança. Isso forma, não apenas
 32 minimizar a desigualdade entre gêneros no Brasil.

De acordo com a Constituição Federal, no seu artigo 5º, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Entretanto, não é o que podemos ver em nossa sociedade pois a desigualdade de infelizmente ainda é constante e faz parte do cotidiano de muitas mulheres. É de extrema importância lembrar-se que há uma grande diferença no mercado de Trabalho e de mesmo modo na renda salarial das mulheres.

É notório que no Brasil as mulheres não estão inferiores aos homens, esta ideia é criada desde a Antiguidade, na qual eram tratadas de uma maneira. Sabe-se que há uma grande dificuldade na hora de entrar no mercado de Trabalho, há ainda a diferença salarial e assim também a ideia de que ela é somente a dona de casa.

De acordo com o IBGE, em 2017, as mulheres brasileiras ganhavam em média 24% a menos do que os homens e eram mais afetadas pelo desemprego (13,4%) do que os homens (10,9%), logo a diferença salarial é decorrente do baixo número de mulheres em cargos gerenciais.

Conclui-se então, que é de extrema importância que as mulheres ocupem o seu lugar, portanto, é preciso pressionar a sociedade por meio de campanhas, debates, nas redes sociais, rodas de conversas em escolas, e em programas de Televisão. É preciso que ele também incentive as instituições e o mercado de Trabalho a valorizarem as mulheres criando leis e projetos que determinem que elas tenham a mesma renda salarial e a oportunidade de Trabalho tanto quanto os homens. Além, reforçando sobretudo a igualdade perante a lei que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

01 A revolucionária marxista, Rosa Luxemburgo em uma obra literária
 02 diz para lutarmos "Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, hu-
 03 manamente diferentes e totalmente livres." Esse contexto, mostra a ne-
 04 cessidade da igualdade de gêneros. Sendo assim, o "desvio" ocorre
 05 no cinema com a sexualização e na admissão de mulheres em em-
 06 presas.

07 Atualmente no cinema há inclusão de protagonistas femininas.
 08 Sendo elas heroínas, estãs e grandes empresárias, opondo-se ao
 09 senso comum de que mulheres são frágeis e apenas donas de
 10 casa. Todavia, o cinema ainda é falho, se tratando da desigualdade
 11 entre homens e mulheres. Pois em sua maioria, obras cinema-
 12 tográficas com protagonista feminina são objetificadas, a fim de
 13 atrair público masculino.

14 Ademais, vale apontar para a preferência de empresas na
 15 contratação de homens. Na série advogada extraordinária, ocor-
 16 re a demissão de mulheres por falta de estrutura na empresa,
 17 porém todos os homens continuam com os seus contratos. Se-
 18 gundo o empresário, mulheres são instáveis no ambiente de
 19 trabalho. É inadmissível que essas ideias perdure na sociedade.

20 Por fim, é de extrema importância que esses obstáculos
 21 sejam superados. Logo, é fundamental que o ministério da
 22 mulher junto ao ministério da educação, por meio de proje-
 23 tos de conscientização que pretendam solidificar o direito
 24 da mulher em todas as instâncias da sociedade sejam elab-
 25 orados. Para que as mulheres possam exercer novos pa-
 26 péis no meio social de forma digna, firmando-se um mundo
 27 onde sejamos socialmente iguais, como afirma Rosa Luxem-
 28 burgo.

Anexo II: CEP

Você está em: Público > Buscar Pesquisas Aprovadas > Detalhar Projeto de Pesquisa

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título Público: DISCURSOS QUE LEGITIMAM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CONTEXTOS POLÍTICOS: PRÁTICAS DISCURSIVAS DE ANÁLISE, ENFRENTAMENTO E INTERVENÇÃO
Pesquisador Responsável: SUELI PAIVA DOS SANTOS
Contato Público: SUELI PAIVA DOS SANTOS
Condições de saúde ou problemas estudados:
Descritores CID - Gerais:
Descritores CID - Específicos:
Descritores CID - da Intervenção:
Data de Aprovação Ética do CEP/CONEP: 15/03/2023

PLATAFORMA BRAS
COORDENADOR
PLATAFORMA BRAS

DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO
Cidade: CATALÃO

DADOS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Comitê de Ética Responsável: 164 - Universidade Federal de Catalão - UFCAT
Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as escadas), sala 211
Telefone: (64)3441-7609
E-mail: cep@ufcat.edu.br

CENTRO(S) PARTICIPANTE(S) DO PROJETO DE PESQUISA

CENTRO(S) COPARTICIPANTE(S) DO PROJETO DE PESQUISA

Voltar